FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO QUINTO.

LISBOA,

Com todas as licenças neceſſarias. Anno 1932.

FEIRA DA LADRA

*Fês-se uma tiragem
de 8 exemplares
em papel de linho*

NO LIMIAR DE NOVO ANO

Novo ano e novo tômo...

¡E com que prazer diriamos também: vida nova! Ainda não pode ser, infelizmente...

¡Atraves de quantas dificuldades de tôda a ordem conseguimos trazer a *Feira* até final do volume quarto!

Cá chegámos, graças aos Deuses, e prometemos passar ainda além daquela Taprobana onde por via de regra se deixam naufragar e perecer as publicações portuguesas que se não esteiam em firmes alicerces de dinheiro, escolhida colaboração e cerradas fileiras de assinantes.

É certo que estamos longe de apresentar ao leitor a revista que projectámos. Então, se com as colegas lá de fora, a cotejamos designadamente francesas, inglesas e alemãs, a pobrezinha sofrerá, quer na apresentação gráfica, quer na abundância de texto, uma razoável depreciação. Mas necessário é não esquecer em que país vivemos, a carestia do material e mão de obra, a percentagem mínima dos que leem e, dêsses, dos que se interessam por estas coisas, sem podermos solicitar dos nossos leitores mais um sacrifício pecuniário, nem dos que escrevem aqui, inteiramente por favor, aquela assiduïdade e amplitude de cooperação exigível só a quem tem certa a remuneração do seu trabalho.

A-pesar, todavia, de todos êstes contratempos, a direcção e a administração da *Feira* farão o possível por ir remediando de futuro as falhas, que mais do que ninguém reconhecem e por introduzir a pouco e pouco, *Diis*

volentibus, os benefícios que estejam dentro das suas possibilidades.

Supomos ter assim dado uma resposta aos nossos adversos que, por má vontade, e aos leitores que, por bem intencionados, nos apontaram defeitos a corrigir.

Guardaremos, como refúgio e compensação, os aplausos e louvores que, não só de nacionais categorizados recebemos, mas até de pessoas e entidades estrangeiras, de quem menos os esperávamos e que um dia, não por vaidade nem reclamo, mas por talvez necessária documentação, traremos a estas páginas

Fiquemos por aqui. E vá passando a caravana...

O Director

O Editor

EM QUE SE CONTA como os Carvalhos da rua Formosa adquiriram um soberbo palácio a trôco de uma fôlha de papel selado

ANIEL Gildmaester, o contratador dos diamantes, ricaço influente do seu tempo e criatura muito de Pombal, vivia, meado o século XVIII, no palácio do provedor da Moeda, às Janelas Verdes. Os arrematantes dos grandes contratos, o Quintela, o Puri, o Maine, o Meyer, o Teixeira de Barros, o Luiz Cantofer, eram todos pessoas de peso, financeiros de nomeada que, espertissimamente, ganhavam o favor do primeiro ministro brindando-o, a êle e aos seus, com amabilidades que engordavam a fazenda dos Carvalhos da rua Formosa.

O contratador dos diamantes, que desempenhava no nosso país o logar de cônsul e representante da Holanda, habilmente acumulado com os seus talentos de negociante, ocupava já em 1762 a magnífica casa que ao conde de Alvor—um Távora—que a fizera um bom par de anos antes, custara 200.000 cruzados. Era, pelo menos, o que então se dizia.

Sucedeu que, em 1766, o provedor da Moeda—Matias Aires Ramos—dono então do palácio, porque o arrematara, escolhendo-o entre os bens confiscados aos Távoras, deixou, por outra melhor, esta vida. Gildmaester, o inquilino, como soubesse que os herdeiros do provedor iam pôr o palácio em hasta pública ¿de que se havia de lembrar? Vai ter com Paulo de Carvalho e Mendonça, presidente do Senado da Câmara, inquisidor e outras muitas coisas, das quais a principal era ser irmão do valido, para o convencer à compra da casa. ¡Um negócio de mão cheia!

A edificação era vasta, bem situada, com jardins sôbre o Tejo, construida de optimos materiais, enfim, uma acquisição tentadora.

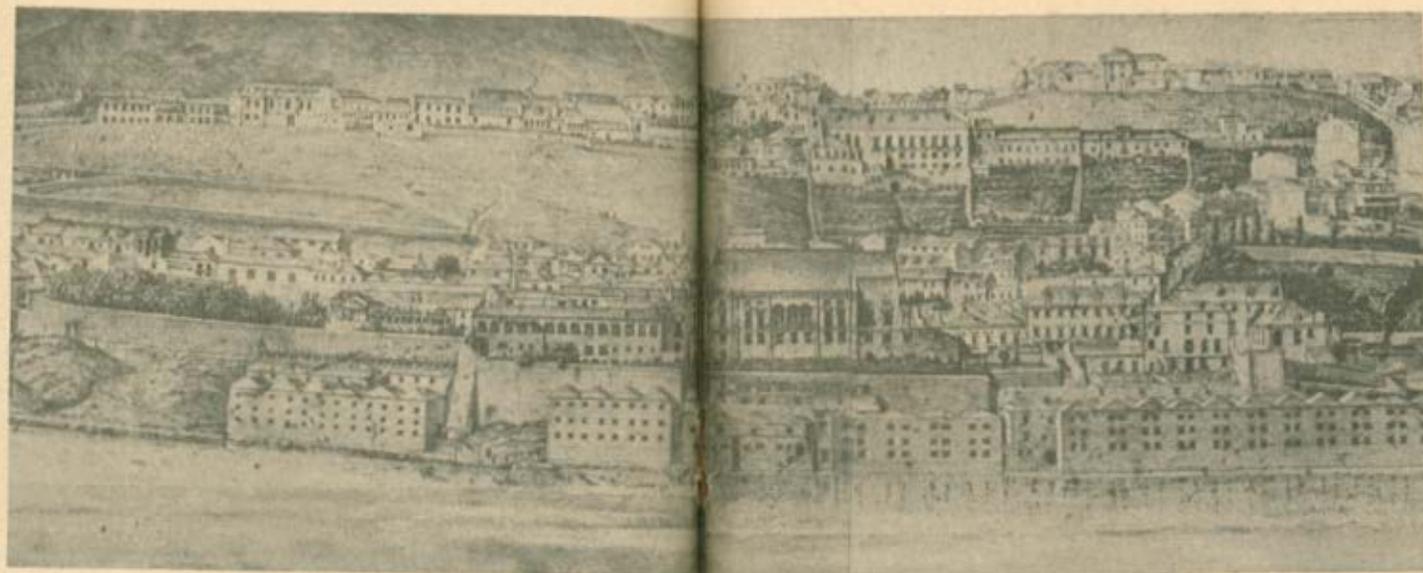
A Paulo de Carvalho agradou-lhe a ideia. Confidenciou-a decerto ao irmão que, é de prever, a aprovaria, mas—¡o «mas» é que era terrível!—o que não tinha era dinheiro, e os herdeiros do Matias Aires Ramos não se contentariam com promessas.

Gildmaester, demonstrando, mais uma vez, querer ser gentil com os Carvalhos, facilitou-lhe o empenho.

¿De que maneira?

Emprestando-lhe o dinheiro que o presidente do Senado lhe pagaria em prestações anuais, iguaizinhas às rendas que êle, Gildmaester, pagava aos senhorios.

Esta renda, segundo os Livros da Décima de 1766, era de 1.200$000 reis.

Aceitou Paulo de Carvalho o negócio (¡pudera, não havia de aceitar!) e, no final do 1.º semestre de 1767, o

LISBOA NA 2.ª [illegible] DO SÉCULO XVIII

Secção dum precioso desenho a lápis, daquêle tempo, onde se vê [illegible] a casa que Pombal adquiriu (hoje Museu Nacional de Arte Antiga)

cônsul holandês arrematou para êle o palácio por trinta mil cruzados, entregando-lhe o título da propriedade em troca de um arrendamento por três anos e de uma quitação das rendas de dez. Quere dizer: Gildmaester deixava de pagar renda durante dez anos ao novo senhorio, o que prefazia os doze contos de reis (30.000 cruzados) que dera, mediante uma simples procuração, pela antiga residência dos condes de Alvor, e o inquisidor ficava proprietário dela.

Antes que os dez anos acabassem, em 17 de Janeiro de 1770, Paulo de Carvalho morreu. Pombal, que foi o herdeiro, achou-se dono do palácio das Janelas Verdes nas mesmas condições em que o irmão o era.

Como a casa precisasse de obras e êle a apetecesse ricamente restaurada para as projectadas festas nupciais do filho, entrou a ruminar na possibilidade de, pelo mesmo processo, as conseguir. O amável Gildmaester facilmente conveio no mesmo contrato — os diamantes davam para tudo — e, a trôco de segunda quitação de mais seis anos de renda, ou fôssem 7.200$000 reis, o palácio foi reformado suntuosamente.

Antes, porém, que os prazos das quitações de renda chegassem a seu termo, o consul da Holanda abandonou o país, morreu ou deixou a casa, perdoando a restante obrigação do contrato. Não o consegui apurar. Fôsse o que fôsse, o certo é que Sebastião José tomou posse do solar lisboeta dos Alvores, tendo-lhe, a êle e ao irmão, custado apenas uma fôlha de papel selado e o incómodo de estar uns anos à espera dêle.

Negócios como estes aparecem uma vez na vida.

E não aparecem a todos.

MATOS SEQUEIRA

DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA

Nota — A restante história dêste palácio, onde hoje está o Museu de Arte Antiga, fica para outra vez.

A MENINA GERTRUDES

NTÓNIO Martins Areia dirigiu no dia 3 de Janeiro de 1804 ao corregedor do crime da cidade de Portalegre um requerimento que pedia o depósito, em casa honesta, da menina Gertrudes, *que por sôbrenome não perca*, filha do sr. Alexandre, *que por sôbrenome também não perca*, (1) visto que ambos se namoravam e estavam decididos a unirem-se pelos sagrados laços do matrimónio. Pedia também que o corregedor fizesse à menina as preguntas do estilo e que ela fôsse compelida a levar consigo as suas jóias e alfaias.

O corregedor deferiu; e, tendo comparecido a menina Gertrudes, declarou esta ser da sua vontade, *sem mêdo nem coacção, sem dolo nem ambição*, que o depósito se fizesse, visto que estava apaixonada pelo Areia e queria casar com êle.

---

(1) Não é para admirar que o requerimento não me mencione os nomes completos do pai e da filha.

É muito vulgar os processos desta época, nos quais os requerimentos, libelos e articulados se referem a qualquer pessoa cujos apelidos eram desconhecidos, dizerem... *fulano, que por nome não perca*, ficando ao citote o encargo de os descobrir.

O sr. Alexandre, citado para dizer da sua justiça, alegou que a rapariga tinha de legítima materna quatrocentos e noventa e nove mil reis; que por sua morte havia de herdar seiscentos mil reis; que ela era muito formosa, de boa presença e muito virtuosa e que com tôdas estas qualidades podia aspirar a um casamento mais auspicioso; que o rapaz era um oficial de alfaiate; que tinha mais cinco irmãos sem fortuna pessoal, sem eira nem beira, nem ramo de figueira.

E por último — *ultima ratio* — alegou que, na sua qualidade de professor de gramática latina *por Sua Magestade Fidelíssima que Deus guarde*, nas vilas de Arronches e Alegrete, tinha sido "nobilitado„ em virtude da lei de 29 de Novembro de 1775, § 3.º, e por isso tinha fôro especial (1).

O corregedor, atendendo a que o rapaz era um bom alfaiate e que tanto êle como o pai da menina eram plebeus, supria por sua autoridade o consentimento paterno e mandava que o casamento se fizesse. A menina Gertrudes Marcelina da Conceição foi logo depositada numa casa séria, obrigando-se o dono desta a não consentir conversas entre os dois namorados e a exercer uma vigilância rigorosa. Alexandre José de Carvalho agravou do despacho para a Relação.

O mestre de gramática latina era versado em leis, porque a sua alegação está bem desenvolvida em argumentos e citações de privilégios concedidos aos da sua classe.

---

(1) É possível que em 1804 ainda esta lei não tivesse sido revogada, porque a-pezar de o constitucionalismo ter anulado tantas, algumas terão ficado de pé.

De uma sabemos nós que, promulgada em 1824, foi aplicada cento e um anos depois em uma consulta feita ao antigo Supremo Tribunal Administrativo sôbre certas prerogativas de funcionários públicos.

O interessado alegava-a em sua defesa e o Tribunal concordou.

Impossível transcrever na íntegra essa alegação. Daremos os tópicos principais:— Os professores de gramática latina estão nobilitados pelo § 12.º do Alvará de 28 de Junho de 1779; os médicos e os professores de grego também foram compreendidos naquele § e bem assim certa classe de negociantes e outras pessoas de variados misteres, concedendo-se a todos êles certas isenções, das quais gozam os seus filhos; e os nobres pelo sangue ou pessoas nobilitadas pelas leis não se podem confundir nos seus direitos e nas suas obrigações.

A nobreza sempre foi distinta e separada, como mostra Carvalho, *De Testamenta*, parte I, n.º 196, «porque ella he o crédito das monarquias» (São Payo —*Nobiliarquia Portuguesa*, pág. 2), sendo a ciência a principal fonte dela, como com muitos lugares da Sagrada Escritura comprova o mesmo Carvalho. No *Eclesiastes*, cap. 9, se diz *In sapientia enim vera nobilitas consistit* e o versículo II do cap. 8.º dos *Proverbios* melhor diz: *melior est enim sapientia cunctis pretiosissimis: desiderabile ei non possit comparari*. A nobreza é uma qualidade que sempre acompanha as pessoas e convém ao serviço do príncipe que ela se conserve e se perpetue nos seus vassalos, guardando-se as isenções que por lei lhe são concedidas para se poder distinguir daqueles que não são nobres.

A Relação revogou o despacho do corregedor, visto que os professores de gramática latina são nobres por Direito Romano e Régio; e, deixando o Areia livre de recorrer para o Desembargo do Paço, mandou que êle pagasse as custas do processo.

João Jardim de Vilhena

JUNQUEIRIANA

(DOIS TEMAS DE INSPIRAÇÃO)

Depois que a morte levou o poeta altíssimo de *Os Simples*, muitos teem sido as biografias, notícias, escritos de crítica e anedotas que, tanto em volume como em publicações periódicas de Lisboa e da província teem saído a lume. Não me consta, porém, que alguma vez se tenha divulgado o que vou contar.

Na colecção de poesias acima citada, vem na página 29 da edição que tenho presente, a 5.ª (1907) a poesia *Préstito fúnebre*. Junqueiro estava, em Dezembro de 1890 ou 1891, de passagem em Miranda do Douro. O inverno corria frio, mas de limpidíssimos dias; e o poeta levantava-se, em regra, muito cedo e ia dar a sua volta pelo campo, a cavaquear com as gentes da enxada e do arado.

Certa manhã, acompanhou estrada fora, durante algum tempo, um ronceiro carro de bois, que conduzia um tronco anoso de castanheiro. Uma rapariguinha.

> ...donairosa, linda boieirinha,
> Grandes olhos garços, sorrisinho arisco,
> D'aguilhada em punho, lepida caminha
> Com a graça aérea de ave ribeirinha,

guiando a carrada de lenha. Era um amor, a pequena, muito viva, muito palradora; o cenário bucólico que rodeava os bois, dava uma linda aguarela; e o poeta assentou logo consigo que a mocinha, os bois, a paisagem, eram rico tema para versos.

Veio a noite; veio a hora da ceia. Em casa do lavrador, onde Junqueiro se hospedara, o bom velhote octogenário, patriarca de numerosa prole, rachava a machado um tronco de castanheiro, grosso e resistente; e o futuro autor da *A Musa em férias*, suspeita ser êste o que vira pela manhã. Inquire do rachador, que lhe confirma a suspeita. Daí a pouco, como a noite era gélida, a gente da casa acampava à lareira, ao redor dum bom fogo, que consumia o corpo nodoso e robusto do gigante da floresta, a quem o poeta mais tarde apostrofou nesta maravilhosa quintilha:

> Castanheiro morto! que é da vida estranha
> Que no ovario exíguo d'uma flor nasceu,
> E criou raizes, e se fez tamanha,
> Que trezentos annos sobre uma montanha
> Seus trezentos braços de colosso ergueu?!

Foi então que tomou forma no cérebro de Junqueiro (êle o confessou a mestre Teófilo, que m'o referiu) o corpo vago dêsse admirável *Préstito fúnebre*, depois

vestido com as suntuosas roupagens da sua fantasia opulentíssima.

Perdi, infelizmente, o número duma velha revista francesa, onde se topa outra origem da inspiração junqueiriana.

O conto, ou melhor, fantasia em prosa, traduzido de Benedetto Poggio, lembro-me eu que se chamava *Vente au rabais* (não sei como se chamaria no original italiano).

Pois bem: lendo-o, vemos claramente que está ali a sugestão da célebre *Circular*, que põe fecho à *Velhice do Padre Eterno*.

Não posso ser mais explícito por me faltar o elemento de prova ou *corpo de delito*, que é, como digo, a revista a que aludi.

C. M.

EPISTOLÁRIO

XV

O EMBALSAMAMENTO DE D. JOÃO VI

D. João Maria José Francisco Xavier de Paula Luiz António Domingos Rafael (seu nome de baptismo), nasceu no palácio da Ajuda a 13 de Maio de 1767 e foi baptizado na capela do mencionado palácio, no dia 24 do mesmo mês, pelo cardeal patriarca Saldanha. Foram seus padrinhos o rei de França Luis XV e a imperatriz-rainha de Hungria, levando as procurações D. João da Bemposta. A esta pomposa cerimónia assistiram Mr. Simonin e Mr. Rail, respectivamente, cônsul de Sua Magestade Cristianíssima e de Sua Magestade Imperial e Real. Casou a 8 de Maio de 1785 com a infanta espanhola D. Carlota Joaquina de Bourbon, filha de Carlos IV e de Maria Luiza de Parma.

Por falecimento de seu irmão o Principe D. José, a 11 de Setembro de 1788, foi declarado herdeiro do trono. Enlouquecendo sua mãi a rainha D. Maria I, a partir de 10 de Fevereiro de 1792 tomou as rédeas do govêrno. Por decreto de 15 de Julho de 1799 tomou o título de príncipe-regente, que conservou até à morte da Raínha Mãi, no palácio de S. Cristóvão do Rio de Janeiro, a 20 de Março de 1816, em que foi proclamado rei, vindo a falecer no palácio da Bemposta, 10 anos menos 10 dias depois de sua mãi, a 10 de Março de 1826.

D. João, que não nasceu para o trono, foi um homem indolente e sem decisão. Possuia boas qualidades, era humanitário, e não era nenhum parvo, como alguns teem querido fazer crer. Era mesmo dotado de certa esperteza e discernimento.

A sua vida conjugal, essa é que foi duma luta constante, tendo um viver atribulado e angustioso, devido às revoltas e conspira-

ções forjadas por D. Carlota Joaquina, para obter a corôa ou a regência, para si ou para seu filho D. Miguel.

É bem conhecida a história dêste infeliz monarca; e foram tantos os acontecimentos políticos que se desenrolaram no seu reinado, que mesmo resumidamente se torna impossível fazê-la aqui em tão limitado espaço.

Apresento hoje uma carta de José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, conselheiro de Estado dos Negócios do Reino, da Junta da Sereníssima Casa de Bragança, etc., a Francisco Rufino de Sousa Lobato, 1.º Visconde de Vila Nova da Raínha, guarda-joias e tapeçarias da casa real, porteiro da câmara e e guarda-roupa de Sua Magestade, etc., morador na rua Direita de Buenos Aires, n.º 79.

Pelos apontamentos que ultimamente coligi e pela carta que se transcreve, chego à conclusão de que o corpo de D. João VI foi embalsamado. Vejamos o que nos diz a história.

No dia 4 de Março de 1826, foi D. João VI assistir à procissão do Corpo de Deus, na Ajuda. Finda a cerimónia, dirigiu-se com a sua comitiva para a Real Quinta de Belém, onde merendou, regressando depois para o seu palácio da Bemposta, onde residia com suas filhas e separado de D. Carlota Joaquina, que vivia em Queluz.

Nessa mesma tarde, sentiu-se D. João VI muito mal, com vómitos, convulsões e desmaios. Inúteis foram os esforços da ciência. A doença do rei agravava-se a todo o momento com sintomas variados. Os cirurgiões da real câmara, Jacinto José Vieira e Teodoro Ferreira de Aguiar, nunca mais abandonaram a cabeceira do doente, que veio a falecer no dia 10, ás 4 e 40 da tarde, depois de sofrer durante 6 dias repetidos ataques epilèptiformes.

Gozara sempre D. João VI uma perfeita saúde desde a doença que experimentou em 1805, exceptuando o edema das pernas, moléstia hereditária em sua família.

Depois do seu falecimento, logo se propalou que tinha sido envenenado com uma laranja, notícia esta que então se confirmou pelo facto de não ter sido embalsamado o cadaver, como ainda hoje se afirma.

Conforme uns documentos que recentemente encontrei, dois dêles referem-se ao embalsamamento de D. João VI. Num, ordena o visconde de Vila Nova da Rainha, por intermédio de Pedro Vaz (?), ao pagador Raimundo Norberto da Costa, que pague *trinta moedas ao cirurgião Jacintho Joze Vieira, vinte moedas ao Cirurg.m Ant.º Joaq.m Farto, e outras vinte ao Cirurg.m Sangrador, Jacintho Jozé Lx.ª, q. embalçamarão o Real Corpo de S. M.*

Diz o outro documento:

Ao Snr. Jacintho Jozé Vieira, participa o seu venerador, e

obrig.do Visconde de Villa Nova da Rainha, q. pode s. m.e q.do quizer vir á caza do seu Fiel pagador Raim.do Norberto da Costa, á Junq.ra receber a Gratificação, ou propina q. lhe compete pela Embalçamação do Corpo de S. M. I. e R. q. D.s tem em Gloria e lhe roga o obzequio de fazer igual participação aos Sen.rs Ant.o Joaq.m Farto e Jacintho Jozé Lisboa.»

Mais abaixo diz:

Receberão os anatómicos.

Jacintho Jozé Vieira, 144$000 réis; Antonio Joaquim Farto, 96$000; Jacintho Joze Lisboa, 96$000.

Todos êstes médicos eram cirurgiões da real câmara e todos êles eram categorizados homens de ciência.

À embalsamação assistiram o camarista da semana conde de Paraty, o mordomo-mór marquês de Tôrres Novas e o visconde de Vila Nova da Rainha.

Ao boticário José da Rocha Domingos, que forneceu tôdas as *drogas, espiritos, etc.*, pagou-se 256$240.

Os intestinos foram metidos numa talha da India e esta encerrada numa caixa, como era costume; e às 11 horas de 11 de Março, o cura da Santa Igreja Patriarcal foi num coche conduzi-los a S. Vicente, onde foram enterrados numa cova.

Praticadas, depois da morte de D. João, tôdas as formalidades do estilo, foi o cadaver vestido pelo conde de Paraty, *em Habito de Mortalha pondo-se-lhe sobre a camiza hum colete de Brocado-Carmezim»*, exposto sôbre o leito e rodeado de tocheiros.

O intendente das obras públicas, Duarte José Fava, mandou fazer os caixões e levantar as eças na ante-câmara do palácio da Bemposta e em S. Vicente de Fóra.

No dia 14 foi o corpo metido no caixão e, à tarde, tôda a côrte foi beijar a mão do «rei clemente», conforme se praticou no Rio de Janeiro, quando faleceu D. Maria I.

No dia 15 de manhã celebrou-se o ofício de corpo presente com pontifical e, depois das Avè-Marias, saiu o funeral, entre alas de tropa e religiosos, encaminhando-se pelas ruas de Santa Bárbara, dos Anjos, do Paço do Bemformoso, da Mouraria, do Arco do Marquês de Alegrete, do Amparo, Rossio, rua Augusta, Terreiro do Paço, Ribeira Velha, calçada da Fundição, Campo de Santa Clara e largo de S. Vicente de Fora.

No caixão de chumbo foi gravado um epitáfio em latim, composto pelo Padre António de Castro. O verdadeiro epitáfio, substituindo umas palavras, foi redigido pelo próprio soberano quando, a 9 de Maio de 1824, se refugiou a bordo da nau *Windsor-Castle:*

e então, depois duma vida tão angustiosa que teve, a legenda devia ficar assim gravada:

Aqui jaz hum dos Monarcas mais
infelizes do seu tempo, já como
Rey, já como Marido e Pay.

REQUIESCAT IN PACE.

ANTÓNIO CALDEIRA PIRES

Para o Visconde de Villa Nova da Raynha.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tendo Deos Sido Servido chamar à Sua Santa Gloria, Sua Magestade Imperial e Real, o Senhor Dom João Sexto de Saudosa Memoria, Ordena o Governo destes Reynos, Creado pelo Real decreto de 6 do corrente, e Presidido pela Serenissima Senhora Dona Izabel Maria, que V. Ex.a assista com tudo o necessario, para ser embalsamado, preparado e vestido o Real Cadaver do mesmo Augustissimo Senhor, e com o mais que for preciso sahir do Thezouro para o funeral, e para o que for a elle pertencente; e ficão expedidas as Ordens necessarias ao Marechal Intendente das Obras Publicas a fim de pela sua Repartição, fazer apromptar o Caixão, que deverá ser de veludo preto agaloado de ouro com ferragens douradas, dez argolas, e duas chaves; assim como tudo o mais, que se fizer necessario, e se possa apromptar pela sua Repartição, e o Caixão terá hum interior de chumbo.

Deos guarde a V. Ex.a
Paço em 11 de Março de 1826.

José Joaquim d'Almeida e Araujo Correia de Lacerda

XVI e XVII

DUAS CARTAS DE CAMILO

Foram ambas dirigidas a Joaquim Teixeira de Macedo, director do correio no Pôrto. Nada sei das suas relações com o escritor, mas parece-me que foram bastante íntimas, a julgar pelo tom das cartas e pelo pedido feito na segunda.

Quanto à matéria delas pouco posso dizer. Não tenho elementos para identificar o diploma referido na primeira.

Entre os vários que estão arquivados em Seide há um, o de sócio honorário do Grémio Literário Português, do Pará, datado de 15 de Janeiro de 71.

É talvez êsse o falado na carta, embora seja de estranhar a demora de oito meses em chegar às mãos de Camilo.

Vamos à segunda: afigura-se-me muito difícil, talvez impossível, saber qual a carta que êle pretendia que fôsse retirada no correio pelo seu amigo.

A carta em que é formulado o pedido não tem data, mas tem no verso a indicação — *Junho de 1872* — posta provàvelmente pelo destinatário, o que permite uma hipótese. Entre as cartas de Camilo a Castilho, publicadas em 1930 pelo Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, no livro intitulado *Camilo e Castilho*, figura uma de 17 de Junho de 72 (que é, entre as datadas, a única dêsse mês) em que há referências bastante desagradáveis à vida do Paço e ao rei D. Luiz. ¿Seria essa a que o autor, arrependido de a ter escrito, queria que não seguisse ao seu destino?

É bem possível que assim fôsse e que o caso se ligasse com a pretensão do viscondado, então recente, e que foi, como se sabe, patrocinada por Castilho.

Mas, repito, tudo isto não passa de hipótese. Publico as cartas e o meu maior desejo é o de que alguém, mais afortunado, possa adiantar mais do que eu.

Foram-me elas facultadas pelo sr. comandante Correia da Silva (Paço de Arcos) que me forneceu cópias excelentemente feitas, como verifiquei pelo confronto com os originais. Foi intermediário o meu velho amigo Alfredo França. Aqui lhes renovo o meu agradecimento.

JÚLIO DIAS DA COSTA

Meu am.º

Vai o recibo em duplicado. Fica um de reserva para quando vier outro diploma. O de barão, por exemplo.

Quanto a esse não m'o mande. Se elle tiver figurinhas, dê-o a um dos seus meninos. Mas, se o meu Macedo não tiver meninos? Nesse caso deixe-o lá estar na sua canastra dos papeis inuteis; e, quando eu tiver morrido, faça saber ao publico — com o diploma na mão — que eu morri por já não poder com a carga de honras.

Adeus, que eu não estou para chalaças que me doe a cabeça.

Amanhan vou para ahi, e depois para Lisboa.

Mande em toda a parte o

Seide

11-9-71

seu velho am.º

C. Castelo Branco

Meu presado Macedo

Peço-lhe encarecidamente que me não deixe passar para Lisboa uma carta que hoje escrevi ao visconde de Castilho. Você conhece a minha lettra, e necessariamente a distingue d'outra qualquer que vá.

Do seu do c.

Camilo C. B.

POR BAIXO DA CHAMINÉ...[1]

Os nossos consagrados etnógrafos teem já reunido farto e artístico material para a tipologia da chaminé portuguesa, de tam variada feição desde o norte ao sul desta nesga do torrão peninsular, donde o sol tôdas as tardes vem despedir-se.

Tem-lhes criado seduções o contôrno arquitectural dessas lindas bôcas geométricas, feitas de tejôlo branqueado, que se erguem dos telhados para o céu, a segredar que, por baixo delas, alguem ali vive na paz da sua «lareira», quando o seu bafo se espalha docemente no ar, em azulado e ondeante aceno.

Mas, dentro da habitação, a rubra fogueira do lar arde e, em volta, mobiliário adequado e imutável aglomera-se pelas paredes, nas prateleiras ou junto das brasas, formando um conjunto etnográfico de tanto apreço, como êsse farol de hospitalidade, que de-longe se avista sôbre a casa humilde.

---

(1) *Estudos do Alto-Minho*, XXIX.

É para esta parte interior da casa provinciana que menos se teem voltado os observadores, como se alguma etiqueta descabida lhes embaraçasse o passo, ao limiar dos alpendres.

O material, que venho pois agora trazer à etnografia da cozinha, é pobre, como era pobre a boa gente que me ministrou a fórmula do que possuia por baixo da sua chaminé — modestos rendeiros do Alto-Minho, afeitos à dureza da sua «brôa» e à frugalidade do seu "presigo» (1).

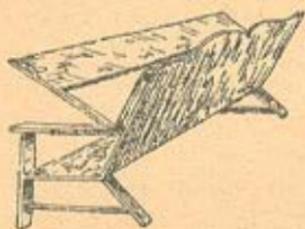



Fig. 1 Fig. 2

Foi isto em uma aldeia das margens do rio de Vêz, afluente dêsse Lima, de que, não sei se mesmo por o chamarem do esquecimento, ninguém se esquece mais, depois de lhe pôr os olhos em cima. Já lá vão bons vinte cinco anos e o velho quadro, apesar da sua pouca luz, luz de candeia, não se me diluiu ainda na caligem do passado (2).

A um lado da grande pedra, donde as línguas do

(1) Para alguns dos termos aqui empregados, podem os leitores consultar o *Glossário dialectologico dos Arcos de Valdevêz* do mesmo autor, na *Revista Lusitana*, XIX e seguintes.

(2) Não é capricho literário do autor a expressão. Precisamente na região a que refiro êste escrito, chama-se *câijeira* a nebrina tenuíssima, que no verão encobre, como um véu, o horizonte das montanhas distantes. O sr. dr. Leite de Vasconcelos demonstrou que êste vocábulo provém de *caliginaria (Revista Lusitana*, vol. IV, p. 275).

fogo quási lambiam as telhas enegrecidas do tecto, o velho "escano de encôsto" (fig. 1) esperava o corpo fatigado, daquêles que passaram o dia a calejar as mãos no cabo das enxadas. Aí podiam cear, se quisessem, porque a última tábua do encôsto era de baixar para diante, vindo formar uma cómoda mesa de comer. (3)

Depois, quási à frente da lareira, erguia-se empertigado um armário estreito de castanho, tostado pelo bafêjo quente do lume. Enigmático, estava fechado de alto a baixo por uma porta inteiriça e lisa.

¿Como se abriria semelhante traste?

A porta girava em dobradiças na base, de forma que, descendo sôbre os joelhos de quem se sentasse ao lado, vinha tambem servir de mesa. Dentro estava guardada a loiça mais fina e penduravam-se as colhéres de ferro com gancho na estremidade (1).

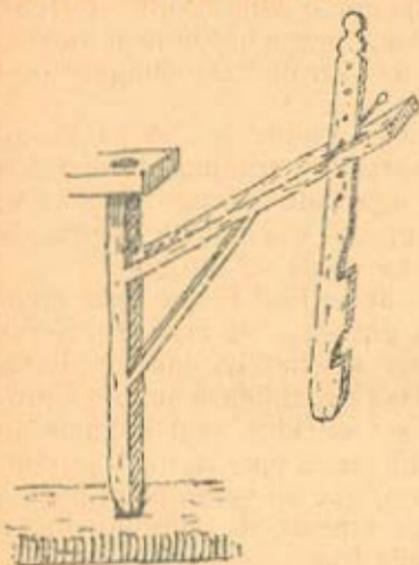
Em uma parede lateral, um tanto distanciada, os «cântaros» da água aninhavam-se no vão da "copeira". Do lado de trás, o "pial" de granito para os "potes" de ferro trípodes e, debaixo, a «borralheira», que as barrelas, de quando em quando, esvaziam da cinza acumulada.

As mulheres, essas sentam-se por onde podem; ou procuram "mesas", que tal é o nome das tripeças feitas de uma tôsca tábua circular e de três pedaços de «fueiros» a servirem de pés (fig. 2), ou em cêpos des-

---

(3) Quando o assento é aproveitado para caixa ou arca, onde se guardam géneros ou as meadas de linho, o nome que lhe dão, em algumas terras, é *arquibanco*. Será *arca e banco?* Vem nos dicionários.

(1) Estas colhéres teem um fabrico verdadeiramente primitivo. Num seixo duro de granito ou outra rocha granitoide, faz-se uma cavidade semi-esférica adequada à dimensão precisa. Essa cavidade é o molde, de que se utiliza o fabricante das colhéres de ferro forjado. Póde ver-se um dêstes calhaus rolados com a própria colhér forjada nêle, na secção etnográfica do *Museu Etnológico*, em Belém, e obtido pelo autor.

cascados; estes é que recebem a denominação de "bancos" e não são mais que madeiros ou toros, a que se cavacou uma superfície plana para dar melhor assento, aproveitando-se duas ou três "galhas" curtas da ponta, se as tem, para lhes dar maior estabilidade.

(Fig. 3)

A outro lado, a bôca, ou mais vulgarmente a «porta» quadrada do forno, volta-se para o lar. No Minho e em outras províncias nortenhas, o forno está todo dentro da casa; em muitos lugares da Estremadura e talvez em outras províncias, o forno, onde não é público ou comum, é uma construção exterior, embora encostada à habitação, dentro da qual tem a sua porta (1).

Sempre à mão, não falta o "estiçadoiro" ou "sarrascadoiro", que é um longo pau de atiçar e remexer o combustível, constituido pela lenha da poda ou pela "gravalha" dos pinheirais; serve também para puxar as brasas para a porta do forno, dentro do qual não convém que se amontoem, por dificultarem ali o aquecimento do mesmo forno.

Ao serviço dêste, ainda pertence outro utensílio importante: é a «férrea», pequena pá de ferro encabada em comprida vara, que se utiliza para retirar o brasido

(1) Já em outro lugar anotei a liturgia etnográfica da bênção do forno novo. (*Estudos do Alto Minho, XX; Colheitas etnográficas em Valdevêz* in *Lusa*, I, Viana do Castelo, 1917.

de dentro do forno e arremessá-lo para a "borralheira". Ao enfornar o pão, deixam-se, porém, algumas brasas à porta do forno, debaixo do "corta-fogo„ ou "paranheira„. Quando um estranho à família assiste a êste trabalho, tam próprio da vida provinciana, nunca deixa de se lhe propôr a adivinha que o emprêgo da «férrea» sugere — "¿que é, que é a vaca negra que bota as vermelhas cá para fora„ ? ¡Ora as «vermelhas„ são as brasas incandescentes!

Tem muito que se lhe diga a noite de andar o forno. «Depois dêle quente», é varrido, para que não apareça depois a cinza ou carvões agarrados ao pão. Chama-se «varredoiro» o utensílio usado, que consta apenas de um grande trapo seguro na ponta de um pau.

¡Já agora vai a função até o fim! É que falta mencionar outra pá, mas esta grande e de madeira. Serve para «deitar (é assim que se diz) os bôlos». Estes «bolos» são feitos da massa estendida à mão na própria pá e destinam-se a ser cozidos «em quente» ao enfornar o pão; petisqueira esta, para a qual se convida êste ou aquele vizinho, que às vezes paga cara a cortesia pela imprudência funesta de condimentar o repasto com vinho ou água fria.

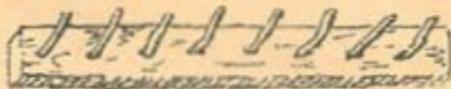



Fig. 4

Mas êste não é o destino principal da pá de madeira. A farinha foi amassada à fôrça de braço e com água fervente na «masseira», estando a levedar *(lubedar)* algumas horas com o fermento, coberta com um pano e descida a tampa da mesma «masseira». Uma tigela desta massa guarda-se para a fornada seguinte e constitue o seu fermento.

A pá destina-se, pois, a meter no forno as "brôas"

com a forma e dimensão próprias. Para isso, as diferentes porções de massa vão sendo «padejadas» dentro de uma «cunca» de pau ou alguidar de loiça vermelha, dando-se-lhes a forma ovoide e depondo-as na pá. É assim que são introduzidas no forno uma a uma, começando por uma das «anteiras» (*anta-ae*) da porta, deixando-as encostadas umas às outras e polvilhando--as de farinha, no fim.

Tudo isto é feito à luz mortiça da candeia, cuja forma é ainda em algumas cozinhas, pelo menos, a do séc. XVI. A candeia pendura-se no "velador" (*bulador*), que consta de uma haste de pau com furos a diferentes alturas, cravada verticalmente em uma roda de ma-

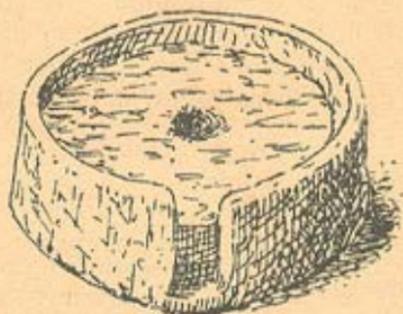



Fig. 5 Fig. 6

deira, assente no chão (1).

Na «lareira" estão os «potes» de ferro com 3 pernas, que serviram para «quentar" a água; «chocolateiras» de barro com «rabo» ôco, panelas com têsto, etc.

A um lado da lareira, via-se um aparelho que a fig. 3 representa e que se chama «gramalheira». A sua utilidade é servir para pendurar sôbre o lume um «tacho» ou caldeira de metal. O pau vertical é móvel

(1) Bem diferente do velador desenhado no *Boletim de Etnografia*, vol. III.

rotativamente. Na haste denteada e furada engancha o „tacho», podendo-se assim colocá-lo em diferentes alturas.

Para serviço da cozinha ha tambem o "gàlheiro» (fig. 4): é uma tábua estreita, mais ou menos comprida, munida de um renque de "tornos» de pau, onde se pendura o assador das castanhas e qualquer outro «asado", isto é, qualquer "panêlo» de barro com asas, que não seja muito grande.

Indispensável é ainda o «sàleiro», (fig. 5) se até a massada farinha (de milho, entenda-se) leva sal... Êste utensílio caseiro é um simples "cortiço», isto é, um pequeno cilindro de cortiça, aberto só na parte superior, que aliás se póde tapar com uma tábua redonda volante. Junto da bôca, tem uma chanfradura por onde cabe a mão, que tira o sal. O sal grosso é esmagado com um "gôgo» do rio — ¡tal qual um percutor prèistórico!

*

Na casa em que pude colher es es tam característicos elementos de informação etnográfica, foram mostrar-me uma antigualha, que é já hoje rara no norte; o pé de uma mó manual, que ainda estava em uso no tempo dos próximos antepassados da boa família, a cujo lar me aqueci em uma já longínqua noite de inverno.

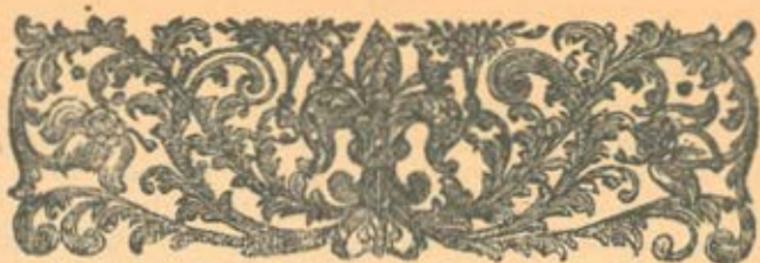
A figura 6 substitue maior referência; é notável a semelhança com as mós castrejas, em geral aliás, de menores dimensões. A peça superior da mó, isto é, a andadeira, é que já não existia.

No fim dêste pacato serão etnográfico, vou mostrar aos leitores frequentadores da *Feira da Ladra*, um pequeno aparelho que a-pesar da sua utilidade doméstica, nunca encontrariam à venda em *ferros-velhos*,

tam depressa se faz como se desfaz, sem deixar vestígios da sua construção e, contudo, é vulgar *por baixo da chaminé:*—é a "ratoeira de bugalho", ou "de tijela» (fig. 7) Um "guiceiro» aguçado nas pontas; numa o bugalho, noutra o toucinho e a tijela por cima, e pronto!

Lá ficou de noite uma ratoeira assim, na cozinha minhota, e. . . até outro dia.

FELIX ALVES PEREIRA

Fig. 7

UM SINETE MEDIEVAL

Já vai longe o tempo em que o coleccionador paciente encontrava com freqüência na Feira da Ladra objectos com que enriquecer as suas colecções. Hoje, o artigo novo — *Tudo a dez tostões !* — tem expulsado dali as velharias, entre as quais, a par de muita bugiganga sem valor, apareciam raridades de que os vendedores nem suspeitavam o merecimento.

O pequeno sinete que vamos descrever, e que julgamos de alguma raridade, foi por nós ali encontrado há alguns anos. A gravura mostra-o reduzido a metade. É do tipo "ferro de engomar", e destinava-se à impressão em relêvo sôbre cera ou lacre. É fundido em bronze, e o seu estado de conservação é bom.

Vejamos agora o que se contém na sua face, que, como a gravura mostra, tem a forma de um escudo heráldico, ligeiramente trapezoidal.

Entre dois traços distanciados de cêrca de cinco milímetros, corre gravada a legenda, a começar no ângu-

límetros, corre gravada a legenda, a começar no ângulo superior esquerdo e terminando no superior da direita do leitor. Esta legenda diz:

ESTEVAN: VASQES. A CVNIA

Na parte superior, tem apenas:

S†S.

Dentro do traço interior, cinco cunhas em aspa.

A gravura é tôda muito grosseira, denotando pouca perícia do artífice.

O facto do nome se achar escrito parte em português e parte em latim assás bárbaro; o emprêgo do patronímico Vasques, que durante o século XV começou a ser substituído pelo de Vaz; e ainda o uso de formas antigas de algumas letras, tais como o C e o E, embora o tipo geral de letra continue a ser empregado até muito tar-

O sinete
visto de frente

O mesmo
visto de perfil, horizontalmente

de na gravura numismática, induzem-nos a crer que o sinete é anterior ao século XVI.

Uma observação importante: o escudo apresenta cinco cunhas em aspa e não nove em três palas, como hoje indicam os armoriais para a família Cunha.

A pesquisa do primitivo possuïdor do sinete, seria interessante para a determinação da época dêste. Certamente que desde Estêvão Vasques da Cunha, vassalo de

D. Deniz, de quem falam o *Livro Velho das Linhagens de Portugal* e as *Chancelarias* daquele rei, até o fim do século XV, muitos indivíduos com aquele nome devem ter existido. A qual dêles possa ter pertencido o sinete, é problema que não abordamos, deixando-o para os genealogistas.

GARCEZ TEIXEIRA

ERMIDA DO SANTO ESPÍRITO DE ALFAMA

UANDO foi edificada?

O *Guia de Portugal*, 1.º volume, 1924, a páginas 303, diz:

"A ermida dos Remédios do Espírito Santo de Alfama *fund. em 1551* para capela, pelos navegantes, etc."

Monsenhor Gustavo Couto, na sua monografia, *História da Egreja de Santo Estevam de* Lisboa, 1927, no alto da página 16, diz, referindo-se à ermida do Espírito Santo, "que foi fundada em 1551 para a capela e hospital dêste nome pelos humildes navegantes e pescadores de Alfama".

Pena é que tanto um como outro não indiquem a fonte onde foram buscar esta data.

A *Estatistica de Lisboa* de 1552 faz dela menção; portanto é que naquele ano já ela existia.

Gil Vicente, quando escreveu o *Pranto de Maria Parda (153...?)* já tinha conhecimento da sua existencia:

Bem ali ao Santo Esp'rito, etc..

Fr. Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuario Mariano* vol. I, título 46, pág. 131 (1707-1723), diz: «A casa de N. S. dos Remedios, etc., naõ consta do tempo em que foy fundada mas deve ter mais de duzentos annos de antiguidade...»

Na opinião desta abalizada autoridade, a construção da referida ermida data portanto de antes de 1507.

Possuo um manuscrito, fólio de 183 fôlhas de papel almaço, muito encorpado (marca a água, alemã, austríaca ou holandesa) numeradas só de uma face, 96 escritas e as outras em branco. Está encadernado em inteira de carneira (bezêrra?) com ferros a sêco. Lombada com 4 nervuras e entre as duas primeiras do alto uma etiqueta de couro vermelho onde está impresso com letras e cercadura a ouro, o título: «1791-Inventario». Pastas e lombada bastante picadas de traça, tendo sido absolutamente poupado o manuscrito.

Na primeira página encontra-se o seguinte:

«Inventario dos bens que possue a Irmandade dos Pescadores e navegantes intitulada do Espirito Santo e nossa Senhora dos Remedios cita na sua propria Irmida com o titulo da mesma Snr.ª feito no principio do anno de 1798.

"Sendo provedor Antonio José Afonso, Secretario José Gliz. de Oliveira, da corporaçaõ do Navego, Thezoureiro José da Ressurreyçaõ, da Corporaçaõ da Pescaria do Alto, e mais mordomos que actualmente servem". Segue-se:

"Index do que contem este livro".

São 35 capítulos, dos quais os mais importantes, para o fim que me propus tratar são os seguintes:

Ermida e suas pertenças.

Imagens, etc.

Tumba e suas pertenças.

Capelas e censos.

Propriedade de casas proprias.

D.tas com foros e censos.

Juros Reaes.

Livros que existem no cartorio, etc.

Bens de Raiz e Foreiros que em outro tempo possuiu a Irmandade.

A página 1:

"Tem esta Irmandade huma Irmida com tres altares, dedicada á Snr'a dos Remedios cituada na Freg.a de Santo Estevão de Lix.a, sendo os ditos altares Preveligiados. por Breves do SS.mo P.e Pio 6.º em que concede Indulgencias, etc.

"A fundaçaõ desta Irmida he no sitio onde a m.ma Senhora apareceo que foi em Poço que ainda hoje existe debaxo do altar que fica dap.te do Evange.o, cuja agua delle vai depuzitarce a outro Poço que fica á parte esquerda da Porta Principal da d.a Irmida servindo esta desde a sua apariçaõ de muitos milagres p.a todas as pessoas, que com devoçaõ bebem da d.a e imploram o patrocinio da m.ma Senhora.

"O tempo em que esta appariçaõ succedeo e a fundaçaõ da Irmida, se ignora por se perder hum livro pelo Terremoto de 1755 e só ha tradicçaõ que a Irmandade do Espirito Santo hoje assim chamada, fora no antigo tempo instituida com o titulo do Hospital do Corpo de Deos cujo hospital ainda hoje se conserva, e parece que a fundaçaõ foi no anno de 1428 da Era de Cezar, que corresponde á de Xp.to de 1390, o que se alcança de hum Termo pelo qual se reformou o compromisso em 1606, e de huma carta de Previlegio assignada pelo Sr. Rey D. Joaõ o 1.º, dada na Era de Cezar de 1448 que corresponde á de Xp.to 1410 o qual está confirmado pelo Sr. Rey D. Afonso o 5.º em 4 de Dezbr.o de 1456 em que prohibio o arcebispo de Lix.a seu vigario Rodrigo Annes, o tomar este contas das rendas do m.,mo hospital com o titulo do Corpo de Deus por onde se infere que a fundaçaõ foy com Authorid.e

Regia". (Verso da fl. 1 e fl. 2).

"Esta Irmandade do Espirito Santo dos Pescadores do Alto, antigamente residia na Igr.ª e Freg.ª de S. Miguel de Alfama aonde tinham collocado em hu' Altar e nelle hu' Painel com a insignia do Espirito Santo e passados annos foram para o seu hospital ás Portas da Cruz por desordens que nesse tempo tiveram com os Padres da d.ª Freg.ª como se vê da Snn.çª que está no Cartorio".[1]

(Maço 1.º letra dous A. A. (Fl. 2).

No verso da fôlha 2 e 3 vem o seguinte:

«Hexiste o mesmo Hospital no citio já dito da Rua direita das portas da Crus Freguesia de S. Estevaõ de Lisboa, onde residem os irmaõs e irmãs necessitados e estrupiados estando estes separados em prim.ᵗᵒ e segundo pavim.ᵗᵒ, e tem o seu oratorio onde se diz Missa aos domingos e dias Santos com Lic.ª do ordinario, e Breve de S. Santidade, e nestas casas em que se acha o hospital heraõ foreiras e se compraraõ por Snn.çª, que assim o determinou em 20 de Janeiro de 1453 cujos Titulos estaõ no Cartorio, maço 1.º letra dous B. B. e A.º 1.º» [2]

A fl. 62 vem o seguinte:

«Documento n.º 39.

«Primeiro emprazamento do Casal de Alcantara que he o chamado ventoso, apontado neste Livro, no maço 7.º docum.ᵗᵒ 38 na lauda em frente que foy selebrado em 7 de Abril de 1431 tendo naquelle tempo o Foro de dous Quarteiros de Pam meado que he trigo e sevada".

No verso da fl. 68 vem o seguinte:

---

(1) Esta sentença vem mencionada na página 40 do mesmo manuscrito sob a designação genérica de «Papeis que estaõ na Secretaria.»

(2) Vem mencionado a pág. 40 do mesmo manuscrito.

«Documento 30.

«Snn.ca. a favor da Irman.de, a respeito das partes da Dizima da Portagem contra o Alcayde Mor e se determinou dar a cada Hospital 2500 proferida no anno de 1456».

A fl. 48 acha-se o seguinte:

"Documento 8.°

"Consta de hua Provisaõ passada no anno 1468 em qual se determina que as contas de Receyta e Desp.a desta Irmand.e seja dada de huns a outros irmaõs e naõ a Justiça algũa, este documento se acha lançado em livro de Privelegios que tem capa de veludo azul».

Alem dêstes há outros documentos muito interessantes para a história da dita Irmandade, com datas de 1506 (fl. 67) 1508 (fl. 56) 1525 (fl. 47) 1533 (fl. 66) 1536 (fl. 57) 1549 (fl. 68) e muitos mais dos séculos XVII e XVIII.

O que se pode afirmar, se o manuscrito não é uma pura invenção, é que os documentos existiam à data de 1798 e julgo serem os mesmos que existiam antes do terremoto de 1755.

Júlio de Castilho, na sua *A Ribeira de Lisboa*, a pág. 138, diz que a ermida "ficou arruïnadissima", citando em apoio, o que diz Moreira de Mendonça na sua *Hist. dos Terremotos*, 1758, pág. 133; mas exagera, porque êste apenas escreveu «ficaram derrubados ou com grandes ruinas (entre outros) a Igreja de N. S. dos Remedios e o seu Hospital».

O portal ainda ficou de pé.

Dêste portal, hoje monumento nacional vem uma gravura na *Estética Citadina* de Ribeiro Christino, edição de 1923, pág. 40 e na *Arquitectura da Renascença em Portugal*, de Haupt (tradução portuguêsa) 1924, pág. 303, e em várias outras obras.

No jornal *A Voz*, de 6 de Dezembro de 1927, num artigo assinado por António Alcântara de Mendonça Dias e sob o título *A Ermida de N. S. dos Remedios*

diz-se:

«Com o Terremoto de 1755 a antiga ermida de N. S. dos Remédios ou do Espírito Santo....... sofreu bastante, mas rapidamente foi reconstruída com o produto de esmolas feitas pelos fieis».......

«A fachada apresenta um interessante pórtico que escapou ao cataclismo». Acompanha-o uma estampa do mesmo pórtico.

Na obra já citada sôbre a igreja de S. Estêvão, de Gustavo Couto, a pag. 17 lê-se:

«O Terr. de 1755 arruïnou muito a ermida, mas os estragos logo se repararam, havendo ainda a notar a sua interessante porta manuelina...... e alguns importantes quadros de azulejos do século XVI na sacristia e na casa do despacho».

No manuscrito citado encontra-se com muita frequência, á margem da lista dos objectos existentes na data em que foi feito, fazendo menção dos que faltavam como justificação, a nota «se queimou no fogo», naturalmente o que se seguiu ao cataclismo.

Por tudo o que acabo de expôr sou levado a crer que o terremoto poupou muito do que existia e que os documentos mencionados no referido Inventário, que deveriam existir guardados na sacristia e casa do despacho (cartório?) cuja ruína não foi completa e que ficaram ainda em grande parte de pé, visto ter permitido a classificação dos azulejos de cada uma das dependências e o século a que pertenciam, sou levado a crer, dizia, que os documentos inventariados são os da primitiva.

Para complemento do meu pequenino trabalho faltava-me ir visitar o actual cartório da Ermida, verificar e estudar os documentos que ainda lá possam existir e cotejá-los com os mencionados no meu manuscrito, mas por impossibilidade física não o posso fazer.

Em face do exposto e do que encontrei sôbre o assunto em várias obras muito conhecidas e sempre con-

sultadas com proveito por todos os que se dedicam aos estudos olisiponenses, julgo poder chegar às seguintes conclusões:

1.º Que a Irmandade e o Hospital do Corpo de Deus, depois Espírito Santo, foram fundados em 1390, instalando-se na Igreja de S. Miguel.

2.º Que anos depois, começo do século XV (?) por desavenças com os padres da igreja de S. Miguel se mudaram para o novo Hospital e Ermida, que por êsse motivo se viram obrigados a construir na rua das Portas da Cruz, com a invocação do Espírito Santo, cujo nome mudaram para o de N. S. dos Remédios, naturalmente quando se deu a aparição da imagem no poço da Ermida, cuja água passou a ter, por êsse facto, propriedades milagrosas e servir de remédio a diversas doenças, conforme as crenças religiosas que sempre houve no povo português.

¿Fui apressado em tirar estas conclusões? ¿Deverei ser acusado de precipitado e de menos escrupuloso na apreciação de documentos para tornar mais lógicas e plausíveis as conclusões a que desejava chegar?

Os nossos grandes mestres das cousas antigas de Lisboa o dirão; e já agora lhes peço me perdoem o atrevimento de ter metido a fouce em seara alheia, eu, que não passo de simples amador, de pequenino e modesto coleccionador de tudo o que se refere ao passado da antiga Lisboa.

Lisboa, 10 de Agosto de 1932.

Dr. Carlos Santos

ADITAMENTO

Depois de escrito o artigo que açaba de ler-se, encontrei na 1.ª série dos «Archivos de Historia da Medicina Portugueza» de Maximiano de Lemos, Pôrto, 1886-1896, um trabalho do erudito e muito considerado escritor J. M. L. Nogueira sob o título: *Algumas noticias dos Hospitaes existentes em Lisboa e suas proximidades, antes da fundação do Hospital de Todos os Santos — 15 de Maio de 1492.*

De entre os 47 de cuja existência poude achar documentos, menciona no n.º 6 do 5.º ano, a pág. 180, o seguinte:

«*Hospital dos pescadores, ao Chafariz dos Cavallos, da invocação do Espirito Santo de Alfama.*

«Já dissemos que o tal chafariz existe no bairro de Alfama e que opinamos ser o que ora dizemos chafariz de Dentro. Este hospital possuia muitos bens, o que deu causa a ser annexado ao juizado da Alfandega de Lisboa por alvará de el-rei D. Manuel de 20 de Outubro de 1508, até que foi incorporado no hospital de Todos os Santos. Estamos em duvida se foi este hospital denominado *dos pescadores chincheiros* situado na ermida de Nossa Senhora dos Remedios, freguesia de Santo Estevão, de que fala J. B. de Castro. O portal d'esta ermida denota bastante antiguidade, e merece attenção o seu risco e lavor».

No manuscrito citado no artigo ao qual é feito êste aditamento, a pag. 55 v. lê-se:

Documento 10.º

«Snn.ca contra os pescadores da Boa-Vista, e os xinxeiros (sic) de Alfama, sobre a divizaõ de Quatro mil rs para cada Hospital dada em 1564».

A pág. 56:

Docum.to 12.

«Snn.ca de Xinxeiros (sic) contra os do Alto para hirem todos juntos atraz da Cruz da Irmand.e Dada no anno de 1508».

No Supplemento ao *Vocabulario* de Bluteau, vol. I, pág. 230, lê-se o seguinte: *Chincha* — He o genero de embarcaçaõ e he pesca com redes de arrastar, principalmente sardinhas, e outros peixes, cujos pescadores se chamaõ Chincheiros, e as redes menores de arrastar se chamaõ chinchorras as quaes naõ saõ redes de pesca do alto como diz Leonel da Cunha citado no Vocabulario, mas sim redes que de terra se puxaõ».

Em face destas definições e dos documentos acima citados, parece não deverem subsistir as dúvidas de J. M. L. Nogueira de que o Hospital dos Pescadores, ao Chafariz dos Cavalos, da invocação do Espírito Santo de Alfama, é o mesmo que o citado por J. B. de Castro, que o dá como existente na ermida de Nossa Senhora dos Remédios.

Christóvão R. de Oliveira, à data em que escreveu o seu *Summario*, dava como já existente na freguezia de S. Estêvão "Uma ermida de Santo Spirito nalfama" e mais adiante, numa lista dos hospitais que há na cidade (Lisboa) faz menção da existência, na mesma freguezia, do «Esprital dos Pescadores chincheiros, ou de nossa Senhora dos Remedios, e que tem huma ermida em que se diz missa, que se chama nossa Senhora dos remedios.»

Menciona mais um «Esprital dos Pescadores linheiros á porta da Cruz», mas esta, como se sabe, ficava no fim da rua das portas da Cruz e na frente da rua do Paraíso.

Julgo poder concluir que os documentos agora apontados são mais uma prova a corroborar as conclusões a que cheguei no artigo anterior.

14. VIII. 932

C. S.

MOÇOS DO ESTUDO

A-QUANDO do Congresso Internacional de Antropologia de Coímbra-Pôrto, 1930, jantando, no Grande Hotel do Pôrto, com êsse simpático boémio de espírito que era o dr. Casanova, delegado do México, e o notável publicista Cardoso Marta, sugeriu-me o ilustre estrangeiro a publicação dum cancioneiro estudantil português.

Alguma cousa tenho, já, publicado nêsse sentido: *(À sombra da capa*, in «Diario de Noticias»; *O Estudante Coimbrão*, in «Terras de Portugal»; *La vie d'étudiant à Coïmbra*, in «La Vie Latine»; artigos vários in «Gazeta de Coímbra», «Voz de Coímbra», etc.). Todavia, não me interessava compilar sòmente as cantigas referentes a estudantes; tencionava fazer um estudo de *folk-lore*, ou seja da actividade espiritual, popular e colectiva, exercida sôbre os escolares e tudo quanto lhes dissesse respeito.

O interessante e formoso trabalho que o nóvel e valoroso publicista Pires de Lima publicou na «Feira da La-

dra» *(O Estudante no Cancioneiro Popular)* veio decidir--me a escrevinhar estas modestas e despretenciosas linhas, E que elas a alguém aproveitem, são os meus votos.

Publico e comento, abaixo, as cantigas que colhi da tradição oral: umas, de-certo, criadas pela fecunda imaginação da alma de poeta do nosso Povo; outras, concebidas por poetas e, pela sua beleza e graça, pelo mesmo povo perfilhadas.

Mas não as colhi só na tradição oral: também no *Cancioneiro Popular d Beira* e nas obras de Tomaz Pires, Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, Pires de Lima, etc., forrageei elementos para êste pequeno trabalho.

Destas cantigas, muitas são de Coímbra, do centro académico por excelência, onde a vida escolar fazia proceder da mentalidade criadora do povo, imediatamente, os versos alusivos aos estudantes. Era a influência do meio.

Outras, são de longe; é a *voz do povo* mostrando o seu conceito àcêrca dos estudantes; e as cantigas vieram de bôca em bôca, de terra em terra, país fora, como aves de arribação, trazidas talvez pelas raparigas, que as cantavam na labuta dos campos, talvez por cegos rapsódos que as cantavam pelas estradas...

De algumas há variantes, de que se omitiram as pequenas, para citar só as mais importantes.

*

¿Qual é o conceito que o Povo faz dos estudantes?

Êsse conceito varia; segundo bem observou Pires de Lima, "se os homens teem uma certa má vontade contra êles, pelo contrário, as raparigas de Portugal tecem-lhes as mais lindas referências»; e êsses aspectos do conceito popular do estudante transparecem nas quadras que seguem:

1- Se viesse uma nòrtada
Para êsses estudantes,
Ficaria Braga livre
De garotos e tratantes.

2- P'ra Coímbra burros vão
De Coímbra burros veem;
Coímbra não pode dar
Juízo a quem o não tem.

3- ¡Ó Coímbra! ¡Ó Coímbra!
¿Que fazes aos estudantes?
Veem de casa uns santinhos,
Vão de cá feitos tratantes.

4- Coímbra, nobre cidade
Onde se formam doutores:
Vão para lá uns santinhos,
Veem de lá uns estupores.

5- Um estudante, menina,
É comparado à sardinha:
Salgadita e com escama,
Pouca carne e muita espinha.

6- Em Coímbra, não há pano—
¿Os 'studantes que farão?
Cortam as asas às pombas:
Estudantes pombas são.

Esta má vontade contra os estudantes deve-se à sua irreverência, ao seu espírito trocista, às suas partidas, à sua ousadia; donde, um certo receio que lhes teem:

7- Ó minha mãi, não me mande
A Coímbra, a vender pão.
Veem de lá os estudantes:
—¡Pàdeirinha é de feição!

8- Ó minha mãi, não me mande
A Coímbra, a vender trigo,
Que me dão os estudantes:
—¡Menina, case comigo!

9- Ó Arminda, ó Armindinha,
O teu pai chora bastante:
Foram dizer ao quartel
Qu'estavas c'um estudante.

10- Ó tricanas de Coímbra,
Não vão de noite ao Choupal,
Que as almas dos estudantes
Vão lá penar o seu mal.
(Erudita).

A vida do estudante é, também, motivo para cantigas e celebram-se, mediante elas, algumas características dessa vida. Assim, a estúrdia e a cabulice:

11- Estudantes de Coímbra
Tem dois pecados mortais:
Não fazem caso dos livros
E gastam dinheiro aos pais.

12- Coímbra, p'ra ser Coímbra,
Três cousas há-de contar:
Guitarras, fados, tricanas,
E um estudante a cantar.
(Erudita-José Paradela de Oliveira).

A sua penúria financeira e o passadío, não escapam à observação popular:

13- Estudantes de Coímbra
Andam sempre sem dinheiro
Inda devem meias solas
Ao vizinho sapateiro.

14- Estudantes de Coímbra
Não comem senão ortigas:
Andam a poupar dinheiro
Para dar às raparigas.

15- Se houvér de tomar amores
Há-de ser c'um estudante;
Inda que não tenha dinheiro,
Tem o passear galante.

Em Coímbra, eram como que os senhores da terra e tinham os seus passeios e locais predilectos, como se vê:

16- Se Coímbra fôsse minha
Como é dos estudantes,
Mandava-a logo cercar
De vasos de diamantes.

17- Se Coímbra fôsse minha
Como é dos estudantes,
Mandava-lhe pôr no meio
Um *bouquet* de diamantes.

18- Se Coímbra fôsse minha
Como é dos estudantes,
Mandava-lhe pôr no meio
Uma c'roa de brilhantes.

19- Sansão é dos frades crúzios,
A Feira, dos estudantes,
A Praça, das regateiras,
A Calçada, dos amantes.

20- O Rio é dos barqueiros,
A Calçada, dos amantes,
A Praça, das regateiras,
A Ponte, dos estudantes.

21- O estudante, quando chega
Á porta duma pousada,
Logo faz esta pregunta:
¿Se é bonita a criada?

22- Estudantes de Coímbra
Andam por baixo da ponte;
Por causa das raparigas
¡Muito sapato se rompe!

Há, nestas quadras, referências ao costume, que os estudantes tinham, de ir passear e estacionar na antiga ponte de pedra sôbre o Mondego, especialmente na meia-laranja chamada o *O' da ponte* e à feira-franca da Universidade, criada por D. João III, que deu o nome ao local, hoje o largo da Feira.

Também se estudava; havia quem freqüentasse as aulas; quem tirasse cursos; mas, também, quem desinquietasse os estudiosos:

23- Inda agora aqui passou
Antoninho p'ró estudo:
Cara de neve coalhada,
Olhos de limão maduro.

24- Sou estudante de Coímbra,
Ando a estudar Medicina:
Quisera tomar o pulso
Àquela linda menina.

25- Estudante que estudais
Nos livros da F'losofia,
¿Dizei-me que ave é esta
Que tem peitos, leite, e cria?

(É o morcego)

26- O meu amor é estudante,
Estudante de latim;
Se êle se chega a formar,
Ninguém tenha dó de mim.

27- O meu amor é estudante.
Anda a formar-se em Direito;
Em outras leis está êle
Já formado no meu peito.

28- O meu amor é estudante,
Quintanista de Direito;
Quando passa para a aula
Parece um amor-perfeito.

29- Estudante, deixa os livros,
Volta-te cá para mim;
Mais vale um dia de amores
Que dez anos de latim.

30- Ó tu, que estás estudando,
Larga os velhos calhamaços;
¡Não há ciência mais linda
Que a dos beijos e abraços!
(Erudita)

31- O meu amor é estudante
Anda na estudantaria;
Diz-me lá a primeira letra,
Que a segunda, já eu sabia.

32- O meu amor é estudante,
Êle estuda num colégio; [1]
É para ser capitão
Duma nau que está no Tejo.

---

(1) O povo diz *coléjo*. Assim se explica a rima.

E' de notar que a adivinha do morcego cita o curso de Filosofia, Faculdade onde, desde a reforma pombalina até à reforma de António José de Almeida, se estudaram as Ciências Naturais.

Mas, de algumas destas quadras se deduz aprender o estudante, em Coímbra, uma outra ciência, diferente da ensinada pelos lentes, mas aprendida na prática da vida —a ciência do Amor:

. . . .

Em outras leis está êle
Já formado no meu peito.

. . . .

Mais vale um dia de amores
Que dez anos de latim.

. . . .

Não há ciência mais linda
Que a dos beijos e abraços.

E êste conceito está fundamente radicado, como o provam as seguintes quadras:

33- No colégio de Coímbra,
Para te amar aprendi;
Com *pena* (1) de te não ver
Uma carta te escrevi.

34- Nos estudos de Coímbra,
Para te amar, aprendi:
Com *penas* e saüdades,
Uma carta te escrevi.

---

(1) A palavra *pena*, nesta quadra e na seguinte, vem num duplo sentido: pena (mágua) e pena (de escrever).

35- Eu vim a Coímbra ao estudo
Aprender lições de amar;
Apenas vi os teus olhos,
Nunca mais pude estudar.

36- Coímbra, nobre cidade
Onde se formam doutores;
Também já lá se formaram
Os meus primeiros amores.

37- Meu amor anda no estudo,
Já tomou grau de doutor;
Acabada a formatura,
Toma capêlo em Amor.

A referência ao colégio de Coímbra indica-nos que a quadra deve ser coeva da existência dos colégios das ordens religiosas e da nobreza em Coímbra.

A expressão "nobre cidade" parece ser corrupção de Universidade; ou talvez se refira ao facto de ser Coímbra lugar de eleição para a nobreza e, até, dos graus universitários nobilitarem quem os tomava.

O conceito de que o estudante também estuda a ciência do amor, vem, de-certo, do facto do estudante ser galanteador e namorador, com o espírito enamorado e apaixonado do português, e gostar de conversar damas. Êste feitio namorador e amoroso, também merece largas referências:

38- O meu amor é estudante
Em Coímbra, mas não sei:
Há pouco falei com êle
Inda lho não preguntei.

39- Amor como o de estudante,
Não há outro, não há, não:
Leva tôda a nossa vida,
Rouba o nosso coração.

40- Cantigas ao desafio,
Comigo ninguém as cante:
Eu tenho quem m'as ensine:
O meu Amor, qu' é 'studante.

41- Eu hei-de subir à tôrre
Que da tôrre vejo tudo:
Também vejo o meu amor
Mesmo à portinha do estudo.

42- Eu hei-de subir ao alto
Que eu do alto vejo tudo;
Também vejo o meu amor
Que anda em Braga, no estudo.

43- Raparigas e estudantes
São duas cousas amigas;
Se uma rima com descantes,
Outra rima com cantigas.
(José Crespo)

44- As tricanas e estudantes
Na mais santa companhia,
Compuseram os descantes
Que a gente canta, hoje em dia.
(José Crespo)

45- ¡Mal hajas, Coímbra, mal hajas
Mais tôda a estudantaria!
¡Mais aquele falar docinho
Que tanto me seduzia!

46- Por traz da nobre cidade [1]
Já vem a romper a lua;
Já se ouvem as serenatas
Dos estudantes na rua.

---

(1) Deve ser corruptela de Universidade, como já admitimos para a 36.ª quadra.

47- Ó Coímbra, ó Coímbra,
Ó ninho de amores leais:
Os amores dos estudantes
Pairam nos teus salgueirais.
(Erudita)

48- Em Coímbra, os estudantes
Estudam mais ao luar,
Com guitarras e descantes
Conjugando o verbo amar.
(Idem)

49- Perdi o ano em Coímbra
A pensar na namorada;
Perdi um, mas ganhei outra:
—¡Ha-de ser cousa falada!

50- Cantador enamorado
À minha porta a cantar:
Não cantes! —chora-me o fado,
¡Que o fado fêz-se a chorar!
(Erudita)

51- Caloirinho há duas noites
Apanhou palmatoadas;
Não escreve p'ra o namôro
Porque traz as mãos inchadas!

52- Joãozinho vai amar
Em vez de ir para o estudo;
Talvez êl' tenha razão;
—¡Quem sabe amar, sabe tudo!
(Cardoso Marta)

53- Fui à tarde ao Ó-da-Ponte
Ver quem prometeu passar;
Faltou ela ao prometido
¡Não torno mais lá a voltar!

54- Mariquinhas diz que gosta
Dos *saquinhos de carvão;*
Ninguém tem nada com isso;
Terra negra dá bom pão.

55- Antoninho foi p'ra o rio
Em vez de ir para a lição.
As lavadeiras disseram;
—¡Estudante maganão!

¿Quantas vezes são os próprios estudantes que se declaram e fazem juras de amor ou rendem homenagens às suas namoradas? É vê-los:

56- Eu vim a Coimbra ao estudo
Com tenções de me formar;
Apenas vi os teus olhos
Nunca mais pude estudar.

57- Se a minha capa falasse
Eu sei lá o que diria!...
¡Bastava que ela contasse
Os nossos beijos, Maria!

58- Quando eu ia p'ra a escola
Caíu-me o livro no Cais.
Apenas vi os teus olhos,
já não pude estudar mais.

59- Mais vale estudar amores
Que papar livros a fio.
Mais vale uma tricaninha
Do que as libras de meu tio.
(Cardoso Marta)

Porém, nem sempre os estudantes são fiéis; às ve-

zes, são inconstantes e levianos; o seu amor tem pouca dura; e veem conselhos ou recriminações:

60- Quem namora os estudantes
Faz dois pecados mortais:
Tira-os dos seus estudos,
Dá desgostos a seus pais.

61- As tricanas, todo o ano
Vão plantar os seus amores
Lá no jardim do engano,
No coração dos doutores.

62- Campos verdes de Coímbra,
Cheios de canaviais:
Quem se fia em estudantes
O que recebe são ais!

63- O amor dum estudante
É como a flôr dos caminhos;
Vem o vento e, num instante,
Não ficam senão espinhos.

64- O amor dum estudante
Não dura mais que uma hora:
Toca a *cabra*, vai p'ra às aulas,
Veem as férias, vai-se embora.

65- O amor dum estudante
Dura o eco das cantigas,
Soltadas quando ás janelas
Aparecem raparigas.

(Erudita).

66- O amor dum estudante
Dura um ai, a soluçar,
Gemido pelas guitarras
Numa noite de luar.
(Idem).

67- De tanto chorar, meus olhos
Já estão vermelhos e baços;
Deixou-me o senhor doutor
Com êste filho nos braços.

E, quantas vezes, os estudantes não vão causar ciúmes:

68- Já te não quero nem ver,
Nem para ti posso olhar:
¡'Stavas *onte* à Porta-Férrea
C'um 'studante, a conversar!...

Também merece cantigas o traje dos estudantes, o hábito talar:

69- Senhor Doutor
Da mula-ruça:
¡Tire o chapéu,
Ponha a carapuça!

70- Estudante
Bragante,
Chapéu de alguidar;
Co' cuidado
Nas moças,
Não pode estudar.

71- A guitarra e a tesoura,
A moca e a colhér de pau,
São cousas indispensáveis
A um vet'rano marau.

72- O seu todo é elegante
Sua voz muito engraçada:
Um jovem de capa e gôrro
Traz minha alma apaixonada.
(Erudita)

73- O amor dum estudante
Captivou meu coração:
Um jovem de capa e gôrro
E' a minha perdição.
(Idem)

74- A beleza do estudante
E' tal que por ela morro;
Gôrro e capa, capa e livro,
Livro e capa, capa e gôrro.

75- A minha capa velhinha,
Tem a côr da noite escura;
Com ela hei-de amortalhar-me
Quando fôr p'rá sepultura
(Do Hilário).

76- Adeus capas, adeus gôrros,
Adeus livros, tudo emfim.
Adeus, ó bela Coímbra,
Saudades levo de ti.

77- A capa dum estudante
E' um jardim de flores,
Tôda cheia de remendos
Cada um de várias côres.

78- Estudante que se preza,
Deve usar capa e batina;
Tocar guitarra e cantar
O Fado, canção divina.
(Erudita)

79- S. João perdeu a capa
No caminho do estudo.
Ajuntem-se as moças tôdas,
Façam-lhe uma de veludo.

Já atraz se viu uma referência ao capêlo, ornamento do hábito talar dos lentes; voltemos, pois, às cantigas a S. João, o único santo que nos aparece relacionado com os estudantes, de-certo por influência das animadas e tradicionais fogueiras de S. João, em Coímbra:

80- S. João adormeceu
Nas escadas do colégio;
A justiça deu com êle,
S. João tem privilégio.

81- S. João adormeceu
Nas escadas do colégio
E acordou aos três dias;
S. João tem privilégio.

A referência ao colégio faz-nos atribuír estas quadras ao tempo dos colégios de regulares, como se disse já.

Ainda queremos deixar aqui arquivadas, algumas cantigas que se não podem incluír em nenhum dos grupos anteriores:

82- Coímbra, nobre cidade,
Onde se vai a preguntas;
E' de lá que hei-de trazer
Sete raparigas juntas.

83- Semeei no meu quintal
O brio dos estudantes;
Nasceu-me uma rosa branca
Cercada de diamantes.

84- Deu-se há dias em Coímbra,
Um caso muito galante:
Uma andorinha fêz ninho
Nas barbas dum estudante.

85- Guitarra, trina, chorosa
Uma canção penetrante:
Lamenta a dôr tormentosa
Da vida dum estudante.
(Erudita).

86- Um caloiro foi sentar-se
Ao pé da água corrente;
As lavadeiras disseram:
—¡Venha cá ajudar a gente!

E outras que obtivemos, depois de composta a parte dêste artigo em que elas deveriam figurar:

87- Se eu um dia fôsse lente
Punha à porta dos estudos:
«Para amardes, sêde cegos,
Sendo amados, sêde mudos».
(Cardoso Marta).

88- Dizem livros excelentes
Que os beijos mais palpitantes,
São os que saem frementes
Dos lábios dos estudantes.
(Erudita)

89- Se um dia me casar
Há-de ser c' um estudante;
Embora não tenha nada
Tem um porte elegante.

90- ¿Quem quer' comprar estudantes
A vintém cada mòlhada?
Hoje ainda haverá quem compre;
Àmanhã ninguém dá nada...

91- Todos os rios do mundo
Vão correndo para o mar;
A malta dos estudantes
Tôda a Coímbra vai parar.

92- ¿Que é que fazes ainda
Agarrado aos calhamaços?
¡Não ha ciência mais linda
Que a dos beijos e abraços!

(Variante da quadra 30.ª)

A 82.ª quadra refere-se, de-certo, no segundo verso, a exames da Universidade (nobre cidade); o brio dos estudantes é, na verdade, precioso, pelo que se infere da 83.ª quadra; há-de concordar-se – no respeitante à irónica trova 84.ª — que era muito bondoso e atraente o barbudo escolar em cujas barbas a andorinha, sem receios, fêz ninho; quanto à 85.ª, de origem erudita, não a compreendemos bem, salvo se a «dôr tormentosa» é a falta de dinheiro — o que não impede os escolares de andarem alegres; porém, tanto pessimismo só nos parece próprio de quem tem que estudar muito – ou por carecer de inteligência, ou por ser *urso*; quanto ao primeiro caso, lembramos a quadra n.º 2; quando ao segundo, citamos esta:

93- — ¿Quem sabe o que é um urso?
Preguntou certo matuto.
— São as asneiras dum curso
Cristalizadas num bruto.
(Erudita)

E, para vir a ser tal, não vale a pena ser *urso*.

*

Pôsto isto, em ligeira resenha, farei algumas anotações e comentários elucidativos a costumes e termos das quadras acima publicadas.

A 4.ª quadra sofre nítida influência do hábito de tratar por *doutor* todos os estudantes, mesmo os que nunca se formam e de considerar como tais os que são simples bachareis ou licenciados. Na 7.ª quadra, a frase «é de feição», indica que a quadra é do século XVIII, ocasião em que tal expressão era muito freqüente no meio universitário. A 21.ª recorda os tempos anteriores ao caminho de ferro, em que se ia para Coímbra ou de diligência ou a cavalo, como informa o famoso *Palito Métrico*.

É curioso notar que a quadra 28.ª se refere ao *amor perfeito*, que é um estudante de Direito, os quais sempre passavam pelos mais *smarts* da Universidade. A 32.ª quadra não me parece coimbrã, antes, sim, lisboeta e referir-se aos Colégios da Nobreza de Lisboa; na 33.ª, o *colégio de Coímbra* deve ser a Universidade. A 35.ª, encerra em si uma contradição; confronte com a 56.ª. A 37.ª, mostra-nos que, no conceito popular, o doutor é um grau universitário anterior à tomada de capêlo, o que não é exacto, pois que o *capêlo* é que confere o grau de doutor, e não o antigo *gradum bacchalauri* dos quartanistas.

A 42.ª quadra deve ser adaptação da 41.ª que se refere à tôrre da Universidade. A 46.ª relembra as afamadas serenatas coimbrãs, hôje em decadência, infelizmente; da mesma maneira a 48.ª e a 50.ª, atribuída a Carlos Amaro.

A 51.ª faz referência aos costumes académicos das *troupes*, praxes curiosas, como as há em tôdas as universidades tradicionais, e às quais se referem, também, as quadras n.os 71, 86 e, provavelmente, a 80.ª. Na 53.ª

devemos ver uma quadra de estudante, queixoso de lhe faltarem a uma entrevista marcada; o rio, as suas margens, a ponte, o «Ó-da-Ponte», tiveram uma grande importância na vida académica de antanho, por serem passeios aprazíveis, como se verifica pelas quadras n.os 10, 19, 47, 55, 58, 62 e 86. *Sacas de carvão*, cujo diminutivo se vê na quadra 54.ª, é, bem como *carvoeiros*, a alcunha que os filhos de Coímbra dão aos escolares.

As 69.ª e 70.ª conteem nítida referência ao chapeu largo, de escolar, usado em Coímbra nos séculos XVI e XVII, como se deduz de algumas gravuras coëtâneas, substituído, depois, pelo gôrro, a que se referem algumas quadras posteriores. O gôrro desapareceu, mais tarde, do trajo académico e já não é referido nas outras quadras dêsse grupo; hoje, é ainda, mas raramente, usado.

O privilégio referido na 80.ª quadra deve referir-se a alguma isenção de estudantes que, obrigatòriamente, deveriam estar em casa entre o toque da *cabra*, à noite, e os do *cabrão* e da *cabra*, de manhã.

*

Como se vê, o conceito popular dos estudantes, é muito complexo e variado, até contraditório. Não admira. Estas quadras revelam, geralmente, conceitos subjectivos, mais ou menos objectivados. E só um conhecimento profundo dessa vida escolar e juvenil, só a posse dos sentimentos que devem ser peculiares aos estudantes—podem dar ideia do modo de ser, real, dos académicos e justificar, plenamente, algumas das suas acções que o povo, como esotérico, não conhece.

Todavia, o povo é benévolo para os estudantes. Vê neles rapazes novos e justifica sempre o bulício característico da mocidade, mòrmente daquela que está prêsa pelos trabalhos intelectuais, considerados, tàcitamente pelo povo como àrduos, penosos e, até, demasiados para os escolares.

F. Falcão Machado

USOS E COSTUMES DA ILHA DA MADEIRA

PARA a história etnográfica da Madeira, útil e curioso seria compilar alguns dos seus usos e costumes puramente regionais.

Tentaremos esboçá-lo nesta revista o melhor possível; e, para começar, procuraremos divulgar as várias e por vezes extravagantes maneiras como, ainda neste nosso século, se contrata casamento nalgumas das freguesias da ilha.

Principiamos...

I — SANTO ANTÓNIO DA SERRA

Nesta localidade o pedido de casamento é feito com sua graça.

O pai do noivo, depois de envergar seu tradicional fato domingueiro, onde não falta a inseparável calça de seriguilha, empunha um forçoso bordão ferrado e, com o obrigatório raminho de manjericão (*cheiros*, como lhe chamam) atrás da orelha, dirige-se a casa dos pais da noiva.

Ali chegado e depois dos cumprimentos triviais, diz

que deseja *mercar* um bezerrinho (se o pai da rapariga o tem para venda, pois de contrário se interessará por outro qualquer negócio) e, quando a coisa estiver meio arrumada, o interessado, mudando inesperadamente de assunto, profere, pouco mais ou menos, estas palavras sacramentais:

— *O' compadre! Contrato chama outro; e eu vinha aqui pedir a «amecê» a sua filha Maria p'ra casar com o meu rapaz, q'anda c'o sentido nela há um «rôr» de tempo!*

E ali mesmo, entre um ou mais copos de cidra, se fecha o negócio e se resolve em que data se deverá realizar as bôdas.

Continuaremos...

Funchal, 1932, Nov.º

FERNANDO DE AGUIAR

A PEDRA DE COBRA

o n.º 6 do 4.º volume da *Feira da Ladra* (pág. 253), lêmos uma notícia acêrca da pedra *Bezoar*, estudo valioso dos srs. drs. J. Bethencourt Ferreira e J. R. dos Santos Júnior, publicado no volume XXIX da *Revista Lusitana*, e de que se fêz separata.

A pedra *Bezoar* é muito conhecida desde a Idade Média pelas suas apregoadas virtudes curativas nas mordeduras de víboras e de outros ofídios peçonhentos. Tratou dela largamente, entre outros, Garcia da Orta nos *Colóquios dos simples e drogas da India*.

A notícia da publicação do estudo referido — *A pedra de cobra* — despertou logo a nossa curiosidade; e, resolvendo pedir imediatamente a cedência de um exemplar da separata ao nosso bom amigo, sr. dr. Bethencourt Ferreira, de pronto — na volta do correio — vimos satisfeito o desejo.

Tomámos conhecimento do estudo e a leitura lembrou-nos a necessidade de recorrer ao *Lapidário del Rey D. Alfonso X el sábio*, manuscrito iluminado da Bi-

blioteca do Escurial, de que possuímos a excelente reprodução de Fernandez Montaña e António Selfa.

No mencionado estudo, curiosíssimo pelo assunto, não encontrámos referência ao influxo dos astros nas virtudes da pedra *Bezoar*. Foi isto que nos aguçou mais o apetite de vasculhar o texto do *Lapidário*, na mira de descobrir ali qualquer notícia da célebre pedra.

E achámo-la, felizmente.

*

O *Lapidário* teve origem na mais alta antiguidade. Parece que o seu autor, ou coordenador, foi um sábio da Caldeia. Mais tarde, Abolays, moço naturalista árabe, traduziu-o para a sua língua.

¿Como chegou depois a Espanha? É o que não se pôde averiguar ainda ao certo. Sabe-se apenas que no século XIII estava nas mãos de D. Afonso X, avô do rei D. Deniz de Portugal.

Conhecedor o monarca castelhano do alto valor científico do manuscrito de Abolays, mandou-o traduzir para a sua língua, trabalho que estava concluído em 1279 (era de Cristo).

O *Lapidário*, na sua primeira parte, única que nos interessa agora, trata de 360 pedras dotadas das mais extraordinárias virtudes terapêuticas, curando não só tôdas as doenças que afligem a pobre humanidade, como as mazelas de ordem espiritual que encontramos em tantas criaturas de Deus.

Fazem mais, algumas das ditas pedras: conferem aos que as tragam consigo, certas vantagens muito apreciáveis...

As 360 pedras estão divididas pelos 30 graus de cada um dos 12 signos do Zodíaco, cabendo portanto 1 pedra a cada grau. Nesta posição, perfeitamente compreensível, cada pedra recebe a influência de uma ou mais estrêlas das constelações, que predominam no respecti-

vo signo. São essas influências misteriosas dos astros, que fazem brotar e manter-se as qualidades terapêuti cas das pedras do *Lapidário*.

Fig. 1 — INICIAL «D»
NO OVAL ESTÁ REPRESENTADA A EXTRACÇÃO
DA PEDRA *BEZAHAR*

A descrição começa assim
De la piedra a que llaman Bezahar D (inicial) — *el noveno grado del signo de Gemini es la piedra quel dicen Bezahar.*

LAPIDÁRIO — fl. 23 verso.

*

Vamos agora apresentar dois exemplos interessantes de *pedras de serpente*, que estão descritas no

famoso manuscrito da biblioteca do Escurial.

São elas: a pedra *Bezahar*, que não é outra evidentemente senão a de que trata o estudo dos srs. drs. Bethencourt Ferreira e Santos Júnior: e a *pedra que parece en la mar*, tambem contrária aos ofídios peçonhentos, e dotada de certo poder muito apreciável em verdade.

A propósito da pedra *Bezahar* diz o texto do *Lapidário* (fólio 23-verso), que traduzimos livremente:

«Do nono grau do signo dos Gêmeos é a pedra que dizem Bezahar (fig. 1). É esta pedra muito apreciada e muito nobre e encontra-se de muitas côres; porque as há amarelas, claras e outras pardas, e assim cada uma de sua côr, segundo mostraremos adiante, onde convenha. E as maiores delas encontram-se em terras da China (*Cin*), e da India, e de Horacin (?); mas aquela de que falamos agora, é a mais nobre e maior do que tôdas as outras e tem a côr parda, que é quási amarela. E chamam-na em grego *Nericulequng*, que quere dizer como anti-tóxico. De natureza é quente e úmida, mas não muito em qualquer destas duas feições (*complexiones*). É branda de corpo e fácil de quebrar. E sua virtude é contra todo o tóxico; contra aquele que causa dano sem matar, como contra aquele que mata; e contra os venenos que nascem da terra, como dos outros que são dos animais. E outrossim contra mordedura ou ferida que seja de qualquer animal peçonhento. E a vantagem que dá é desta maneira: que se a moerem, ou limarem dela um pêso de meia dracma e se a derem a beber a homem que tenha bebido qualquer tóxico, fá-lo-há sair com o suor, e cura. E se baterem com a pedra o lugar da ferida ou da mordedura intoxicada, faz efeito, mas não tanto como se a reduzissem a pó e a deitassem sôbre a chaga: e se o lugar da mordedura ou da ferida apodrece antes que empreguem outra medicina e puserem aí estes pós, sara

muito fàcilmente. Ainda prova sua virtude doutra maneira: se tomarem o escorpião, a que chamamos lacrau (*alacran*) e baterem com esta pedra o ferrão com que fere, perde a fôrça de ferir com êle para sempre. E se tomarem o pêso de meia dracma do pó dela e o deitarem à víbora ou à cobra na garganta, afogam-se logo e morrem».........................

Fig. 2—REPRESENTA O SIGNO DOS GÊMEOS

O texto diz na parte final:

Et la estrela que sigue á la otra que es en el pie del Gemini delantero, et es como con copezamiento de la pierna de este Gemini, ha poder sobre esta piedra...»

LAPIDÁRIO—fl. 24

Seguem-se várias consideracões sôbre o efeito dos venenos e ainda sôbre outras pedras, que se pa-

recem com a *Bezahar*, embora não possuam as suas qualidades terapêuticas: não as transcrevemos por desnecessárias ao nosso fim. A parte final da notícia do *Lapidário*, que não trasladamos a português pela dificuldade de tradução, resa assim:

"Et la estrella que sigue á la otra que es en el pie del Gemini delantero, et es como con copezamiento de la pierna de este Gemini, ha poder sobre esta piedra (fig. 2); e della recibe su vertud. Et cuando ella es en ascendente muestra esta piedra mas manifestamiente sus obras".

De la piedra que parece en la mar, fala-nos desta orma o *Lapidário*, em fólio 15-verso:

"Del quinceno grado del signo de Tauro es la piedra que paresce en la mar cuando sube la planeta Venus, et ascondese cuando se pone. Et esta piedra et la otra que aante digiemos de Mars, et que diremos adelante de cada una de las otras planetas en cual guisa parece en ella la vertud de aquella planeta de que ha la fuerza et la vertud, todas son falladas en el mar que dicen Tenebroso: pero cada una en su logar; ca non todas en uno, mas esta que es sennaladamiente de Venus ha la color blanca et tira ya cuanto á amariello. Et es piedra lucia et clara et de grand resplandor. Liviana es de peso, pero fuerte et muy dura de quebrantar; asi que, no la quebranta otro metal, si non el oro de esta guisa: que cuando lo llegan á ella quebra luego la piedra. Et en todas guisas se muestra en ella complixion de Venus; pero la natura de ella es fria et seca. Piedra es muy fremosa de vista; et precianla mucho los que la conoscen. Et su propriedad es á tal que fuyen de ella todas las naturas de sirpientes que son veninosas. Et aun ha otra grand propriedad que el que la trae consigo ha grand voluntad de mugier, et a un que lo use nol face tan grand mal como al otro. Et la estrella siguiente de las dos que son en

la corona de Persio ha poder sobre esta piedra et de ella recibe la vertud. Et cuando esta estrella fuere en medio del cielo mostrará esta piedra mas manifestamiente sus obras".

Não traduzimos também esta notícia, não só pelas dificuldades que para tal encontraríamos, mas porque quisemos deixá-la na língua original: quem nos lê poderá certificar-se assim da importância do *Lapidário*, que é, de facto, um repositório de todos os remédios necessários à cura dos males físicos e morais da humanidade: e só por isto devia ter na alta Idade Média um valor inestimável a sua consulta.

¡Mas as pedras do *Lapidário* faziam mais! Vejamos as virtudes dalgumas delas: a *pedra do ouro* (no 2.º grau dos Gêmeos), "si ficieren de ella una sortija que sea la piedra dello mismo, et la calentassen et quemaren con ella las alas á las palomas cuando las meten en el palomar, nuncua se iran ende morar á otro logar, magar les cresçan las alas"; a *pedra da serpente* (no 7.º grau dos Gêmeos) tem tal virtude, que se a «cuelgan al cuello del que nasció endemoniado sana»; *a pedra* a que chamam *Coloquia* (no 12.º grau dos Gêmeos), a quem a trouxer consigo "aguza mucho el entendimiento et el engenno"; a pedra que chamam *Camiulicaz* (no 23.º grau dos Gêmeos), moída e dada a beber ao paralítico, cura-o; etc. etc. Acima de muitas das pedras, que nos é impossível citar por falta de espaço, está a de nome *Tarmicon* (no 21.º grau dos Gêmeos); vale a pena ler a curiosa e complexa notícia das suas virtudes para nos convencermos de que os sábios da antiguidade curavam de tôdas as necessidades e atendiam-nas liberalmente, para que ninguem tivesse razão de queixa. Dir-se-ia que êles queriam restabelecer o paraízo na terra, tantos os gozos que ofereciam, mercê das virtudes das pedras, quando influenciadas pela acção das estrêlas.

Em tudo isto vemos reflectir os anseios dos nossos antepassados, o desejo das riquezas, do poder e do bem estar; os usos e costumes dessas gerações desaparecidas. Conhecer as virtudes das pedras do *Lapidário de Alfonso X* é, portanto, indispensável a quem queira fazer ideia do passado. Não é um estudo pitoresco para desoprimir o espírito da ansiedade que presentemente nos aflige.

O *Lapidário* é — ainda hoje — um livro útil ao estudioso.

J. CARDOSO GONÇALVES

ADIVINHA GENEALÓGICA

As adivinhas e charadas foram sempre passatempo querido e cultivado pelas pessoas que se ocupam a decifrá-las e inventá-las, num labor afanoso que desmente a sua apregoada inapetência para o trabalho.

Não são úteis à sociedade as congeminações dos adivinhadores, mas nem por isso deixam de constituir quebra-cabeças em que exaurem o espírito buscando a interpretação de tais enigmas ou imaginando jogos de palavras que, em prosa ou verso, encobrem e confundem as coisas mais simples.

A-pesar-de não sermos um apaixonado nem sequer um decifrador dêste género de paciências, não podemos deixar de olhá-las benevolentemente, por constituirem entretenimento de crianças, velhos e doentes, a quem estão vedadas outras distracções além destas e

da conversa de amigos. É, também, muitas vezes, cumpre-nos confessá-lo, um bom exercício para desenvolver o raciocínio.

Há várias adivinhas de carácter genealógico em que os parentescos mais complicados se emmaranham no enrêdo de palavras veladoras e, entre essas, conta-se, por certo, como uma das mais difíceis, a que adiante transcrevemos, copiada de um códice do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo (21 F 36), de apontamentos originais do linhagista e escrivão dos filhamentos Bernardo Pimenta do Avelar Porto-Carreiro, de cuja autoria supomos o

SONETO INIMATICO

Sou pay de hum filho o qual naõ he meu filho,
porque sendo meu filho, elle he meu pay,
eu naõ lhe dei o ser, sendo seu pay,
elle mo deu a mim sendo meu filho,

Fuy sempre casto, e tenho-o por meu filho,
sou ainda virgem, e dis que sou seu pay,
eu sey muy bem que he filho de outro pay,
e naõ posso negar que elle he meu filho.

Naõ sou primeiro que elle e sou seu pay
porque sendo primeiro este meu filho
he o filho primeiro que seu pay,

Hey de morrer primeiro que meu filho
e naõ herdando o filho os bens do pay
o pay he que ha de herdar os bens do filho.

Não conseguimos desfazer teia tão bem tecida; mas esperamos que algum leitor da *Feira da Ladra*, mais bem exercitado do que nós, responda breve com um vitorioso *eureka*.

ANTÓNIO MACHADO DE FARIA
Sócio Efectivo Titular da A. dos Arqueólogos Portugueses

POEIRA DOS TEMPOS

XXXVI — UM PINTOR DESCONHECIDO [1]

"Escrevem-nos do Porto, dizendo-nos que o Sr. João Eduardo Malheiro, logo depois da morte de S. M. Elrei Carlos Alberto[2], concebêra o projecto de reproduzir, em um quadro por elle executado, uma das scenas mais magestosas que elle presenciára.

«Foi, pois, o objecto do seu quadro o retrato do cadaver rei *(sic)*, collocado na camara funeraria.

«Este quadro, concluido felizmente por seu auctor em pouco tempo, foi offerecido ao Ajudante do fallecido Rei, o cavalheiro Delaunay.

«Ao merecimento da execução juntou o pintor um

---

(1) O assunto desta notícia já foi tratado, com reprodução do quadro, pelo nosso ilustre colaborador, Sr. Dr. Pedro Vitorino, no seu recente livro *Iconografia Histórica Portuense*.

(2) Falecido no Pôrto, para onde se retirou depois da derrota de Novara e conseqüente abdicação do trono da Sardenha.

trabalho tão assiduo, que o obrigou a pintar durante muitas noites inteiras».

Rev. Universal Lisbonense, n.º 47, de 27 de Setembro de 1849.

XXXVII – REGOZIJOS POPULARES NA CRUZ DOS POIAIS

. . . .

«Pois, q. direy do trafego e do aparelho? as Taverneyras do circuito punhaõ suas redes lavadas, as Tendeyras faziaõ seos arredores nas portas, qual basculhava a casa, qual barria a rua, qual punha a janela seu cobertor de sarafina, e como em dia de bauptisado sua cortina encarnada, qual pendurava sua toalha de maos sobre o espelho, e outras particularidades, que deyxo, por naõ ser molesto.

Entretanto ferviaõ na taverna os Meyrelles, hum truq. (?) apichellado com arrepetida petiçaõ da «gorita na mensa» e o «lember-lhe os cus meos praceyros» com hua algasarra de agoadeyros, e lacayos, q. rodeavaõ a nossa ama a taverneyra, q. fregia huns bofes, onde laborava o penetrante alho.

Junto da Crus [1] andavam os Mochillas [2] ao socayro [3] com o seu gandu [4] por pontos, e Muchilla ouve, q. naquella noute, quebrou dous machinhos... [5]

---

(1) Dos Poiais.

(2) Lacaios, boleeiros.

(3) Em seguimento, atrás uns dos outros.

(4) Toada que antigamente se tocava na viola (*Novo Diccionario* de F. S. Constancio. Paris, 1836.

(5) Há aqui três palavras de difícil leitura, que se me afiguram «a puro cobanco»

Nem he de admirar, porq. nesta funçaõ eu vi Mulato que de cantar a amoroza sem tomar folego, esteve com a candeya na maõ.[1]. . . . .

. . . .

Entrou a Noute, q. te direy das Luminarias? as beatas vizinhas puseram sua candeya da parte de dentro da janella, e ellas da banda de fora em altas contemplaçõens a ver o que se pasava na rua. As guaupas, e faceyras, ascenderaõ suas bogias, e pondosse à janella pareçia o Bayrro hum Brazil com Bogias, e Papagayos[2]. Andavaõ os rapazes da visinhança com seos capaçetes de papel, em cavallos de cana, e correndo estrugiaõ a rua com o seu *Vitaró, vitaró*,[3] naõ havia quem se entendesse, e era cousa de grande gosto.

Hua tendeyra, q. morava mais abayxo, mulher de hum bem estreado [4] cocheyro, havia conduzido ão redor do balcaõ quantidade de Damas alacayadas, cujos corpos dali a dous dias foraõ dar a ossada ao hospital; chegou nisto o Poeta com a sua companha, q. era Manoel Jorge o Tripa, e Francisco Simões o Carapote, e o Canga, havia viola na dita tenda, e Antonia do Peyxe repinicava o pandeyro, largaraõ os capotes, e fizeramno com hua atrapalhada chacoyna [5]; e ali se ouvia o «a Deos Bayrro alto foste», que o cantava hua das Sardinheyras com todo o Corpo, e logo respondia o Poeta a celebre cantiga do «A isso responderey».

. . . .

Festas heroycas da Sobre Levante Irmandade da Vera Cruz

---

(1) Estar agonizante.

(2) Jôgo de palavras com *bogia*, macaca, e *bogia*, vela de cêra. Os papagaios eram as raparigas à janela.

(3) Forma divergente de *victor* (exclamação festiva, grito de aplauso).

(4) Bem parecido, bem dotado de feições.

(5) Dança antiga.

dos Poyaes ... (Manuscrito de 1680 [1] provavelmente da autoria de Fr. Lucas de Santa Catarina).

---

[1] Num arremêdo de licenças que precede o poema descritivo das festas, o autor datou: «...na era, que trepava por hum muro de *1680* palmos».

CARLOS REIS

A direcção desta Revista, alheia a bandeiras de escolas e a dissídios de homens, saúda o Pintor insigne, Poeta da Côr e da Luz, e associa-se a tôdas as homenagens que no presente mês, em que a Primavera parece querer antecipar-se a festejá-lo, lhe vão prestar os seus amigos, admiradores e discípulos.

1933-Fevereiro.

XXXVIII — A FEIRA DA LADRA NO SÉCULO XVIII

. . . .

Eu sei que existe hua feira,
Onde de inverno se atólaõ
Varias bestas na carreira,
E inchados Casquilhos rolaõ
No dia de terça feira:

Onde se vê cigarrando
O Marujo partidario;
Aonde de quando em quando
Vai o cansado Hervanario
Brandas hervas separando:

Onde entre sedas bordadas,
Que a çuja Adella recebe,
E tem alli penduradas,
Apparece o Algebebe
C'o as ventas amarujadas:

Onde o Peralta se engoda,
Onde serve de impecilho:
E em cuja feira de roda
Mostra o Maltéz ao Casquilho
Curta bengala da moda:

Onde as gentes aloucadas
(Naõ he pequeno defeito)
Saõ tanta vez enganadas
Com relogios, que tem feito
Mais de trezentas paradas:

Onde o Lacaio emproado,
Para o uzo da trazeira,
Em hum ar achibantado,
Paga da sua algibeira
Grosso chapéo oleado.

Aonde o Casquilho pobre,
A quem a fortuna injusta
Naõ quer, que nada lhe sobre,
A velha cazaca ajusta
Por pouco, e rafado cobre.

Onde a dama rifinada
Pelo braso do chibante
Sendo de tarde levada,
Compra o lenco de volante,
Saia de seda bordada.

A onde a farpada banca,
A mal segura cadeira
De pés, ou de braços, manca,
Na manhã, e tarde inteira
Tem sahida, e entrada franca.

Onde entre tanto motim
Mostra o largo taboleiro
Mil bocados de alfenim,
Bolos de pouco dinheiro
Pedaços de jarzelim.

Quando tudo alvoraçado,
Agua fresquinha em pregaõ,
Alli berra do outro lado
C'o a bilha e copo na maõ
Çujo preto esfarrapado.

Onde o tosco çapateiro,
Sem que da venda se esqueça,
De çapatos hum milheiro
Em hum cordel, que atravessa,
Vai pendurando ligeiro.

Onde o florete bem tezo
Para vender se apprezenta,
A quem por grande desprezo
Negra ferruge violenta
Deixou na bainha preso.

Aonde descobre a vista
Largas compridas fivellas,
Que o sagaz contrabandista
Entre varias bagatellas
Comprou com dinheiro á vista.

Onde entre placas, e espelhos
O já pezado anciaõ,
Capaz de dar mil conselhos,
Vai estendendo no chaõ
Hum monte de ferros velhos.

A onde no dia inteiro
Mais se accrecenta o motim,
Assim que o destro bregeiro
No sonoro bandolim
Maneia os dedos ligeiro.

. . . .

Quintilhas compostas por J. J. R. Lisboa, 1786.

SOARES DOS REIS, PINTOR

OSCAR Wilde, êsse extranho cultor de paradoxos, excêntrico e "dandy" até ao exagêro de ferir a índole burguesa de Londres, quando no abatimento gerado pela clausura da prisão de Reading e inspirado num sentimento lógico de certo confôrto moral, muito sincero, dissera que "as únicas pessoas em cuja companhia lhe seria agradável encontrar-se nesses momentos, eram os artistas e todos aqueles que teem sofrido: os que sabem o que é a beleza e sabem o que é a dôr".

Na verdade, o artista, no seu isolamento, detesta cada vez mais o contacto com o mundo exterior; e só a aproximacão daqueles que sofrem na torturada religiosidade dos seus trabalhados ideais, saberiam sentir e compreender melhor a sua alma nas horas de desalento.

Soares dos Reis pertenceu, por atavismo e natural aspiração do seu génio, mais que por determinação do

próprio destino, a essa ordem de mártires e de crentes, em permanente luta entre a adversidade e o enlêvo dum sonho de beleza.

Na interpretação dos seus modelos, o pintor, da mesma forma que o grande estatuário, dá-nos sempre uma ideia exacta do seu temperamento, do sentido estético e da perfeita ciência do desenho. As suas obras, por qualquer processo adoptado, lembram na forma e no equilíbrio, a rigorosa proporção da arte helénica e das famosas criações dos artistas considerados clássicos. Elas revelam as qualidades pouco vulgares dum exímio desenhador, consciente e absolutamente seguro da sua arte. E nesta, se o sentimento reflecte a expressão íntima duma ideia, o desenho fixa a forma real da beleza definitiva que a veste.

É dentro dêste princípio pre-estabelecido, que Soares dos Reis consegue ser profundamente sincero e verdadeiro, intransigente e irredutível na sua fé. E, com esta, o seu espírito ascende rapidamente ao cume da montanha sagrada, onde êsses esforçados criadores de almas atingem mais de perto o infinito. O grande artista porém, não alcança pelo trabalho a fortuna, e a glória sómente no túmulo lhe cinge a fronte com os louros da imortalidade. As obras de espírito não são ainda, por desventura nossa, coisa que mereça o pão dos filhos.

Êste determínio fatal do meio, abate os organismos mais fortes e resistentes, gerando o desalento e a desventura. Por isso, o glorioso autor do *Desterrado*, foi em todas as suas formosas creações um pessimista, como foi Silva Pôrto, como foram todos os poetas, todos os prosadores e todos os filósofos do seu tempo. Essa predisposição é confirmada pelas suas obras de escultura, as mais duradouras, denunciando sempre um tal estado de alma na sua concepção real e subjectiva, mesmo atravez do mais leve sorriso, como podemos observar no gracioso busto *Flôr Agreste*, onde aquela aparente alegria,

mal disfarça um certo travo de amargura íntima. Maravilhosa interpretação de criança que vagueia no mundo entregue à incerteza do próprio destino, lírio que desabrocha entre madre-silvas e giestas do monte, ou espreita num halo de luz crepuscular à margem do caminho.

Silva Pôrto, como Corot, comove-se perante a natureza no deslumbramento da manhã ou das tardes de estio. Sente a ternura do seu delicado espírito, que se curva e ajoelha dentro do próprio corpo. Soares dos Reis estremece perante os mistérios da alma humana. Sofre com os seus modelos, que aspiram á liberdade na sua existência humilde, ungida pela dôr. Só essa o absorve, seduz e arrebata. Não sendo um sociólogo, como a maioria dos artistas modernos, êle detesta a multidão e tôdas as manifestações ruidosas, porque é antes de tudo um esteta e um psicólogo, quási um contemplativo, dotado da mais exaltada sensibilidade, a ponto de nunca ocultar o pavor que lhe causava tudo quanto pudesse ofender o seu sentido estético, ou ofuscar a beleza natural do corpo humano.

Se Deus criou o homem à sua semelhança, nunca o artista poderia admitir — sendo como foi um divino criador — que as suas obras lhe fizessem a injúria de negar a sua paternidade pela falta de caracter. Só por êsse desejo de ser fiel à própria consciência, parecia ter na memória a recomendação de Holanda: «se o grande pintor em suas obras e cometimentos determinar de contentar a todos e ao povo, já nunca fará cousa de mestre nem digna do nome de pintura». Recordando ainda que Miguel Angelo "pinta mais como grande mestre, que como covardo e fraco pintor, tendo mais dever com a imortalidade das suas cousas, que com fazer a vontade a quem não o entende".

Essa fidelidade à própria consciência, determinou, sem dúvida, não ser compreendido por tôda a gente; restando-nos mais justas e humanas as suas obras, tam

superiormente belas, vividas e sofridas no silêncio duma oficina, onde a argila e o mármore se transformavam ao contacto das suas mãos e ao sôpro do seu génio, em sêres eternos, os quais nos transmitem a sensação de vida e o ritmo dos corações, que palpitam na harmonia fascinadora da forma.

Por ela viveu como um torturado e por ela batalhou heroicamente, apaixonadamente, sempre fiel ao seu ideal; o pintor primeiro, depois o escultor, deambulando pelo mundo como um sonâmbulo, irmão espiritual de Antero. A seus pés a terra abria-se em imensa cratera, abismo intransponível, ante o qual estacam no desvairo das coisas imponderáveis êsses artistas fatais que passam em busca da verdade.

De Soares dos Reis, pintor, pouco se conhece, sem dúvida por serem raros os trabalhos que nesse género nos deixou. São, porém, suficientes para se supor, como o artista, tocado pelos estigmas do génio e afirmando já o seu temperamento, prometia por êsse processo ascender á posteridade.

Filho dum modesto merceeiro de S. Cristóvão de Mafamude, em Vila Nova de Gaia, o artista, na sua mocidade, certamente contemplou o âmbito estreito da terra onde nascera, surgindo a sua alma da penumbra para a luz maravilhosa, como planta humilde em cuja haste timidamente desabrochasse a flôr rubra da glória, mordida pela abelha dourada e reluzente do génio. Em tam curto espaço não medram gigantes; e, para êstes, é que Deus criou o infinito.

Depois de cursar as Belas Artes, por uma manhã de outono, quando a natureza começa a envolver a paisagem e as ultimas flôres na gaze transparente duma névoa triste, (em 27 de outubro de 1867) Soares dos Reis partia de Vila Nova com a riquíssima bagagem da sua fé e dos seus ardentes sonhos, acompanhado por um amigo, o arquitecto José Geraldo da Silva Sardinha, condiscí-

pulo no Pôrto, em Paris, na Itália e, por fim, colega no professorado da Escola de Belas Artes da capital do norte. Á despedida, compareceram, além de outras pessoas, o Soler, a familia Mengo e o Franco, que estudava arquitectura, e se distinguiu em falar cêrca de cinqüenta linguas e dialectos, vindo todos com os dois artistas até Aveiro. A 31 do mesmo mês e ano, embarcavam para o Havre. Soares dos Reis foi tôda a viagem enjoado e num tal desalento, que sómente se valia dos créditos do chá como único recurso.

Em Paris, ainda sob o império «liberal» de Napoleão III, encontraram o Molarinho, gravador, que os levou a visitar a Exposição Universal. Aí tiveram ainda como companheiros o Franco, e o Silva pintor, que residia com as irmãs na capital francesa e mais tarde veio a ser professor ou director da Escola Industrial de Aveiro.

Um dia, já próximo da guerra de 70, quando se suspeitava de tudo e de todos, deram pela falta de Soares dos Reis, que havia desaparecido. E, como o artista não falasse o francês, resolveram saír em sua procura, indo encontrá-lo a questionar com um polícia, furibundo e sériamente embaraçado, entre o caso deste que o tomava por um estrangeiro perigoso, e uma tam dolorosa quanto imprevista dôr de dentes. Foi necessário que os companheiros explicassem a razão daquele martírio, pela qual êle apenas reclamava um dentista, e revelassem numa torrente de argumentos, a par duma vasta documentação, a sua identidade de cidadão pacífico, para que o polícia o largasse.

Geralmente, Soares dos Reis, que usava uma farta cabeleira de artista excêntrico, sistematicamente rebelde, passava grande parte do seu tempo no *atelier* do Sardinha, propondo-se algumas vezes ajudá-lo na execução dos seus projectos arquitectónicos, trabalho êsse de que desistiu por não ser coisa que o seduzisse. A intervenção do tira-linhas nem se impunha às aspirações do seu pen-

samento, nem satisfazia a sensibilidade do seu coração. Sardinha, aproveitando então certa oportunidade, talvez inspirado no episódio bíblico, cortou-lhe uma porção de cabêlo, o que desesperou Soares dos Reis, medindo a afronta dêsse atentado á sua integridade estética de artista. E nessa ocasião, correu sério risco a amisade que os ligava.

A 30 de março de 1869, era Soares dos Reis recebido por concurso na Escola de Belas Artes de Paris: para festejarem èsse primeiro triunfo artístico, todos os amigos se reuniram, deliberando celebrar o facto indo todos à noite à Ópera ouvir a *Africana*.

Passado algum tempo, o autor do *Desterrado* recebia do pai o prémio consolador, com o aumento da pensão que lhe tinha estabelecido.

Foi nessa altura que Soares dos Reis pintou o retrato de Sardinha, o qual está assinado e tem a data: — *Paris, 1870*. Entre êste ano e o anterior, êle pintou o curiosissimo quadro intitulado *O curativo de S. Sebastião*, [1] valioso documento artístico dessa primeira fase e dos recursos do artista como pintor, afirmando já brilhantemente a sua personalidade, que se impõe ao estudo e à atenção dos críticos, pelo menos no dia em que as coisas de arte merecerem aquela atenção justa e consciente, que nunca faltou aos artistas da Renascença.

Seria lamentável não revelarmos ao público a existência destas duas obras, actualmente em Algés, em casa e em poder do meu amigo, sr. Adolfo Mengo Sardinha, funcionário superior dos serviços telegráficos de Lisboa, filho do arquitecto J. Geraldo da S. Sardinha.

O retrato, pintado do natural, é uma obra vigorosa,

---

(1) Segundo informação dum amigo, existe um desenho com o mesmo título e do mesmo autor, na posse do Sr. António Arroyo, provavelmente um primeiro estudo do trabalho.

muito interessante, tocada por uma luz suave, pondo em destaque o busto, num fundo em que dominam os tons fulvos de crepúsculo. *O curativo de S. Sebastião*, mede 1,^{m}20 sobre 1,^{m}50. O santo está pálido, quási desfalecido, com o tronco meio levantado e amparado por uma mulher, tendo a cabeça em escôrço e reclinada sôbre o ombro direito, enquanto que outra mulher ajoelhada, procede ao curativo dos ferimentos. Para as figuras femininas, serviram de modêlo as irmãs do Silva, pintor.

Êste quadro não chegou a ser concluído, encontrando-se um pouco deteriorado por algumas estaladelas de tinta mais escura, tanto em tôrno dos pés do santo como no fundo, a meia altura, o que não prejudica o valor da obra.

Pela composição geral e pelo colorido de tonalidade sombria e triste, em que dominam o negro e os *gris*, recorda o estilo. a suavidade encantadora das obras de Courbet. A personalidade de Soares dos Reis vive intacta como pintor, mantendo o sentido estético e aquele mesmo pessimismo que, mais tarde, se havia de observar em tôda a obra do escultor, podendo ainda verificar-se como o artista desde o seu início tinha bem presente o conselho preciso e irrevogável de Donatello aos seus discípulos, a propósito de tudo: *desegnate*.

Sabíamos da existência, em tempo, de desenhos executados a sanguínea e na casa do Campo da Agonía, em Viana do Castelo, pertencente a Serafim das Neves, que foi discípulo e ajudante de Soares dos Reis e mais tarde director da Escola Industrial "Nun'Alvares", dessa cidade minhota, constando-nos que era essa a maior colecção conhecida; como também nos afirmam haver alguns desenhos em poder do sr. dr. José de Figueiredo, director do Museu de Arte Antiga, e de outras pessôas que inutil seria indicar.

Quanto a obras de pintura, por informação do distinto artista, sr. Diogo de Macedo, que já tratou brilhan-

temente o assunto na *Seara Nova*, pude conhecer que havia alguns trabalhos em poder da viuva de Soares dos Reis, um tecto pintado em casa dum amigo do célebre artista e uma vista de mar, praia de Lavadores, existente em casa de H. de Sousa Braga.

Cabe à *Feira da Ladra* revelar a existência de mais êsses dois interessantíssimos motivos, legados à posteridade por um dos maiores artistas modernos do país. E, crente que seja um êrro inexplicável, ser dada aos museus nacionais a designação nominal de qualquer artista, por maior que êle seja, porque, êste deve ser genérico, de representação colectiva do génio da raça, muito desejaríamos que, mais tarde, todos êsses trabalhos de desenho, pintura e escultura, fôssem destinados a perpetuar a fulgurante obra de Soares dos Reis, criando-se no museu da capital do norte uma sala com o seu nome.

Assim, permaneceria em tôda a sua plenitude, bem vivo e invulnerável à acção do tempo, êsse desventurado artista, infeliz atormentado duma sociedade fúnebre, constituída por egoístas de ambições exclusivamente materiais, iconoclastas e gatos-pingados, insensíveis à beleza e entusiastas do cantochão.

Lisbôa, 1933.

ALFREDO CÂNDIDO
DA SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS-ARTES

Soares dos Reis — retrato de José Geraldo da Silva Sardinha (arquitecto)

Soares dos Reis — "o curativo de S. Sebastião"

EPISTOLÁRIO

XVIII

ANTÓNIO NOBRE NA FIGUEIRA

A carta que segue revela bem o feitio e a sensibilidade doentia de autor do *Só* António Nobre veraneava na Figueira naquele ano já remoto de 1893 e escrevia ao seu amigo, o engenheiro-agrónomo dr. Adolfo Ramires, localizando a carta da rua da Saudade— nome que parecia vir a propósito, relembrando o poeta, saudosamente, pessoas a quem muito queria.

É curiosa aquela passagem em que "Anto" apetece a tranquilidade do campo, plantando ervilhas e compondo alexandrinos como agrónomo do Ideal Nunca realizou êste sonho. A sua estrêla, o seu feitio ou as monções da vida, afastaram-no da paz das aldeias e trouxeram-no sempre errante pelas avenidas rumorosas da Civilização.

Margareth é a dôce figura feminina que o poeta canta sob o nome de «Purinha». Jorge é Jorge de Lucena, irmão dela. Nossa Senhora da Conceição, ou seja D. Conceição Ramires e Hildinha, são respectivamente irmã e filha do destinatário da carta. Vicente, mau grado a sugestão dum amigo, não será o meu querido e saudoso amigo Vicente Pinheiro de Melo, 2.º conde de Arnoso, poeta de delicadíssimas vibrações que nesse tempo teria 10 ou 12 anos. A quinta Regional é a Escola de Agricultura em Coímbra e Vill'Alva é a terra da naturalidade de Purinha, em Traz-os-Montes.

A título de curiosidade, e por penhorante condescendência do irmão do Poeta, o Dr. Augusto Nobre, reproduzo aqui em *fac-simile* uma das mais célebres quadras de António Nobre, ainda hoje modulada em Coimbra — e até no resto do país — pela garganta das mais formosas raparigas, devotas fervorosas de ranchos e romarias, e pelos «capas-negras», que a deshoras acordam em serenatas os ecos da velha cidade universitária.

E, já agora, note-se que o poeta, quando publicou o seu livro, alterou no segundo verso da quadra a palavra *feita* para *branca*.

C. M.

Nossa-Senhora faz meia
com linha feita de luz:
O novêllo é a lua cheia,
As meias são p'ra Jesus...

Antonio Nobre

Meu caro Adolpho,

Não te tenho respondido ha mais tempo bem sabes porquê: affazeres do coração. O meu dia corre todo occupado com Margareth, — e temos passeiado muito: a Montemór-o-Velho, á Mina, no Mondego, no Infinito. O Jorge chegou no dia 16 e em nada veio perturbar a nossa vida: todos estavamos receiozos d'elle, pois que diziam ser muito exquizito. Afinal é um rapaz admiravel, muito simples e cordial — trata-me como um amigo e passamos horas um com o outro palestrando e palestrando. Pena é que não viesses estar commigo alguns dias, e nem ao menos fazer-me companhia em dia de meus annos. Correu-me esse dia triste, aborrecido. No fim do mez partimos todos e lá vai a colonia dispersar-se uns para aqui, outros para alli. Saudades para o inverno. Aconselhas-me na tua carta que não gaste o meu amor com Margareth, queres dizer, que conserve algum para o futuro. Escuzada a tua recommendação, que eu não sou de paixões, de enthuziasmos, — e prefiro antes uma serena affeição, muito doce e socegada. Margareth preciza ainda de bastante Nossa-Senhora da Conceição: e espero que a convivencia que ella ahi vai ter na Quinta Regional, acabará por fazer de Margarida uma Purinha. Tu dizias bem: aquella Familia é toda de Santos, Pae, Mãe, Irmãos. Até é uma pena que andem cá por fóra, que o seu logar é na capella de Vill'Alva, para a gente lhe accender velinhas e os adorar. Mas, deixando agora a Margarida e Antonio, venho abraçar-te pelo teu regresso á Paz e á Tranquillidade. Fizeste-te lavrador e fizeste bem. Assim occupas o espirito e já não poderás vadiar como d'antes pelas ruas do Sonho e da Afflicção. A gente não pode soffrer toda a vida: chega uma hora em que a revolta do orgulho abatido é tamanha que nos tornamos fortes e dominadores. Se fosse a ti não sahia da Quinta e cavaria sempre, sempre. Plantar ervilhas e compôr alexandrinos seria o meu sonho de

agronomo do Ideal. Continua, portanto, essa doce existencia e salvar-te-hás, do contrario, seguindo a vida que já seguiste, tombas n'um poço muito fundo de mysantrophia (*sic*) e do qual não ha balde que te tire. Adeus. Que esta palestra já vae longa e, hoje, é o dia destinado á correspondencia; ainda tenho mais cartas para gatafunar. A senhora D. Conceição, já partiu para a Figueira? Está melhor? E tua Mãe como vae? O sympathico Vicente não nos deixará ficar mal, creio bem. Quando vaes photographar a Hildinha?

Abraça-te o teu amigo

Antonio Nobre

Segunda-feira
20 — VIII — 1893
21 — rua da Saudade
Figueira

O CASAMENTO DO BARÃO DE MANIQUE

O preclaríssimo Barão de Manique do Intendente, Pedro António de Pina Manique Nogueira Matos de Andrada, filho do ilustre Intendente Geral da Polícia da Côrte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, no desejo de que a função do seu casamento com a preclaríssima Senhora Dona Maria da Glória da Cunha Menezes, filha do Tenente General Regente do Govêrno, D. Francisco da Cunha Menezes, tivesse *grandeza, pompa e magnificência*, encarregou António Marrare, o famoso botequineiro italiano do Arco do Bandeira, de organizar essa função de modo que tôda a nobreza a aplaudisse *pela mais brilhante que tem sido feita.*

Marrare, recebendo êste recado, não se poupou a despezas. E, na verdade, ornato de mesa, serviço de operários, fornecimento de copa, expedição de cosinha, foram os mais completos e mereceram os maiores elogios e aplausos.

Marrare sentiu um certo orgulho em mostrar que só êle sabia realizar uma festa com tal magnificência, e tambem devia sentir um certo prazer, porque isso lhe

daria azo a que a sua casa fôsse procurada daí em diante por numerosa clientela.

Mas êsse orgulho e êsse prazer em breve se transformaram na mais cruel decepção, porque o preclaríssimo Barão não quis honrar o seu compromisso e recusou pagar a conta total, na importância de 1.799$090 reis.

Após sucessivas recusas, que se manifestaram por tôdas as formas: adiamentos, ausências imaginárias, promessas de conferência de contas, impossibilidades de momento, Marrare, desiludido, apresentou em audiência do Juíz do crime do bairro do Castelo um libelo contra o Barão, citando-o para êle pagar a dívida referida ou nomear bens à penhora.

O porteiro da audiência fez o pregão respectivo e assim se procedeu em três audiências consecutivas, findas as quais, o Juiz mandou dar andamento ao processo.

Estão incluidas neste as relações das despezas das cousas e pessoas necessárias para a função e que foram pagas por Marrare:

Trastes:

50 figuras para cima da mesa, 30 vasos para o mesmo sítio, 9 mesas para trabalho, 2 estufas para doce, 1 mesa para o banquete, 8 taboleiros para doce, 2 caixas para os pratos montados, 3 estufas para a neve, 1 banca, 2 pás para a neve, 1 cantimplora (vasilha) para esfriar a água, 10 fornalhas para a cosinha, 4 fornalhas de campanha, 2 estufas para doce, 12 vasos torneados com argolas e ramos, pintados de açucenas, para as luzes.

Bateria de cosinha e copa:

9 peneiros e 2 de tambor, 4 grais, 11 tachos, 23 caçoletas (perfumadores), 3 escumadeiras, 2 fogareiros, 2 ferros de obreias, 8 púcaros de fôlha para açúcar, 8 candeleiras, 7 dúzias de fôrmas para pão de ló, 4 cafe-

teiras grandes com torneira, 546 fôrmas para a neve, 16 estacadores (?), 26 sorveteiras com seus baldes, 5 selhas, 4 dúzias de copos para a neve, 24 bandejas, 12 redes, 4 candeeiros ingleses, 8 dúzias de pratos côvos esmaltados, 2 jogos de talhas, 4 triângulos, (para pôr nos ângulos das mesas e sôbre êles pratos montados) de doce e 330 copos para a neve.

Pessoal:

Jardineiro que fêz a disposição das flôres em cima da mesa e na sala; funileiro que acabou o lago que estava em cima da mesa, 82 serviçais empregados na cosinha e copa.

Géneros e aviamentos:

Sete arráteis de açúcar em pedra, dois do mais ordinário, um de chá Hysson, sal, obreias, pão para o manjar real, açafrão, cinco arrobas de neve, aparas de papel, uma dúzia de côcos, oito arráteis de batatas, papel recortado, trinta e quatro dúzias de canudos de erva doce, quatro dúzias de caixinhas com a mesma, vidrilhos brancos roxos e verdes, doze molhos de avenca, doze arráteis de doce para cobrir, seis púcaros de geleia, duas garrafas de *rhum* da Jamaica, três de espírito de vinho, doze arráteis de chocolate para a neve e para o doce, uma dúzia de peças de pastilhagem, um frasquinho de óleo de rosas, um de óleo de canela, um arratel de café, quinze canadas de leite para o manjar branco, trinta e quatro canadas de leite de vaca para a neve, uma arroba de amêndoa doce, oito arrobas de amêndoa amarga, meio arratel de canela, uma quarta de cravo da India, mil limões azedos, trezentas laranjas azedas, quatrocentas doces, doze alcatruzes de morangos pequenos, três ananazes para a neve, duzentas e quarenta dúzias de ovos, uma quarta de cochonilha, quinhentos pãis de 15 reis cada um e dois de vintém, fornecidos pelo padeiro francês François Parmier.

Despezas várias:

Água para o lago, quatro alqueires de areia do Rio Sêco, cola para dar no lago, aluguel de quarenta e oito pratos montados; cascata para o lago, a estátua de Baco, que se fêz dentro do Templo no meio do lago e o Templo; frete da prata para a casa do Duque; fretes de dezoito homens que levaram a prata a casa do Embaixador de Espanha, matança dos vitelos e do porco, gratificações ao cosinheiro e a António Marrare.

Despeza extraordinária:

Sete colheres de prata com as armas do embaixador de Espanha, um garfo de prata com o monograma do Duque de Lafões, dois garfos de prata com as armas e monograma do mesmo Duque e sete colheres de prata para chá. (1)

Citado o Barão para o pagamento — êle declarou *não ser devedor da dita quantia* e constituiu advogado o Dr. José António Barbosa de Araújo.

Marrare constituiu advogado o Dr. Bento António de Azevedo Monteiro e Almada, que principiou o articulado, dizendo que Marrare trabalhou na organização da festa por espaço de quatro meses; que a ela assistiram tôda a côrte e os diplomatas estrangeiros, que elogiaram todo o dispositivo; que o Barão não fêz adiantamento algum para as despezas; que Marrare tem feito e organizado funções semelhantes, sem ter sofrido nunca a mais pequena objecção às facturas apresentadas.

Barbosa de Araújo requereu que o autor dissesse a razão porque apresentou primeiro uma factura de 1:336$380 reis e depois outra mais elevada.

Marrare então juntou uma carta dirigida ao Barão

---

(1) Estamos a ver o caso: o Embaixador e o Duque emprestaram os faqueiros e depois da função faltaram dezanove peças. Alguém as levou como *souvenir*, mas como Marrare tinha de restituír os faqueiros completos, mandou fazer as peças que faltavam ao ourives francês Mr. Gramichon, que nesse tempo era um *Leitão & Irmão*.

dizendo que muitos trastes foram de sua Casa e foram pedidos emprestados à Côrte e a pessoas amigas e que dêles é costume pagar-se o aluguel; que o Barão recusou dar da sua dispensa muitas coisas, que eram necessárias e, assim, êle teve de as arranjar; faz várias considerações sobre despezas, junta todos os vales e facturas e conclui dizendo que, se êle havia apresentado primeiro uma conta e depois outra, foi porque na primeira não haviam sido incluídas várias parcelas da segunda.

Houve réplica e tréplica. Barbosa de Araújo chicanou por várias maneiras, de sorte que a questão, tendo principiado em Outubro de 1806, ainda em Fevereiro de 1808 estava na audiência das testemunhas.

A 1 de Março de 1809, o juiz proferiu sentença:— o reu confessa que encomendou o festejo do seu casamento *com a maior pompa e grandeza possível;* o reu confessa o desempenho do autor no que respeita à magnificência; o reu entregou ao autor tôda a direcção e organização, não podendo por tanto estranhar as verbas da despeza; o reu entende que dezoito criados bastariam para o serviço da mesa, mas não provou que êsses dezoito fariam o serviço tão completo como o fizeram os vinte e sete que foram ajustados; o reu nega o pagamento da prata que faltou e, se faltou, tem de ser paga, obrigação esta já de costume; o reu nega o pagamento do serviço que o Autor prestou como organizador; ora se aplaude o serviço, tem de aplaudir a remuneração que êle pede; o reu nega a gratificação ao cosinheiro, mas essa gratificação é-lhe devida sem discussão, porque *o trabalho se paga pelo merecimento e reputação do operário* e se outros poderiam fazer o serviço por menor preço, não se prova que o fizessem com o aplauso que êle mereceu. Assim, condena o reu no pagamento da quantia pedida e custas do processo. O Barão embargou e, depois de varias peripécias forenses, o processo, desde Abril de 1810, não seguiu seus termos até Maio de 1812.

Nesta data foi êle entregue noutro cartório e, como em 1815 tivesse morrido o pai do Barão, êste pediu ao Regente um juiz privativo, visto a casa ter litígios em diversos tribunais. O Princípe concedeu. O processo tornou a encalhar e ficou parado desde Julho de 1815 até Fevereiro de 1816. O Barão fêz vários requerimentos de embargos e o juíz e os seus adjuntos negaram os embargos, com custas pelo embargante.

O advogado de Marrare, Dr. António Lopes de Andrade, veiu com uma alegação nos seguintes termos: «He pena que o Ill.mo Reu sendo dotado de tão bellas qualidades queira passar neste processo pelo triste quadro de ser hum quando encomenda alguma obra e seja outro quando lhe exigem a paga. No primeiro caso he affavel, condescendente e bello, no segundo he ordinário ninguem se conhece e de tudo se duvida. Como seria possivel que o mesmo Ill.mo Reu vendo o festejo do seu casamento com toda a pompa, magnificencia e asseio, gostando então muito, e não duvidando do que viu gostou e aprovou, desaprove agora tudo para não querer dar hum real, e até entre em miudezas que alem de injustas, até não são proprias do seu caracter e grandeza de hum titulo, etc, etc. . .»

A Relação, em última instância, aceitou os embargos e condenou o Barão a pagar sòmente a quantia de 1.336$380 reis, que Marrare havia pedido primeiramente. A Relação atendeu principalmente ao facto de Marrare ter apresentado duas contas, o que parecia indicar que êste não contente em ter metido a unha na primeira, ainda queria na segunda metê-la mais!

E o processo terminou em 1818, com 245 fôlhas de papel, tendo levado dez anos para ser resolvido.

Feitos Findos
Maço A — 1435 — n.º 17

João Jardim de Vilhena

CATA-QUE-FARÁS

Eis aqui uma locução que ainda hoje ninguém sabe ao certo o que quer dizer, e que durante muito tempo foi o nome dado a um aglomerado de viélas da antiga Lisboa, existentes na freguesia dos Martires abrangendo uma area confinada aproximadamente entre as actuais tr. do Cotovelo, largo do Corpo Sânto, rua de S. Paulo e daí até à praia. Por último passou a ser o nome dado apenas a uma serventia que vai da rua do Alecrim para a rua das Flores, nome que há poucos anos se transformou (edital de 31 de Dezembro de 1885) em Travessa do Alecrim por uma medida de alta compreensão dos deveres, de uma Camara Municipal.

Nos livros sôbre Lisboa antiga encontra-se escrita de várias maneiras: Cate-que-farás, Cataquefarás, Cataquefaraz e por ultimo Catefarás, que era como estava escrito no cunhal do prédio que da travessa mencionada faz esquina para a rua do Alecrim.

Nessa região verdadeiro bairro de pescadores, os

vários autores classificaram indiferentemente com o mesmo nome um chão, uma praia, travessa, rua, calçada, rocio, cruzeiro, etc.

Nesse mesmo trato de terreno e com a mesma designação existiram: um chafariz; umas tercenas, (feitas por D. Manuel, onde depois foi o forte de S. Paulo), uma ermida do Espirito Santo, uma porta ou postigo (depois chamado do Corpo Santo) junto à ermida de N. S. da Graça, e um hospital (?).

Com respeito ao local dêste é que há divergências. Christóvão de Oliveira no seu *Summario*(2.ª edição 1755, pág. 69) dá-o como existente naquele local.

J. M. L. Nogueira («Jornal do Commercio» de 16 de Agôsto de 1865) dis o seguinte:

"Hospital dos pescadores de Cataquefarás, na rua da Amoreira junto ao Tronco, freguesia de S. Nicolau. É dos mais antigos estabelecimentos.

"Rua da Amoreira, na freguesia dita (S. Nicolau) nem J. B. de Castro a menciona.

"Tronco dá-o êle mas é na freguesia de S. Julião, o que podemos confirmar, pois o Tronco dos degradados era no bairro do Carrilho ou Corrilho pertencente a esta freguesia, etc.

"Dêste hospital apenas sabemos que existiu nas casas onde foi posteriormente o referido Tronco dos Degredados (rua de S. Julião pouco mais ou menos) as quais (casas) se encorporaram em 1514 no hospital de Todos os Santos".

Vieira da Silva (*Muralhas do Ribeira de Lisboa*) diz ignorar a identidade de rua da Amoreira e admite a hipótese de que tenha sido a travessa das Manilhas, Beco da rua das Manilhas ou o b. da Lage (1755).

O que se pode afirmar é que qualquer destas travessas ou becos iam ter ou estavam muito próximo do largo da Cadeia do Tronco.

¿Seria o próprio beco ou travessa do Tronco, que

da rua Nova do Almada ia ter àquele largo? Não sei.

¿Que quere dizer Cata-que farás? Que representa? ?Que valor é que esta locução tinha para dar o nome a uma área, não pequena, da Lisboa de outros tempos?

¿Qual é a origem desta tão estravâgante denominação?

Júlio de Castilho, o grande mestre nestes assuntos declarou na sua *A Ribeira de Lisboa*, que o igno.

Esta locução tem intrigado muitos investigadores e á falta de melhor, por enquanto Matos Sequeira e Vieira da Silva, entre outros consideram-a como uma alcunha.

Assim parece

Vinham de alcunhas dos moradores os nomes dados ao beco do Espera-me-rapaz (Madalena), beco do Imaginário (Anjos), Mata-porcos (S. Julião? Conceição?) Tem-tem (S. José), Esfola-bodes (S. Paulo? S. Catarina?) Mercatudo (Santos), Cascão (S. Engrácia) Pé-de-ferro(Santos), etc, etc.

O Conde de Sabugosa (*Embrechados*, 1908, pag. 90 e seg.) escreve:

"Cata-que-farás será porventura um prolóquio, uma sentença um velho rifão equivalente a:

Procura que hás de achar;

Trabalha que hás de vencer,

Concelho dado talvez aos mercantes e navegadores que por ali embarcavam durante tôda a época áurea das navegações dos descubrimentos e conquistas?

"Cata-que-farás era decerto, na sua ingenuidade rude, um enérgico repelão, uma sacudidela salutar na mândria nacional, etc."

Por outras palavras, era um conselho: Faze pela vida.

No *Universo Illustrado* (1880, pág. 71 e seg.) encontra-se o seguinte:

"No Archivo da Santa Casa da Misericordia de Evora existem alguns velhos tombos ou cartolarios em pergaminho pertencentes aos antigos Hospitaes e Albergarias da cidade, n'estes veneraveis livros e cadernos, os notarios primitivos lançavam os contractos, cartas, instrumentos relativos á propriedade urbana e rustica de que os pios estabelecimentos tinham directo dominio, assim como doações, verbas testamentarias, etc,em geral com extrema concisão.

"Estes documentos referem-se ao fim do seculo XIV e seculo XV.

"Entre elles existe um, organisado provavelmente para facilitar trabalho, etc.

"Folheando este livro, (diz Gabriel Pereira, autor do artigo), e os que examinei, fui extrahindo alguns apontamentos que hoje offereço ao publico tendo em mira o que diz respeito a *mouros* e *judeus*, antiga *topographia da cidade, nomes proprios e alcunhas*" [1]

Ora entre as alcunhas de mouros ou judeus que deram o nome a lugares, encontram-se naqueles documentos: Um Tinhoso (pag. 160) — Pae Charro (pag. 216) Beiçudo (pag. 216) — Vasco Afonso, *bêm-na-busco* (pag. 136) — Salomão *busca-vida*, (pag. 232) e a pág. 80 encontra-se o seguinte:

"Mem Caras sapateiro... uma alcaçaria a par do *poço do cata-que-farás*.... fôro vencido pelo entrudo...". [1]

A existência em Lisboa de um local com êste nome data do século XV, e no XIV já existia em Èvora uma rua, do Pôço, conhecida com essa designacão.

Em face de todos estes dados creio não levar longe de mais a fantasia e considerar que cata-que-farás era a alcunha dada ao judeu usurário, tal qual como ao Vasco Afonso *bem-na-busca*, e ao Salomão *busca-vida*

(1) O sublinhado é meu

porqne *cata* o seu semelhante, explora-o até *fazer* pecúlio, exercendo-se a sua acção principalmente sôbre o papalvo o ingénuo e sobretudo o mal governado.

Em Évora existiu naturalmente, entre tantos judeus, um «cata-que-faras» dessa espécie que deu o nome a uma rua, talvês a um poço de que era proprietário, que constituiu o seu cofre forte a secreta burra onde escondia a fortuna amealhada, adquirida com os extorquidos juros dos empréstimos feitos, ou onde se escondeu propositadamente para fugir a alguma perseguição das suas vítimas, nalguma exaltação popular, o que tornou notavel o referido poço, que por essa alcunha passou a ser conhecido.

Ora não custa a crer, que esse judeu, conhecido já por essa alcunha, viesse numa dada ocasião, talvês fugido, para Lisboa oude se estabeleceu, escolhendo o local que achou mais propício para os seu negócios, como era o da Ribeira naquele aglomerado de vielas, muito frequentado por gente de baixa esfera onde se bebia e jogava desordenadamente.

Passou a ser nesse local um personagem importante, e o povo, como quasi sempre sucedia, deu ao lugar o nome da alcunha do judeu.

Seria assim?

Se era ou não, eles o dirão.

Até que apareça a verdadeira interpretacão, será esta mais uma hipotese a juntar ás que já são conhecidas.

Lisboa 17 Agosto 1932.

Dr. Carlos Santos, Pai

AMADOR CURIOSO DA ANTIGA LISBOA

FERAS E MONSTROS FANTÁSTICOS (1)

O povo é um maravilhoso imaginador. A sua fantasia, rica de todos os coloridos, de tôdas as imagens, de tôdas as faculdades de expressão, avulta, sob o império do entusiasmo, do ódio, do fanatismo ou do terror, os factos e as figuras mínimas da vida, dá-lhes pitoresco, energia, ricto de caricatura ou clarão de tragédia.

Gostava meu Pai de contar as proezas dum bicho monstro, de fórmas desconhecidas dos zoólogos, que infestava em tempos idos a aba nortenha da serra da Estrêla; e ainda não há muitos anos os aros de Sintra deram que falar, à conta duma féra misteriosa, que atacava os armentos indígenas, num apetite de mendigo que abancasse a mesa farta com fome de três dias.

Não era menos descabelada a fantasia dos nossos avós, que de lobos, javalis e cãis vádios faziam mons-

(1) Pela primeira vez me referi ao assunto na *Terra Portuguesa*, vol. III, pág. 55 a 56.

tros impossíveis, e supunham ter visto, por noite velha, vultos de feras gigantescas sumirem-se ao primeiro tiro ou ao primeiro brado na espessura negra dos matagais provincianos. Não raro se recebiam cartas de pessoas convictas de terem visto animais estranhos, tricéfalos e tricórnios, de corpo crivado de olhos fosforescentes e jorrando fogo pela bôca. E não havia poder que fizesse sair de casa os visionários e com êles tôda a gente do povoado, logo que batidas fôssem trindades.

Era isto uma mina para os plumitivos de cordel, que avultavam as descrições em folhetaria barata, mal impressa, em mau papel, com o "retrato" do bicho, que os cegos papelistas vendiam de feira em feira e de romaria em romaria. Em Lisboa, terra sem feiras e sem romarias, era à rua Nova, ao cais do Sodré e às escadas do Hospital de Todos-os-Santos, que concorriam os curiosos destas notícias arripiantes.

O leitor gostará por certo de ver como há duzentos ou trezentos anos era provada a fantasia dos que escreviam em prosa ou verso as façanhas daquela fauna bizarra.

Aqui tenho eu à mão um folheto seiscentista, impresso em Lisboa, em espanhol: — *Relacion en que se trata de un animal, cuya specie no se conoce, que el presente año de 1622, por los meses de Mayo, y Junio, andando en tierra de Tralos Montes hizo notables matanças*... É em verso. O caso passa-se num despovoado montaraz, forrado de bosque se erriçado de penhascos,

> Entre dos villas pequeñas
> quatro leguas de distancia
> cuyos nombres son Viñais
> y Torre de Dona chama.

Ali aparecera uma fera terrivelmente sanguinária. Mas não comia gado, como a sua colega moderna de Sintra. Era especialista de seres humanos. A um campo-

nês foi arrancá-lo à cama e, arrastando-o para fora de casa, fê-lo em pedaços; outra vez subiu as escadas duma casa, filou uma menina que estava à janela e levou-a, sem dar tempo a que acudissem. Um hércules daqueles sítios esperou a fera e travou com ela combate braço a braço até que, sentindo-se sem fôrças, gritou, correu gente da aldeia e a alimária fugiu.

Era bicho astuto e seguro; velocíssimo, porque o viam em sítios diferentes quási à mesma hora; difícil por isso mesmo de matar. Fêz-se-lhe finalmente uma grande montaria, com quatro portas, muitas escopetas e cêrca de 800 lanças, até que nos arredores de Cabanas caiu morto a tiro. Despovoaram-se vilas e aldeias para o verem; e correu que era um bruxo de Sobrais quem trazia a fera encantada, levando-a àquelas matanças por obra de feitiçaria. Foi degolada; e diz o autor anónimo do folheto, que lhe viu a cabeça em Lisboa, no bairro de Alfama. Eis a descrição do animalejo (Fig. 1):

> La cara como mastin
> pero disproporcionada
> al cuerpo, que por ser grande
> por pequeño se juzgava.
> El cabello del cogote
> corriente por las espaldas.
> Gruesas las manos y piés
> dende arriba hasta las plantas
> y ser animal de fuerças
> harto bien representava.
> . . . .
> . . . .
> Era de aspecto terrible
> y luego representava
> ser feroz el animal
> y una fiera abominanda.

Examinado de perto o bicharoco, foi geral a admiração, porque

> entre las cosas que hallaron
> le vieron tetas e mamas;

o que dá azo ao narrador para jogar sua piadinha ao sexo frágil:

> Y conocieron ser hembra
> que no es mucho, pues no basta
> un bruxo para hazer males,
> ha de entrar una hembra mala.

FIG. 1

Cento e doze anos depois, imprimiu-se em Lisboa Ocidental, na Oficina Joaquiniana da Música, a *Relaçam de huma formidavel féra que sahio da Montanha de Gerez junto à vila de Monte-Alegre na Provincia de Traz os Montes, no mez de Mayo deste presente ano de 1734, e dos grandes estragos que tem cometido na gen-*

te, e gados dos Lugares circunvizinhos. Escreveu-a um tal Miguel Honorato, que não sei quem seja.

No autorizadó conceito dêste cidadão, os danos dos animais bravios, que cursam aquelas serranias, nunca chegaram "a igualar os estragos, que tem cometido huma desconhecida, e formidavel fera, que no principio do mez de Mayo sahio do mais interior da montanha, e discorrendo por toda a vezinhança, despedaça o que acha vivo, ou seja gente, gados, ou ainda outras feras... Corre com tanta agilidade e subtileza, que em breve tempo tem aparecido em muitas partes sem ser sentida, senaõ pelas crueldades que obra. Naõ se sente tanto a grande multidaõ de gados que tem despedaçado, dos quais se naõ aproveita mais que do sangue, como a muitas pessoas, que em muitas partes tem morto. Affirmaõ alguns que saõ treze homens, e quatro mulheres os que faltaõ, os mais delles Pastores, e que alguns destes foraõ achados só com as entranhas comidas, mas como o temor que conceberaõ todos aquelles Povos circunvezinhos os naõ deixa sair de casa, naõ se dá por certo este numero, porque se supoem ser ainda muito mayor o dano. He taõ astuta esta fera, que se diz naõ comete a ninguem estando só, porque encontrandosse huma vez com hum Pastor, o investio fortemente, mas fugindo este, a poucos passos se encontrou com outro, e assim que os vio juntos voltou as costas, e se meteo em hum mato que alli estava perto, e os dous Pastores voltaraõ para suas casas sem nenhum perigo, e só acharaõ algum gado falto.

«Ninguém sabe conhecer a especie deste bicho, ainda que alguns lhe daõ o nome de *Tigre*, outros de *Lobo cerval*, mas nenhum acerta no verdadeiro, segundo a sua forma, porque he muito comprido, o pescoço curto, a cabeça grande, os olhos grandes, e afogueados, a boca demaziadamente rasgada, guarnecida de dentes grandes, e pequenos, os quaes traz sempre á vista, o fucinho com-

prido, e orelhas pequenas desde o alto da cabeça até á ponta da cauda tras levantado o cabelo, de côr cinzenta, pela barriga é avermelhado, os pés e maõs tem bastantemente compridos cubertos dos mesmos cabellos do lombo, por entre os quaes mostra humas garras como de Leaõ. Na ocasiaõ que enveste a qualquer pessoa, ou animal dá taõ fortes bramidos que atemorizam a quantos o ouvem. Tem-se feito grandes montarias sem ser possivel descobrilo, mas ainda naõ pára o seu estrago. A Camara da Villa de Monte Alegre tem promettido hum grande premio a quem o matar..."

Não menos digna de respeito era a alimária descrita na ***Relaçaõ verdadeira da espantosa fera, que ha tempos a esta parte tem aparecido nas vizinhanças de Chaves,*** etc. que Joseph Filippe estampou na sua oficina, em Lisboa, no ano de 1760.

Duas vezes lá apareceu o animal, sem se saber donde poderia vir, nem por que modo poderia ali chegar. Três esperas sem resultado lhe fizeram as ordenanças e auxiliares da vila, aliados com alguns soldados de cavalo.

Como a sua colega de Montalegre, atacava naõ só gados, mas mulheres e crianças, chupando-lhes o sangue e devorando-lhes os intestinos. (É muito para registar o especial petisco que, para êstes estravagantes animais, constituiam as miudezas do bandulho).

Num segundo folheto narra-se a morte da alimária, por indústria dum sujeito dali, que convocou os caçadores e lhes botou fala, alvitrando que mais proveitoso seria levar êle um menino para o interior da floresta, subir lá a uma árvore e dependurá-lo nela, prêzo por uma corda; a fera viria pelo faro e nessa ocasiaõ seria morta à carga cerrada pelos cinegetas e pela tropa. "Como em realidade succedeu, conta o papel; porque caminhando o dito mancebo, com o minino muy devagar, e os doze homens da escolta sem serem do bruto

bravo persentidos, tiveraõ tempo, elle de se subir a huma alta árvore, e elles de se emboscarem ao redor della a tiro, e pondo-se todos promptos com grande animo e desembaraço para aquelle terrivel combate, apenas o bruto entrando a caminhar por baixo dos arvoredos avistou a preza, quando corre furioso, ligeiro, e voraz para a querer tragar, julgando-a já nas suas garras, levanta o mancebo com a corda do chaõ o minino, ficando espantada a gullosa Fera, e confusa sem tirar os olhos da preza, que perdido tinha"...

Deram-lhe os monteiros uma primeira descarga; e, como fugisse ferida em direcção a um cabeço, acudindo os cavaleiros, lhe segundaram outra, que a prostrou de vez. Todos então se chegaram para a ver, numa natural curiosidade. Ouçamos a descrição, que tem sabor especial:

"A figura bem propria he, a que vay neste papel estampada: tem de comprimento sete palmos, he bastantemente alta, de altura de hû cavallo, pernas, e braços delgados, unhas grandes, o cabello todo erriçado, por modo de Porco montez, pela barriga he branco, pelo corpo he arrayado, a cabeça he por modo de Gato grande bravo com muita barba, os olhos muy grandes, e ovados, os peitos muy largos, o rabo muy comprido, e delgado, a pelle muy grossa, era muy forçoso; ligeiro, bravo, e voraz principalmente de mininos, e a tudo mais assaltava, quanto topava, excepto em vendo multidaõ de gente, que gritasse; alguns naõ sem grande temeridade quizeraõ com elle apostar valentias, e ficaraõ sendo despojos da sua crueldade."

Pezava o brutinho dez arrobas e esteve longos dias exposto ao gentio daquelas redondezas, tendo sido necessário chamar soldados para evitar as desordens que provocou a aglomeração do povo.

Tal foi a impressão que produziu êste bicharoco no espírito simples e crédulo da multidão, que ainda

quási um século depois era frequente ouvir: *¡Olha aquele! ¡Parece o bicho de Chaves!* Ou entaõ: *Fulano tem mais mêdo de bruxas do que do bicho de Chaves!*

*

Não só a terra, mas também o oceano se povoava dêstes animais de pezadelo. Bicho marinho horrível de ver-se, foi o descrito no folheto de cordel *Nueva relacion, y curioso romance en que se declara el conflicto, que causò à la Ciudad de Lisboa, y su Jurisdiccion, la disformidad de vn Monstruo Marino....Sucediò à 23 de Enero de este presente año de 1737.* (1)

FIG. 2

Encabeça a vera efígie daquela bisarma Fig.2 o alto da

(1) No final da 4.ª e última página: FIN. CON LICENCIA: EN MADRID. ¿Terá, de facto, ali sido impresso?

primeira das 4 páginas inumeradas do folheto. Entre a repolhuda retórica da versalhada, apura-se que

> En la Ciudad mas heroyca,
> por Coronada, y Suprema
> del Reyno de Portugal,

o mar, durante uma tempestade, bolsou na praia o brutamontes, que se ficou a estrebuxar na areia, aos berros, até morrer.

Depois de informar o "discreto Lector" dos 87 palmos de comprimento, dos 43 de grossura e dos 14 e um têrço de circunferência daquele "Monstruo, Pez, Dragon, ò Fiera"; de dizer que cada mandíbula media 15 palmos e o diâmetro de ambas um pouco mais de sessenta; que lhe cabiam a um canto da bôca seis soldados de pé e perfilados — assim descreve o cordelista o singular animal:

> Al paladar adornaban
> vna multitud de cerdas,
> tan agudas y espinosas,
> que su contacto reservan.
> En vez de dientes, vibrava
> setecientas y quarenta
> puntas de azabache agudas,
> que à la vista se reservan.
> Del mismo color blandia
> adusta, y pesada lengua,
> de bronca tez, y conchuda,
> como de infernal Cometa.
> Dos conductos señalaba
> en lo alto de la testa,
> que vn cuerpo de hombre fornido
> por uno de ellos cupiera.
> Desde la boca hasta el vientre,
> gallardeaba vnas setenta
> listas de varios colores,
> que solo en esto recrea.
> En los pechos le salia
> dos broqueles con dos flechas,

que en vez de dulce alimento,
escupian negro nectar.
No hay Arbol, que en semejanza
pueda igualar à sus piernas,
que ni en el color convienen,
ni à su magnitud se acercan.
. . . .
. . . .

¿Como se chamava o monstro? Ninguém lhe ajustava o nome: para dizer alguma coisa, houve quem lhe chamasse uma "bufalina" (¡que raio de nome!) mas a classificação não pegou.

Ponto na matéria. Muito havia ainda que dizer, não só quanto a feras nadas e criadas em Portugal, mas até no estrangeiro. A literatura de cordel tem neste género um grande sortido, aparecidas nos mais desvairados países—Castela, Polónia, Turquia, África e até no Chile.

C. M.

MIGALHAS

(Velhos Apontamentos)

I – UMA NOTA DE CAMILO

ERTENCEU-LHE o exemplar que possuo do *Tratado panegyrico em louvor* (sic) *da Villa de Barcellos*, de Fr. Pedro de Poyares.

A pág. 129, o ingénuo franciscano, que se desentranha em descompassados elogios a esta cidade, intitula o capítulo LIII: *Comparase França com Barcellos*. Camilo anotou à margem: "Galantissima asneira!"

II – CINCO SONETOS DESCONHECIDOS, DE GARÇÃO

Em nenhuma das quatro edições os vejo arrolados. E, no entanto, andam, sob as iniciais de P. A. J. C. G. (Pedro António Joaquim Correia Garção) na campanuda e indigesta *Oraçam academica, panegyrica, histórica, encomiastica, profano-sacra*, do augustiniano Fr.

Francisco da Cunha, em louvor da raínha da Hungria. O livro é de 1743. Orçava portanto o poeta pelos 19 anos.

Aqui fica a indicação do primeiro verso:

—Senhora, a vossa Efigie representa...
—Questa nobil' Efigie venerata...
—Magestozo Retrato oy repetido...
—Bela Efigie, milagre de pintura ..
—Efigie magestoza, essa belleza...

Mais de espaço me referirei a êstes sonetos—três em português, um em espanhol e outro em italiano, que sensivelmente emergem daquela salsugem poética:

III—O MEDICO PORTUGUÊS DE NINON DE LENCLOS

Nas suas *Memórias*, recolhidas por Saint-Évremond e publicadas século e meio depois por Eugénio de Mirecourt, confessa esta corteză famosa que o segrêdo de conservar até os derradeiros anos o perfume da sua estonteante beleza, o deveu a "un juif portugais qui a fait sur l'art de guerir des etudes profondes".

Êsse judeu deixou um filho também médico de nomeada na côrte francesa, que a visitou ainda aos 89 anos.

Ora o médico judeu era, acima de tudo, um psicólogo e um ironista.

O remédio famoso consistia apenas em água pura com algumas gôtas duma substância química inofensiva, que a coloriam ligeiramente e a tornavam incorruptível.

¿Quem era êsse famoso médico, cujo neto tentou obter o título de conde de Saint-Germain?

IV — UMA VARIANTE DO "JARDIM ANAGRAMATICO"

Não conheço nenhuma referência a uma variante do quebra-cabeças que, com êste título, publicou em Lisboa, em 1654, Afonso de Alcalá e Herrera, que, para entreter os ócios de uma vida folgada, compôs aquele labirinto de burundangas métricas.

Além de algumas sensíveis diferenças na composição tipográfica, destaco a página das licenças.

Um dos exemplares que possuo tem apenas cinco, que vão de 9 a 17 de Junho de 1654. O outro tem mais três, respectivamente de 10, 15 e 16 de Dezembro.

Cotejando os dois textos, não encontro qualquer outra diferença, pelo que pendo a crer que se trata apenas da substituição das fls. 2 e 3 preliminares.

V — ESTÊVÃO RODRIGUES DE CASTRO

À conta da referência de D. Francisco Manuel de Melo, classificando-o de "pessoa de melhor musa que fé", todos os seus biógrafos o consideravam judeu, obrigado a homisiar-se, fugido à Inquisição.

A verdade é que o notável professor da universidade de Pisa, onde faleceu em 1637 com 78 anos feitos, saiu de Portugal, segundo Joaquim de Araújo, já no século XVII e "pela nomeada que lhe adquiriu a peste grande". A mácula de sangue de "nação", foi-lhe irrogada num violento folheto, que existe na Biblioteca Nacional e do qual deu notícia o meu ilustre e saudoso amigo, dr. Maximiano de Lemos. Pode ter originado a confusão também o facto de, pelo mesmo tempo e na mesma universidade, ser professor Rodrigo de Castro — êsse, judeu confesso.

Que era bom cristão e de boa estirpe, atesta-o o

brazão da sua sepultura, na igreja de Todos-os-Santos em Pisa.

Diz Inocêncio que tôdas as suas obras são de "muita raridade", avultando entre elas o poema latino a que vou referir-me.

Intitula-se *De simvlato rege Sebastiano*, e foi impresso em Florença (*Typis Nouis Amatoris Massae et Soc.*) em 1638, editado por seu filho Francisco de Castro.

Como se vê do frontispício, trata-se de uma obra da juventude, impressa sobre uma cópia já muito gasta do tempo, porque o original o oferecera o autor a Alberto, Arquiduque de Áustria. Esta edição dedica-a o filho a António Curnio, duque da Etrúria, de quem o pai fôra médico. É um 8.° de 60 páginas numeradas, assim composto: Dedicatória (3), "Lectori salutem" (4). De páginas 5 a 6: 4 poesias latinas a "Iacobvm a Fonseca", de Estêvão Rodrigues de Castro, Luz Franco e dois anónimos. Há na página 7 um soneto italiano de Alexandre Adornari em louvor do poeta "con l'occasione delle sue opere, *vna circa la sua partenza dalla Patria, l'altra sopra il finto Re' Sebastiano*".

Ocupam a página 8 as licenças, entre as quais uma de Fanano, inquisidor geral de Florença. Abrange o prefácio as páginas 9 a 12. As restantes são destinadas ao poema, que se compõe de 3 cantos. A última traz um breve epílogo em latim sôbre deficiências tipográficas.

VI - À MARGEM DO "DE LA LITTÉRATURE", DE M.^me^ DE STAEL

Comprei há anos no leilão de Júlio de Castilho a edição de 1820 das *Œuvres complètes de M.^me^ la baronne de Staël*, publicadas por seu filho.

Tem muitas notas ditadas por Castilho. Arpôo algumas:

A páginas 509, M.me de Staël cita, entre várias obras francesas escritas por mulheres, os romances de Madame de Genlis.

Comentário: "*E Malvina e Matilde* não valem mais que todos os romanses (*sic*) de M.me de Genlis? He difficil exceder Cottin na linguagem do sentimento".

A pág. 550: "Lorsqu' un auteur se permet un mot nouveau, le lecteur qui n' y est point accoutumé s' arrete pour le juger; et cette distraction nuit à l'effet général et continu du style".

Nota: "Bella reflexão applicavel ao estylo de Filinto Elysio".

Uma frase de Staël: "Qui tout est moralité dans les sources de l' enthousiasme". A esta afirmação tão latitudinária opõe Castilho: "Qual a moralidade no entuziasmo do despotismo? Esta sentença é falsa. O crime tem o seu entusiasmo assim como a virtude; e os mais fortes movimentos da alma tem m.tas vezes o seu principio na depravação dos sentimentos e na corrupção dos costumes".

JORGE DE FARIA

Cartas recebidas

Àcêrca do artigo que inserimos a pág. 72 dêste volume, sob o título *Adivinha Genealógica*, recebemos, estas duas cartas:

C.ª 14. III. 33

Meu caro Cardoso Martha:

Com a curiosidade e o prazer de sempre li o último número da sua interessantíssima "Feira" e muito me ri com a saborosa *partida* pregada a algum desprevenido leitor, que ignora o soneto de pág. 73.

Não faltarão, talvez, novatos que o tomem como alusão a algum frágil esgalho de mal enraïzada árvore genealógica e se sintam assustados com a possivel interpretação que venha a cair-lhes em casa

Mas olhe que não é nada disso, afinal; pode tranquilizar os seus leitores, a estas horas estomagados com o inquietante enigma e declarar-lhes que o soneto não é genealógico, nem se entende com ninguém da mundana sociedade.

Conheço-o muito das miscelânias histórico-literárias dos séculos XVII e XVIII e, comigo, quantos com elas lidam. Trata-se dum soneto místico, apenas, retorcido, sim, mas sem maldade, como vai ver.

O pai que é *pai dum filho o qual não é seu filho* e que, sabendo *mui bem que é filho doutro pai, não pode negar que êle é seu filho*, é, muito simplesmente . S. José.

Posso citar-lhe vários códices onde o soneto aparece com tal invocação expressa, ao lado dos que a S. Teresa de Jesus são atribuídos e doutros, de grande devoção todos . .

¿O Cardoso Martha não sabia disto? É muito conhecido; ¡verá a quantidade de explicações iguais a esta que os seus leitores lhe vão enviar!

E daí—¿quem sabe?—talvez não. Mais maliciosos do que eu é possível que se calem a gozar o efeito da *partida*...

Porque não há dúvida nenhuma que foi um rico susto que o sr. Faria meteu a muitos genealogistas de chinelo de ourelo...

¡Boa partida de Carnaval, sim, senhor!

Abraça-o o seu camarada e inútil amigo,

A. G. da Rocha Madahil

Meu prezado amigo Cardoso Martha:

Não foi em vão que apelei para as qualidades divinatórias dos leitores da «Feira da Ladra», porque em 12 do mês passado o meu amigo Dr. Hipólito Raposo anunciou-me que encontrara a decifração do *Soneto Inigmatico*, a qual lhe parece não poder ser outra senão *S. José*.

Concordo com a solução, que me parece ser bem ajustada à adivinha; mas sinceramente lastimo que a doença do decifrador tenha sido, pelo tempo que lhe deixou vago, o veículo para a desvendação do enigma.

Lisboa, 3 de Abril de 1933.

Creia-me, etc.

António Machado de Faria

TEATRO CAMILIANO

JORGE de Faria, no seu notável estudo sôbre o teatro de Camilo, publicado na revista *de Teatro* (18 a 21 e 23), deu notícia de algumas peças extraídas de livros do escritor ou nêles inspiradas.

O artigo foi feito, em grande parte, com elementos por mim fornecidos ao autor que, honestamente, citou o informador e, gentilmente, lhe dedicou o trabalho.

Não lhe dei, porém, tudo quanto possuía, porque algumas cousas me escaparam quando J. de F. veio a minha casa tomar os seus apontamentos.

Esqueci-me, por exemplo, de lhe falar duma peça tirada da *Filha do arcediago*, de que, aliás, sei muito pouco.

Foi na *Aurora do Lima*, de 15 de Março de 58, que, num folhetim sem assinatura, encontrei uma referência à peça, nos seguintes termos: «Em Chaves ha um theatro, que se abriu, como era natural, para divertir os parceiros, em uma das noites de Carnaval. Dramas ha muitos, e a escolha não era difficil; mas uma farça, e propria do tempo, não era tão facil d'en-

contrar; no entanto, como em qualquer parte apparece um *Alexandre*, o nó gordio foi cortado, segundo me contou o mesmo Camillo, por uma authoridade da terra, que, lançando mão do bello romance — A filha do arcediago — taes voltas lhe deu, que fez delle uma farça!"

O que aí fica é o que sei da tal peça.

É possível que em Chaves, como em tantas outras terras, haja algum benemérito rebuscador de velharias locais que possa dizer alguma cousa da farsa que serviu para *divertir os parceiros* naquela noute do longínquo entrudo de 1858.

Apareça o investigador e bemvindo seja.

Outra peça teatral que não indiquei ao meu confrade J. de F. foi a opereta *O deputado Calisto*, da autoria do sr. Joaquim Romão Duarte. Não a conheço, mas sei que foi representada em 7 de Junho de 1919, na Escola Académica, por alunos dêsse colégio lisbonense, pois tenho um programa que devo à amabilidade do sr. José Rodrigues Simões.

É certo que nêle se diz que a opereta é *original* do sr. Romão, sem referência a qualquer romance de Camilo; todavia, presumo, até prova em contrário, que ela foi inspirada pela *Queda de um anjo*. Vou dizer o porquê.

A figura principal é *Calisto Eloi Benevides Barbuda* e o herói do romance apenas tem um apelido mais — *Silos*.

A mulher do protagonista é *Teodora Barbuda de Figueiroa*, nome exactamente igual ao da morgada de Travanca, *senhora de raro aviso, e muito apontada em amanho de casa, e ignorante mais que o necessario para ter juizo*, a qual desposou o Calisto camiliano.

Figuram também na peça, como no romance, o abade, o mestre-escola, o regedor, o boticário, etc., aparecendo, embora, com outros nomes.

O Calisto do sr. Romão é deputado, o título da opereta o diz; ora, como é sabido, tôda a acção do romance gira em volta da eleição do morgado de Agra de Freimas, o anjo que não teria caído se os povos não o tivessem mandado às Côrtes.

Eis os factos suficientes, quanto a mim, para fundamentar a convicção de que o autor da original opereta se inspirou no conhecidíssimo romance.

E foi certamente por o livro ser um dos mais conhecidos de Camilo, que o sr. Romão não fêz, no programa, a indicação da fonte do seu original trabalho, não fôssem os espectadores tomar como impertinência que se pretendesse ensinar-lhes o que tam claro se lhes mostrava.

Do mesmo romance, e com o seu título, foi tirada uma comédia em quatro actos pelo coronel Pedro Augusto de Sousa e Silva, falecido em Angola, num desastre de automóvel, em Abril de 1930.

Desta não podia eu ter falado a J. de F., porque só em princípio de 1929 é que apareceu publicada.

Extraídas do *Amor de perdição* há também duas peças que não indiquei ao meu amigo.

São elas um drama do escritor brasileiro Álvaro Peres e um melodrama do dr. Mário Monteiro e foram ambas representadas no Brasil, a primeira não sei quando e a segunda em 1913.

Às duas se refere Manuel dos Santos, na *Rev. Bibl. Camiliana* (II, 6—7), transcrevendo uma notícia e parte doutra do *Imparcial*, diário fluminense.

Nesse jornal se diz que a peça do dr. Mário Monteiro é uma opereta. Recentemente, no *Diário de Lisboa*, de 3 de Abril de 1933, referiu-se o autor a essa classificação do seu trabalho, atribuindo-a ao secretário da emprêsa e fazendo a devida rectificação — melodrama e não opereta.

O autor da música foi o maestro Luz Júnior.

Ainda a respeito de peças nascidas dêste romance refere-se J. de F., no seu estudo, depois de citar a de D. João da Câmara, a outro arranjo muito representado no norte.

Creio que se trata dum trabalho do sr. Luiz Ferreira Gomes, jornalista portuense, que dêle fala a pág. 142 do livro *Jornalistas do Pôrto e a sua Asso iação,* publicado em 1925.

Confessa o sr. Gomes que *perpetrou* alguns *atentados* teatrais e, entre êles, o *Amor de perdição*, que «pela primeira vez se representou no Teatro Principe Real desta cidade (Porto) em 3 de Setembro de 1903 e ainda, de longe a longe, uma vez ou outra, se vê por aí anunciado, por companhias modestas, mas sem nomear a pessoa que, para fazer um favor a quem estava necessitado, pregou essa peça ao teatro».

Estas palavras explicam que J. de F., conhecendo a peça, não soubesse o nome do autor: é que as tais companhias não se lembram de o dizer.

Outra nota que não dei ao erudito autor do trabalho sôbre teatro de Camilo: na *Lucta,* de 11 de Março de 1913, numa correspondência de Redondo, noticiou-se a representação, no teatro da terra, dum drama *O José do Telhado*, de Camilo.

Declaro que não conheço tal peça nem me consta, nem a nenhum dos que até hoje teem escrito a respeito do romancista e das suas obras, que êle a tenha produzido.

Existe, realmente, que eu saiba, um drama com aquele título, e bem possível é que haja outros.

Aquele a que me refiro é da autoria de *Um portuense* e encontro-o anunciado à venda na livraria de Cruz Coutinho, do Rio de Janeiro, em 1871. Vem o anúncio no verso do ante-rosto duma edição feita nesse ano por êsse Coutinho, sobrinho do velho editor portuense, do drama camiliano *Como os anjos se vingam.*

É possível que o drama de Redondo fôsse o tal de *Um portuense*, que alguém pensasse ser de Camilo.

Outra hipótese a formular é a de se tratar de qualquer peça extraída da narrativa que o escritor fêz nas *Memorias do carcere*, da vida de José do Telhado, e que tam divulgada tem sido.

Nada posso adiantar.

Aqui ficam arquivados mais alguns subsídios relativos ao teatro camiliano, para que Jorge de Faria, amigo e confrade que tudo merece porque é probo nos seus trabalhos, os aproveite quando um dia reeditar, ampliado, o seu valioso estudo. E, quanto ao *José do Telhado*, êle que decifre a charada.

Tem muito mais obrigação de o fazer porquanto, além de camilista como eu, é uma cousa que eu não sou — *teatrista*.

JÚLIO DIAS DA COSTA

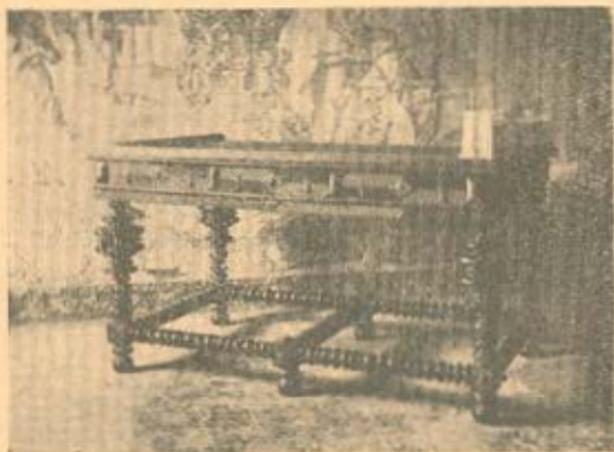
UM MÓVEL HISTÓRICO

O bufete da Maceira

RGULHA-SE justificadamente a vila de Tôrres Vedras de possuir no seu Museu Municipal a mesa histórica em que foi assinado o «arrangement avec armistice», de que fala Foy, a seguir à batalha do Vimeiro, o qual precedeu a convenção de Sintra, de tão desairosa memória para o brio português.

Em 19 de Agôsto de 1808, Junot entra em Tôrres Vedras à frente do seu exército, para, operando a junção com as fôrças vencidas de Delaborde, ir atacar as tropas luso-britânicas.

Junot entra em Tôrres como triunfador, mandando iluminar a vila em acção de graças pela . . . vitória, que iria ganhar. Instala-se na casa, hoje, do Sr. José Augusto Lopes Júnior, que faz esquina da avenida da República para o largo da Graça, em frente à demolida capela de Sant'Ana; manda matar um mendigo, que julga ser espião e antegoza a vitória que o espera.

Em 21 de Agôsto é batido pelas tropas luso-britâ-

O HISTÓRICO BUFETE DA MACEIRA

onde foi assinado em 1808 o armistício de Tôrres Vedras

nicas no Vimeiro, sofrendo uma grande derrota, e retira apressadamente para Tôrres Vedras, onde celebra conselho, enviando depois ao quartel-general inimigo o general Kellerman com propostas para negociar um armistício, propostas que, ainda segundo Foy, foram recebidas por Sir Artur Wellesley com as maiores demonstrações de regosijo.

Efectivamente, assina-se o referido «arrangement», que estabelece o Sizandro como linha divisória entre os dois exércitos.

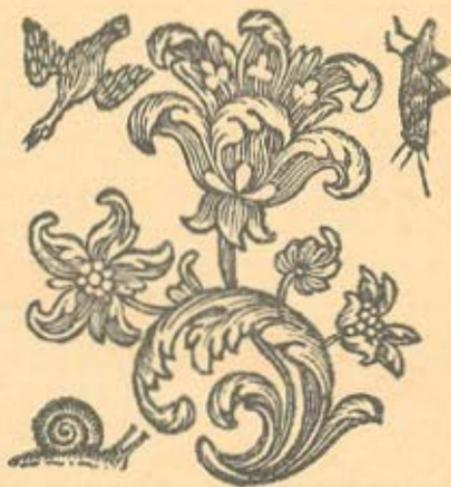
A mesa em que os dois generais inimigos firmaram o armistício, móvel hoje duas vezes histórico, é agora pertença do Museu Municipal de Tôrres Vedras, que tive a honra de fundar; e é como digo, sua pertença, devido ao bairrismo honrado e devotado do então seu proprietário, José da Cunha Santos Bernardes, abastado lavrador torreense, a quem o bufete pertencia, pelo seu casamento com uma distinta senhora, descendente da ilustre família, a quem na época pertencia o móvel.

Era em 1808 seu dono o proprietário da quinta da Maceira e Pôrto Novo, e do morgadio de Penha Longa, o mais tarde tenente-coronel de milicianos, António Agostinho Ferreira de Carvalho, cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de quem hoje procede a distinta e numerosa família Figueira Freire, de T. Vedras.

Consagrado pela tradição popular de mais de um século, serviu também o bufete para nele ser lavrado o auto de inauguração do monumento do Vimeiro, em 21 de Agôsto de 1908, que foi assinado pelo último rei de Portugal, D. Manuel 2.º e pelo duque de Wellington, descendente do célebre Sir Artur Wellesley, que foi 1.º conde do Vimeiro, 1.º marquês de Tôrres Vedras e 1.º duque de Wellington, o grande general inglês vencedor de Napoleão.

A gravura que acompanha estas apressadas linhas, representa, pois, o histórico «bufete da Maceira», de que tão justificadamente se orgulha a nobre vila de Tôrres, que o guarda como um tesouro no seu pequeno Museu Municipal.

T. Vedras
Abril de 1933.

R. SALINAS CALADO

EPISTOLÁRIO

XIX

COSINHA E MESA RÉGIAS

Entre as cartas por mim oferecidas ao Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, figura esta:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{r}

Agora acabo de receber o Avizo q. V. Ex.ª com data de 24 do prezente me derigio, para eu dar alguma Providencia, afim de acautelar, q. a Carne de Vaca q. foi para a Ucharia Real dessa V.ª, chegue em melhor estado do que, o em q. tem chegado até o prezente, e igualmente, para q. taõ bem o Peixe chegue a horas proprias de se poder preparar para o jantar. Em consequencia mandei, q. a Vaca se compre em Lisboa, donde sempre foi costume hir antigamente p.ª essa Ucharia pelo tempo de Quaresma, evitandose assim a maior demora occazionada na sua conduçaõ de maior distancia, o q. me pareceo mais acertado nas actuaes circunstancias visto naõ ser praticavel mandar hir o Marchante mattar

ahi as rezes em hum tempo em q. se naõ pode dar estracçaõ a toda a Carne de hum Boy, par naõ haver o comer das familias, em q. se gaste a parte inferior da Vaca, q. cada Boy tem, nem taõ pouco se poder comprar nessa Terra, naõ se achando nessa jurnada Pessoa alguma authorizada desta Repartiçaõ, q. possa, nem deva fazer as compras, muito menos quem as abone legalize e haja de cuidar no arranjo dellas a sua Despeza cuja dezordem naõ teria acontecido se a desposiçaõ desta jurnada naõ fosse cometida ao Mestre das Cosinhas, q. nenhum conhecimento tem destas couzas, nem saõ da sua competencia destinar a forma e arranjamento de huma jurnada como o praticou nesta, para a qual eu naõ tive insinuaçaõ e ordem alguma; e por tanto naõ sou responsavel dos motivos por que se estaõ praticando nessa cosinha segundo me consta imenças couzas contra o estabelecim.[to], boa ordem, metodo, e economia, q. sempre se praticaraõ.

Pelo q. respeita à remeça do Peixe imidiatam.[te] escrevi ao Visconde da Anadia para que mandace pôr jente dobrada nas Embarcaçoins que o conduzem, naõ avendo otro meio que se posa adoptar nesta conduçaõ, motivada a sua demora pela falta de ventos, muita agua do Alviela e as mesmas Embarcaçoins muita e indispensavelm.[te] carregadas, isto proviniente da forma q. se segue a esta jurnada.

He o q. se oferece dizer a V. Ex.[a] a respeito da sua partecipaçaõ q. V. Ex.[a] porá na Prezença de Sua Alteza Real, para que lhe conste a pontualid.[e] com q. procuro execotar as suas Reais determinaçoins.

D.[s] G.[de] a V. Ex.[a] 25 de Fevereiro de 1805.

De V. Ex.[a]
P.[o] e fiel am.[o]

Conde do Redondo

O signatário desta carta é o 13.º conde de Redondo, 1.º Marquês de Borba, Tomé Xavier de Souza Coutinho de Castelo Branco e Menezes, que exerceu o cargo de veador da Casa Real, tendo sucedido a seu pai, o 12.º conde de Redondo, Fernão de Sousa Coutinho.

Tomé Xavier, na qualidade de inspector da cosinha e ucharia da Casa Real, providenciou sôbre o fornecimento de vitualhas para bordo dos navios que conduziram o Príncipe Regente D João às praias fluminenses; e é de crer que êsse fornecimento fôsse muito bem provido, se atendermos a que era grande e numeroso o comboio que transportava tôda a Real Família, a maior parte dos grandes do reino e creadagem de serviço.

Tomé Xavier, no cumprimento do seu cargo e por dedicação ao seu soberano, seguiu-o no exílio e lá morreu.

É possivel que êle não tivesse cumprido à risca, desta vez, o decreto que sôbre mesa e ucharia foi mandado promulgar por El-Rei D. José em 1765 e que ainda estava em vigor na regência do Príncipe D. João, com ligeiras alterações de momento.

As disposições dêsse decreto são muito interessantes, porque mostram o regime económico em que vivia a côrte josefina, numa época em que a *Arte de Cosinha de Domingos Rodrigues, mestre de cosinha de Sua Magestade* (Lisboa 1765), mandava que um jantar tivesse, pelo menos, trinta iguarias.

O 12.º conde de Redondo, pai de quem remete esta carta, inspector da cosinha, copa e ucharia da Casa Real, era obrigado a cumprir as instruções dêsse decreto, feitas e reguladas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos e que consistiam, em resumo, no seguinte:

A mesa das Pessoas Reais devia ter oito pratos ao jantar e quatro à ceia. A mesa para a Princesa N. S. (futura D. Maria I) e para seu marido, devia ter três pratos: sopa, vaca e arroz; duas flamengas (terrinas) com guizados e uma com massa. À ceia, seis flamengas com iguarias várias. Se fôsse preciso «miudezas» de açúcar para chá ou café, a requisição far-se-hia por meio dum bilhete assinado por uma dama deserviço.

O Príncipe N. S. (D. José, Príncipe da Beira e do Brazil), visto ser menino, não tinha direito a mesa. Seria servido em pratinhos, ministrados com *cuidado, delicadeza e exactidão*. As Infantas, filhas de D. José, teriam ao jantar cinco pratos, sopa, vaca e arroz, duas flamengas com guizados, duas com assados, e uma com massa. À ceia teriam seis flamengas com guizados, assados e saladas. O veador, conde de Redondo, os gentis-homens da câmara, de semana, teriam uma mesa com catorze pratos em duas cobertas: três de sopa, vaca e arroz, duas flamengas de entradas, duas de guizados ligeiros e *estas quatro flamengas estariaõ nos*

quatro angulos da mesa e, na segunda coberta, dois pratos de assados, um de massa, e *quatro flamengas de entremeios nos quatro angulos da mesa*. A ceia, uma coberta de sete pratos. Esta mesa seria servida, aos assados, por dois reposteiros. Os outros pratos, por criados do veador e dos camaristas.

Havia, além destas mesas, as dos guarda-roupas de semana, a do médico de semana, a dos dois criados particulares em serviço, a do cirurgião, a do porteiro da cana, a dos reposteiros, a dos dois varredores dos quartos reais, a dos dois porteiros das portarias e, para estas mesas, o decreto marcava também os serviços de cada uma delas, diferentes uns dos outros, mas com menor número de pratos. Os cosinheiros, ajudantes e moços de cosinha, tinham rações especiais.

O Regulamento tambem providenciava com respeito ao pão, que era de preço diferente para cada mesa. E, quanto ao doce, as Pessoas Reais só comiam os doces feitos pelas suas particulares conserveiras e o Príncipe menino não tinha doce algum. Nas outras mesas poderia ou não haver doce e frutas, conforme a qualidade das pessoas, o tempo ou o fornecimento.

Os pratos e as flamengas com as iguarias tinham um certo diâmetro marcado, conforme as mesas.

Os Reis tinham ao jantar uma pequena condeça com fruta do tempo. As Infantas, dois pratos de fruta e um prato de doce de calda. O médico, um prato de frutas.

O cosinheiro tinha três mil reis por mês de ajuda de custo e na cosinha era proibida a entrada a pessoas estranhas ao serviço.

Há na carta do 13.º Conde de Redondo, acima publicada, uma passagem que ficará para sempre misteriosa. É aquela onde êle diz: ... *em que se gaste a parte inferior da Vaca, q. cada Boy tem*... e que, tendo sido submetida a algumas donas de casa, como pessoas entendidas nos segredos da carne de vaca, nenhuma soube interpretá-la com clareza.

João Jardim de Vilhena

O PROBLEMA DA MESTIÇAGEM E O IMPÉRIO DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

STUDAR, mesmo sumáriamente, a obra do grande Albuquerque, é tarefa demasiada para as nossas fôrças, mal ageitadas ao àrduo labor dos estudos históricos. O artigo que a seguir publicamos é apenas um leve esbôço do que àcêrca de «Albuquerque, o terribil» se pode dizer. A crítica sistemática da sua obra, deixemo-la a outros que mais categorizados do que nós, a possam fazer á luz de melhor critério, e orientação.

No primeiro período, o faze aurea da dominação portuguesa na India, predominaram as prâticas tolerantes, cuja eficiência o génio de Albuquerque previu alguns séculos antes das nações «soit-disant» civilizadas o reconheceram. A politica do valoroso capitão destaca-se principalmente da que os ingleses seguem na actualidade, no seu Império das Indias pela idea dominante de abter a fixação da raça portuguesa, crian-

do desta maneira riqueza e progresso no verdadeiro sentido da palavra, pela colonização e pela mestiçagem.

As terras sequestradas aos mouros eram dadas aos portugueses casados ou que quizessem casar com mulheres hindus e ficar residindo na India. Por carta patente de 15 de Março de 1518, fêz el-rei D. Manuel mercê e doação «aos portugueses já casados em Goa, como aos que ao diante a ela fôssem casados, ou nela se casassem e assentassem vivenda, de todas as terras que de direito pertencessem ao mesmo rei, e que fôssem já aproveitadas assim aquelas que ficaram dos mouros que, ou haviam morrido na conquista da cidade ou dela se haviam ausentado para onde ficassem a salvo das armas portuguesas, como quaisquer outras terras manda el rei que as terras não aproveitadas de toda a ilha de Goa se deem de sesmária aos casados portuguêses ou a quaisquer outros que de outras partes forem, de quaisquer nações que sejam: tudo segundo as ordenações e regimentos dos reinos de Portugal». Descontentou esta carta aos portuguêses e aos naturais, que protestaram, obtendo por carta régia de 24 de Dezembro de 1574 que as terras que se houvessem de repartir pelos portuguêses fôssem unicamente as dos mouros. E qnanto ás que haviam sido dadas de sesmária que as tivessem os naturais da terra. (1)

A administração mais tolerante é impossivel conceber Afonso de Albuquerque, conquistando Goa em 1410 e substituindo o domínio português ao domínio muçulmano — além de prestar um serviço à humanidade — iniciou desde logo a sua admirável política de atracção do elemento hindu. Nela se baseáva para realizar êsse sonho de poder e possancia para além dos recur-

(1) Arquivo português oriental — Documentos, 9, 26, 57.

sos materiais, que apenas a falta de meios o impediu de alcançar.

Teria sido em todo o caso isto possivel, se os Filipes não tivessem asfixiado a nossa iniciativa, não nos dando tempo a ultimar a obra assim mesmo tão brilhantemente iniciada.

O sistema mercantilista de Francisco de Almeida não nos pode interessar, se considerarmos que êle não teve, na verdade, como fim único fazer o que nós chamamos a verdadeira colonização — pois que o seu sistema é o fenício. Não era a civilização como sempre os portuguêses tentaram e realizaram: a colonização étnica.

O que nos resta na India fornece-nos talvez uma ideia do que poderia ter sido ali um Império Português. Existe uma raça luzo-indiana descendente dos portuguêses, que povoa o estado, com os naturais. Tipo singular, cheio de qualidades, conforme o atestam várias figuras notáveis nas ciência, na arte e nas letras.

A atitude de Afonso de Albuquerque na India, e de resto em tôda a parte até onde chegou a sua acção, foi sempre orientada por um desprezo absoluto dos preconceitos e rotinas administrativas, isto sem esquecer, é claro o respeito devido ás instituições naquela norma que sempre usamos depois, ao contrário de outros povos que por largo tempo evidenciaram uma incapacidade absoluta em relação â colonização inteligente e tolerante que propugnamos.

Agir, criar, construir, organizar, fazer vida, numa palavra, eis em que consistia a técnica de Albuquerque. O seu sentido colonial pode explicar-se mais por uma vontade de prestígio, do que por uma energia de força. Entretanto, para conservar e manter intacto o respeito indispensável, era necessário não nos firmarmos apenas na idealogia humanitária. Era preciso evidenciar "a fôrça" para poder evitar o seu emprego. Concebida

desta maneira a política colonial de Afonso de Albuquerque, conciliava duas concepções, em aprência e antagonicas: o receio do poder do branco e a simpatia pela sua pessoa, tão verdade é que nos domínios da psicologia a admiração anda muitp proxima do amôr.

F. ALVES DE AZEVEDO

APODOS TÓPICOS

Ao querido amigo Dr. J. R. dos Santos Júnior, etnógrafo estudioso e sabedor.

EM de muito longe o costume de alcunhar os naturais de certa região, país ou povoado, derivando essa alcunha dum facto que ali passou, dum costume ou feitio peculiar dos habitantes, de qualquer traço característico, emfim, que os exponha à zombaria dos seus vizinhos ou inimigos, ou demonstrativo dalguma virtude ou boa qualidade que êles ou a terra possũam.

Convém, ainda assim, acrescentar que são em muito menor número as apologias do que as detracções. É humano, não há que admirar.

Em Portugal, muitos e variados são os apodos — alguns veem de tempos remotíssimos — que usam dar aos íncolas das nossas cidades e vilas, chegando muitos dos moradores a zangar-se e até a passar a vias de facto quando assim os designam.

A má vontade entre povoações é uma coisa freqüente, que não raro se traduz em verdadeiras batalhas por ocasião de feiras e romarias. ¿E não assistiam os lisboetas, até há poucos anos, a rixas entre bairros, cujas «purrias» se entrevaiavam e até vinham às mãos, a sôco, a cacete e à pedrada?

Desta má vontade, provocada por ciúmes, invejas e até questões políticas, nasceram os apodos injuriosos.

Seria de grande utilidade e interêsse etnográfico reunir num só corpo tôdas as apóstrofes locais e regionais portuguesas, mesmo as já dadas a público.

Há quási dois séculos, escrevia nas *Satiras* o poeta Couto Guerreiro:

. . . .

Vem cahir sobre mim huma tormenta
Mais atroz, mais cruel, e mais violenta,
Do que se eu perguntasse a sangue frio
A algum de Maçarellos pelo tio,
Ou por Pedro Machado ao de Palmella
Ou por Manoel de Arês a toda aquella
Pessoa, que em Alcacer habitasse;
Ou se lá em Vianna perguntasse,
(A de Alemtejo) Se era ella de Alvito;
Ou se assanhasse o povo tão maldito
De Aguiar, perguntando que horas eram? (1)

. . . .

São muitas, em livros antigos, as referências a esta usança, mas designadamente na literatura cordelista.

---

(1) *Satiras em desabono de muitos vicios e elogios sobre as misérias do Homem* .. Lisboa, MDCCLXXXVI. Êste livro é um copioso mostruário de lendas, costumes populares modismos e até curiosidades de linguagem.

Darei aqui, a quem tiver a pachorra de me aturar, um sumário dêste curioso ramo da nossa etnografia, começando por onde de direito — Lisboa e Pôrto.

Nos doestos ou encómios de que tiver notícia, explicarei a razão do dito.

*

Aos lisboetas chamam *alfacinhas*, diz-se que por se alimentarem frugalmente de alfaces e outras verduras, despendendo em vestuário e mais ostentações exteriores o que assim economizaram.

Afirma-se também que *quem não viu Lisboa, não viu coisa boa*, ou — *vai a Lisboa, se queres ver coisa boa*.

Antigamente, não se podia preguntar a um lisboeta pelo *homem das botas de cortiça*. O motivo é demasiado notório para que me detenha a explicá-lo.

Quanto aos do Pôrto, há séculos que lhes chamam *tripeiros*, porque, como é geralmente sabido, nos dias de D. João 1.º, ao aprestar-se a frota que devia de ir a Ceuta, os burgueses da Invicta contribuíram para o abastecimento dela com a carne de todos os bovídeos que puderam abater, reservando-se apenas as tripas e outras vísceras miúdas para sustentação da cidade. Alcunha honrosa é esta, pois, para os filhos da velhíssima Portus Cale; e ainda hoje as tripas, cosinhadas de certa forma, constituem por ventura o mais típico e famoso prato da epularia local.

A Cascais, uma vez e nunca mais, dizem os detractores da vila. Porém, os habitantes e os amigos de Cascais, invertem o conselho, mudando-lhe a palavra *nunca* em *muitas*.

Aos de Santarém dizem os de Lisboa:-*¿Queres mais rábão?* retorquindo aquêles: — *Ó alfacinha, ¿queres mais manteiga?*

Conta-se que boiava no Tejo, à deriva, um barril; e vendo-o alguns moradores da Ribeira, disseram uns para os outros: ¡Oh rapazes, deve ter pinga! E concertaram ali comprar pão e rábanos e fazer um ágape com o vinho. Quando porém, conseguiram pescar o pipo e abri-lo, encontraram-no cheio de excrementos humanos. É desde então que os da Ribeira de Santarém afinam, quando lhes preguntam:

—¿*Queres mais rábano?*

Também há quem chame aos escalabitanos *gente de pata e corno*, porque só falam de cavalos e bois.

Parece que *Pavia* é terra de indolentes, porque nalguns pontos do Alentejo chamam à preguiça *Maria de Pavia*.

Em Borba, é *Maria de Borba*.

Diz-se de um tolo — *é como os burros de Borba, que carregam vinho e bebem água*.

Os habitantes de Lagoa (Algarve) são chamados *linguareiros*, possivelmente por darem muito com a língua nos dentes.

Os de Armação de Pera, (Algarve), em lhes gritando; —*¡larga o prego!* enfurecem-se a tal ponto que o apostrofante tem que dar às de Vila Diogo.

Os de Alvor, são *os que roubaram o Senhor*.

Os de Budens, são *casmurros*.

As mulheres de Estoi, em se lhes falando no *garrocho*, jogam ao intrometido tôda a classe de insultos.

Os de Olhão ficam fulos em se lhes preguntando pelos *canudos do órgão*, ou pelos *órgãos do Braz Quaresma*.

Eis a origem disso:

Havia um órgão na igreja da freguezia, cujos tubos, na sua maioria, necessitavam de substituïção. Encomendaram-nos em Lisboa, e daí a dias chegava o aviso da remessa de um caixote com a encomenda. A notícia, espalhada no povoado, motivou grande entusias-

mo: a junta de paróquia, acompanhada das figuras gradas da terra, foi assistir à abertura do caixote, entre música e vivório e estralejar de foguetes. Como a aquisição se tivesse feito por subscrição pública, o mulherio que assistia, impaciente, entredizia-se com visivel orgulho — umas, que seu marido tambem ali tinha parte, outros, mesmo, que o seu tinha direito a dois canudos, Imagine-se, porém, a cara de tôda aquela gente quando, arrancadas as primeiras tábuas, se lhes deparou o caixote cheinho, atrasbordar, de respeitabilíssimos... chifres! Eramoscanudos do órgão, que os inimigos políticos duma freguesia vizinha, sabedores do caso, tinham mandado por pirraça aos olhanenses.

Os moradores do lugar de *Pedreiro* são mimoseadas pelos de Tomar com o nome de *batoteiros*.

Os de Carregueiros, com o de *mantas-rôtas*.

Aos da Figueira da Foz chamam *bacalhoeiros* e *sardinheiros*. Antigamente também lhes chamavam *cachimbeiros*, alcunha porventura derivada do uso imoderado do cachimbo. Estabeleceu-se também uma certa animosidade (hoje muito diluída) entre figueirenses e coimbrões, indo aquêles «à serra» quando se lhes preguntava *onde é que ficava a Universidade* e, os últimos, *onde era a doca dos navios*.

Os de Buarcos (Figueira da Foz) são *carecas*.

Tem caracter injurioso dizer a alguém *que é da Lourinhã* e bem assim as locuções *meu amigo de Peniche* e *seu criado Matias de Alverca*.

Os de Lorvão, são *filhos de freira*. Alude à crença corrente de que as monjas do velho mosteiro mandavam cá para fora as crias sacrílegas.

De idêntica origem deve ser a pregunta que enfurece os habitantes de Pereira do Campo nos arredores de Coímbra:

—*¿A freira já pariu?*

Quem viajava em caminho de ferro e lhes conhe-

cia o fraco, repetia frequentemente a pregunta, o que dava origem ao apedrejamento das carruagens. Por último nem era já preciso preguntar; bastava fazer aos pereirenses que se premiam contra as grades da linha a ver passar os comboios, o gesto correspondente à pregunta.

Em Avintes também embirram com o pedido de *notícias do P.e José Catorze.*

Os de Aguiar da Beira, também não gostam que lhes preguntem pela *cabicanca.*

Os de Valongo, vão aos arames quando lhes preguntam pela *cadeira do P.e Veríssimo.*

Os de Aveiro são *cagaréus.*

Os da Mealhada, *o que dizem à noite, de manhã não sabem nada.*

Os de Campanhã, *casam à noite e descasam de manhã.*

Os de Balga (Oliveira de Azeméis), *bebem o vinho e quebram a malga.*

Os de Zagães (idem), *perna curta, pai dos cães.*

Os de S. Martinho de Leitões (Minho), *vinte e nove fregueses, trinta ladrões.* O trigésimo ladrão é o dono da loja, o que, trocado em miúdos, equivale a dizer que tão ladrão é o freguês como o negociante.

Aos de Vizeu, gritam:—*¡larga o rabo, que não é teu!* Pondo em dúvida a honestidade induvidosa e tradicional das vizienses, se costuma dizer que *com as mulheres de Vizeu, tanto vais tu como eu,* e também que, em matéria pecaminosa contra o sexto, *p'ra cima, é porta sim, porta não; e p'ra baixo, são tôdas a seguir.*

Gondiães, *esfola cabras e capa cães.*

Guimarães, *a cada porta sete cães* (1).

---

(1) Ainda hoje em Guimarães, um atalho que vai à antiga estrada romana se chama *Barroca dos cãis*, havendo vários locais denominados *Cãis de cima, Cãis de baixo, Cãis pequenos*, etc.

Em Barrô, *de cem homens nenhum bô* (pronúncia regional de *bom*).

Da Guarda diz-se que é a terra dos quatro ff: *feia, fria, forte e farta*. Os contrários da cidade hermínia propagam que ela é *feia, fria, fedorenta e falsa*.

A gente de Nagosa (Beira Alta), *tem rabo como a raposa*.

Chavães (id.), *é terra de cães*.

Ervedosa (id.), *porca ranhosa*.

Taboaço (id.), *rilha bagaço*.

Vinho de Airó, *não n-o dês, bebe-o só*.

Os da freguesia de Sobrado (Valongo), são chamados *os de broa-de-unto*.

Os de Cabaços, *lobos*.

Os de Leomil, *judeus*.

Também aos de Águeda chamam *judeus*, porque, fustigados por um aguaceiro durante a procissão dos Passos, enterraram a imagem de Cristo num areal e debandaram.

Os de Riodades, são *gatos monteses*.

Os de Escurquela, *lagarteiros*.

Os de Nespereira, (Gouveia), teem o mesmo apodo.

No Alentejo, repontam os de Portalegre quando lhes preguntam: *¿a quantos de Maio pariu Portalegre?*

Os de Castelo de Vide são *cardadores*. Havia ali ainda há poucos anos numerosos indivíduos empregados no ofício de cardar lã.

Os de Marvão, ninho de águias enrocado em fragas abruptas, ôlho vigilante sôbre Castela nas pugnas de tempos idos, dizem que *veem os milhanos pelas costas;* e assim é, porque, dada a altura da povoação e seu castelo, aquêles abutres voam num plano abaixo do observador.

Campo Maior, *terra boa, gente melhor*.

Vila Boim, *terra boa, gente ruim*. E os da terra,

respondem: *¡Mente! mente! Se a terra é boa, melhor é a gente!* E também: *Ande-lhe ao redor, que a terra é boa e a gente melhor.*

Os de Estremoz dão sorte se lhes preguntam pelo *machado.* Reporta-se isto ao morticínio dos prezos liberais em 1831.

Os do Crato dizem: *Gáfete, Tolosa e Arez—¡olha que três!*

E os destas terras dizem: *e os do Crato—¡olha que quatro!*

Os de Alandroal, *não usam ceroulas, que lhes faz mal.*

Aviz, *terra que Deus não quis.*

Em Cabeção' *nem um serão.*

Em Cano, *nem um ano.*

Em Pavia, *nem um dia.*

Em Mora, *nem uma hora.*

Em Souzel, *nem um quartel.*

Os de Vimeiro (Arraiolos), dizem de si próprios, elogiando-se: *Em Vimeiro, um ano inteiro.*

Abrantes, *macarrão.* (O macarrão de Abrantes é a palha).

Serpa, *serpente, boa terra, pior gente.*

Vila de Frades, *vila de farrapos, 5 reis de agulhas, 10 reis de trapos.*

No distrito de Braga, os *petos* de Caramos andam sempre às turras com os

Sardões, da Refontoura e êstes com os
Chascos, da Várzea, os
Abesoiros, de S. Tomé, os
Formigas, de Macieira, os
Cães, de Lixa e, finalmente, os
Pêrros, de Amarante.

Os de Longa, são *malhados.*

Os de Mondim, *meieiros.*

Os de Arcos, *cães.*

Os de Vilar, *pica-peixe.*

Os de Guilheiros, em se lhes preguntando pelo *papel*, atiram-se logo a quem lhes dirige a pregunta.

Os de Granjal, dão o cavaco solene quando lhes preguntam pelo *pau da cruz.*

Os de S. André, são *mariolas.*

Os de Valadares, *capadeiros.*

Os de Veiros, são *trouxas.* Segundo o *Guia de Portugal*, 2.°, vol. parece que por ter D. João de Austria, na invasão do Alentejo em 1662, feito cortar as orelhas e narizes a todos os veirenses que poude haver às mãos.

Os de Arraiolos são *judeus.* ¿Porquê?

Havia na terra um estalajadeiro de alcunha o *Pilatos.* Passava-lhe á porta a ostentosa procissão dos Passos. Um ano veio em que ela foi surpreendida no caminho por um formidável aguaceiro e, precisamente, quando passava em frente da estalagem do *Pilatos.* O lance não era para hesitações; e tudo enfiou de roldão pela porta da ostaria, «levando pela segunda vez, como conta um jornalista, Jesus Cristo a casa do seu juiz».

Isto trouxe à vila a antipatia dos povos vizinhos, que lhe colaram aquêle doesto, dizendo-se ainda hoje:

—*¡Fora, que é de Arraiolos!*

Não se pregunte tambem em Aguiar (Évora) *que horas são.* Porque necessitando dum relógio a tôrre da Piedade, os aguiarenses cotizaram-se para a compra de um; e, já recolhidos os donativos, apareceu no povoado um sujeito que se inculcava conhecedor do assunto e se prestou a fazer êle próprio, em Lisboa, a aquisição do relógio.

Os ingénuos subscritores confiaram-lhe o dinheiro, o homem partiu e nunca mais dêle houveram novas nem mandados.

Tempos depois recebia-se em Aguiar uma carta dizendo que seguiam já numa caixa os ponteiros do

relógio, e depois iria o resto. Aberta a caixa, apareceu··· um par de chifres.

Quem quiser apanhar uma corrimaça de marca maior, diga aos de Sarzedas que são da *terra dos cucos.*

Os de Penajoia e Távora, afinam altamente quando se lhes pregunta: *¿A espada vai na burra?*

Em Setúbal, chamam *gaiúlos* à gentana que anda nos cais e na pesca e, também, à gente ordinária, *bagés.*

Os da Ericeira, são *jagozes.*

Na Redinha (Pombal), vão ao arame ao preguntar-se-lhes pela *sepultura de Pilatos.*

E os de Sernache, ao preguntar-se-lhes pela *música.*

Os de Pedrógam, são *garranos.*

Os da Idanha, são *alarves.*

Os de Belmonte, *pepineiros.*

Os de Castelo Novo, *alfacinhas.*

Os de Aldeia do Bispo, *chendros.*

Os de Aldeia do Mato, *pardinas.*

Os de Alcafozes, *esturrados.*

Os de Alpedrinha, *gravatinhas.*

Os de Lousa, *pelados.*

Os de Murça enfuriam-se quando lhes pedem notícias da *barca* e lhes preguntam como vai a *porca.*

Quem quiser vêr fulos os de Sarzedas, diga-lhes *que virem a pata p'r'ó mar.*

Em Alenquer, *entretem-me o marido emquanto eu durmo co' a mulher.*

Em Miranda do Douro, vão à serra quando alguém lhes pregunta:

—*¿Onde é que a tua mãi mete a roca quando está nua?*

Como é geralmente sabido, a haste da roca costuma entalar-se no lado esquerdo do cós das saias.

O que faz perder a cabeça aos de Alcochete, é di-

zerem-lhes: *¿O S. João de Alcochete tem cabresto?*

Origem do dito: Numa toirada, em dia de S. João, tresmalharam-se alguns bichos à entrada da vila. Gritos, desmaios, reboliço geral. O povinho procura espavorido as portas mais próximas. Já a salvo, as mulheres chegavam à janela e vendo os esforços dos campinos para reünir o rebanho alvorotado, imploravam o santo:

—¡ Ai, S. João os meta dentro! S. João os meta dentro! (Dentro da praça, claro).

Daí veio a pregunta insinuativa, como quem quere saber se o popularíssimo Baptista tem cabresto com que leve os toiros à praça.

Em Montemór-o-Velho, talvez por causa do gado bravo que ali havia, a garotada costumava vaiar nas ruas os habitantes da terra gritando-lhes:

—*¡R r r r r! pai da vacada!*

Os barqueiros do rio Douro despejam todo o vocabulário insultuoso quando lhes gritam:

—*¡Coça, coça, carrega o prego! A panela tem cominhos¡ A panela estoirou¡*

Com os do rio Mondego dá-se o mesmo, quando lhes dizem: *¡O' Zézinho, ferra a unha! O' Zezito, guia o barco não vá dar na pedra aguda! Cucu!*

No apeadeiro de Nespereira (Minho) é conveniente não fazer esta aparentemente inofensiva pregunta: *¿O comboio chegou à tabela?* nem dizer que se deseja acertar o relógio pelo da estação, pois isso será tido como alusão à penúria da *gare* que, na época em que tomei êste apontamento, nem relógio tinha.

Na estação de Palmela também é perigoso dizer: *¡Tlim! Tlim! ¿A cabra já deu leite?*

Razão do dito: Certa mulher tinha uma cabra. Uma manhã, muito cedo, o chefe da estação foi à surrelfa ordenhá-la, mas o bicho, não reconhecendo a dona, torceu-se, esquivou-se, esperneou e não consentiu

em ser mungido. Então o chefe teve uma ideia: vestiu uma blusa e uma saia da mulher, que tinha ido trabalhar para o campo, e foi-se novamente á cabra, que desta feita, supondo ser a dona consentiu. Nisto chega um comboio: foi recebê-lo, mas, com a pressa, esqueceu-se de que estava de casebeque e saias. Gargalhada de uns, escândalo de outros. Daí em diante os passageiros faziam a pregunta sempre que passavam em Palmela.

Ainda por cabras: No apeadeiro de Padrão, na linha de Coimbra-Louzã, havia um chefe que tinha um dêsses mamíferos, fornecidor do leite habitual. Um dia preguntaram-lhe como estava a cabra; no auge do entusiasmo por ela, teve esta imagem audaz:

—¡Dá leite que nem um boi!

¡O' diabo que fôste dizer! Nunca mais o deixaram. O desgraçado dava por paus e por pedras quando lhe inquiriam *se a cabra ainda dava leite que nem um boi*...

Na estação de S. Aleixo, cêrca da Figueira da Foz, também não convém preguntar pelo *canário*.

Os de Valongo (Douro) dão um sortalhão quando lhes preguntam pelo *Padre Veríssimo*.

Os de Nogueira (V. Real de Trás-os-Montes), idem se lhes preguntam *se a azenha móe*.

E em Mortágua: —*¿Quem matou o juiz de fora?*

Em Souto da Casa (Fundão), em determinada procissão é transportada uma caixa às costas de quatro homens, como se fôra um andor. O povinho vai aos arames se alguém inquire, apontando a caixa: —*¿E a arca do caldudo?* (1)

Aos de Monforte (Alentejo) chamam-lhes *bêberas*.

---

(1) Chama-se *caldudo*, na região, a um caldo de feijão vermelho e castanhas sêcas (Informação do Dr. Francisco Navarro).

A razão do apodo está nêste episódio mais ou menos conhecido:

Um antigo monarca português visitou a vila. A câmara reünira dias antes, para assentar no presente que lhe deviam regalar — se um cêsto de *bêberas* (espécie de figos), se de pinhas. Decidiram-se pelas primeiras.

Quando os vereadores lhe entregaram o presente, o rei, furioso, pela mesquinhez da oferta, mandou que fôssem despidos e lhes enterrassem as bêberas no sítio onde as costas mudam de nome. A sentença teve execução imediata. E os camarários comentavam depois:

— ¡Olha se fôssem pinhas!

Não me acode agora em que terra algarvia onde também não gostam que se lhes pregunte pelas *bêberas*.

Ladrões os de Quadrazais, e os de Val de Espinho muito mais.

Os do Rosmaninhal, *chamuscados.*

Os da Covilhã, *calmões.*

Os do Casal, *batatas.*

Os de Sendinho, *tinge-rodilhas.*

Os de Sobral, *mata-lobos.*

Os de Tinalhas, *sumagreiros.*

Os de Salvaterra do Extremo, *ventaneiros.*

Os de Vale de Prazeres, *Figos maduros — 30 visinhos — 34 cornudos.*

Em Lagos não se pode falar no mês de Maio. Na nomenclatura dos mêses chegam a enumerar Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, *o mês que há de vir*, Junho, etc.

Em Carnaxide, afinam quando lhes dizem que é a *terra do bode.*

Em Loures, ainda há anos afinavam quando lhes falavam em cágados.

À gentana da Póvoa (Grijó), chamam *trancas.*

Aos de S. Martinho de Argoncilhe, chamam os de

Grijó *pêssegos*.

E aos de Grijó, em troca, chamam os de Argoncilhe *côdeas*.

Os de Nogueira da Regedora (Feira), são *rachões*.

Não se brade em Vidigueira: *¡Larga o osso!* ¿Sabem porquê?

Por ocasião do centenário da India, foi a vila obrigada a transferir para o panteão nacional a ossada de Vasco da Gama. A princípio a população opôs-se, mas cedeu à promessa duma escola em troca dos restos do descobridor.

Montemór-o-Novo tambem figura na lista com a alcunha da *terra do cascabulho*, sendo os montemorenses *cascabulheiros*. Quando levavam às feiras das redondezas as suas frutas magníficas, em que sobressaiam as maçãs pelo volume e sabor, iam pelo caminho dando-lhes cresta, comendo a polpa e deitando fora a casca. No regresso a Montemor, acossados pela fome, aproveitavam os «cascabulhos» que à ida tinham aventado, limpando-os do pó da estrada e devorando-os com avidez.

Os de Vila Nova de Foscôa não querem que lhes digam que

> Vila Nova de Foscôa
> é grande como Lisboa,
> só lhe falta a Sé e a c'roa
> e a gente, p'ra ser boa.

No Lumiar, Carnide e Benfica, livrem-se de dizer:

> Ó cãis de Carnide,
> cadelas do Lumiar,
> ¡acudi ás de Benfica,
> que se botam a afogar! (1)

---

(1) Variante: *que se querem enforcar*.

Ser de Braga e chamar-se Lourenço, é coisa que muito indigna as gentes da cidade augusta.

O mesmo sucede com a de Avintes, quando lhes depreciam o garbo e recato do cachopame:

Não vás ao serão de Avintes
nem p'ra lá botes o geito;
olha que as moças de Avintes
tem-n'a semente do feito. (1)

*

Fiquemos por aqui. Muito haveria ainda que dizer.

Alegrem-se as terras doridas, que isto dos apodos é como o amarelo: há quem goste e quem deteste. E à laia de consolação, pode cada uma arranjar o seu «estilo» para acompanhar a quadra popular:

¿Dizes mal de mim? Deixá-lo,
¡que tudo remédio tem!
Por cada um que diz mal,
há trinta que dizem bem.

C. M.

---

(1) Forma pop. de *feto*, planta a que são atribuidas mirificas virtudes.

INSTITUÏÇÃO DUMA FESTA EM DESAGRAVO NA CAPELA REAL

(SÉCULO XVIII)

ÃO numerosos os actos sacrílegos praticados em diversas épocas contra o Santíssimo Sacramento, em todo o país. Daí a razão do facto de se conhecerem várias instituïções fundadas devotamente em seu desagravo. E uma das que maior fama criou, foi o monumento do *Senhor Roubado*, próximo de Odivelas, e a aristocrática *Irmandade dos Escravos do Senhor*.

Mas, além disto, a piedosa fé religiosa, não só do povo, como da côrte, exteriorizava-se em grandes funções celebradas solenemente em desagravo de tão horrendos e funestíssimos atentados.

O caso que vamos registar, passou-se há cento e cinqüenta e quatro anos, durante a noite de 13 para 14

de Maio de 1779, na igreja de S. João Baptista, junto à histórica vila de Palmela, situada na margem além do Tejo, em que mãos sacrílegas roubaram do tabernáculo o Santíssimo Sacramento.

Êste facto chocou bastante o ânimo e a fé religiosa da côrte e de todo o povo que dêle teve conhecimento e, por isso, foi celebrado na Santa Igreja de Lisboa um solene tríduo em honra do Senhor, como desagravo.

Mas a raínha Senhora D. Maria I, querendo satisfazer ainda mais a sua religiosa piedade com uma outra maior demonstração, determinou instituir na capela real do Paço uma festa em desagravo do Senhor da Igreja de S. João Baptista de Palmela, cuja função teve lugar pela primeira vez no dia 14 de Maio de 1781, dois anos depois do desacato, conforme a determinação da carta de 9 do dito mês, remetida pelo visconde de Vila Nova da Cerveira, em 10, ao Eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa[1], cujas disposições sôbre a festividade vamos trasladar aqui, para melhor inteligência do assunto.

«...Tendo sido sacrilegamente roubado o Santissimo Sacramento na Igreja de S. Joaõ Baptista junto a Villa de Palmella, na funestissima noite de treze para quatorze de Mayo de mil setecentos setenta e nove, Determinei que para Dezaggravo deste horrendo dezacato se celebrasse, como com effeito se celebrou hum solemne Triduo na Santa Igre'a de Lisboa; e naõ satisfeita ainda a Minha Piedade com esta Religiosa demonstraçaõ e querendo que a memoria deste Dezagravo se perpetue para sempre á emitaçaõ do que praticaram em similhantes ocasioens os Senhores Reis Meus Predecessores, pedindo o assim a grande, e singular devoçaõ

(1) Ocupava nesta data a cadeira patriarcal D. Fernando de Sousa da Silva, da casa dos condes de Santiago.

que professo a taõ Augusto Sacramento: Tenho deter minado que na Capella do Paço onde Eu residir s celebre todos os annos no dia quatorze de Mayo a so lemne funçaõ do mesmo Dezaggravo a que deverey as sistir com o Collegio dos Principaes Presbyteros, e ex pondosse no fim della o mesmo Augustissimo Sacram.to á veneraçaõ dos Fieis sobre o Trono do Altar maior Na tarde do referido dia se fará a Procissaõ da reposi çaõ com a mesma decencia, e formalidade que annu almente se pratica na Minha Real Capella no dia de zoito de Janeiro».

Ainda por determinação da mesma carta, foi man dada pôr esta «Festividade na classe da Terceira Or dem para os Ministros do Habito Prelaticio; e os offi cios que neste dia ocorrerem na classe da Quinta Or dem para os Conegos, Beneficiados, e clerigos Benefi ciados os quaes naõ poderaõ tomar estatuto dentro d rezidencia; e encorporandosse para o futuro no ordina rio dos Capellos».

Por carta do mesmo dia, enviada pelo dito viscon de de Vila Nova da Cerveira ao Cardeal Patriarca po ordem da Raínha, foi pedido para que se mandassem cantar vésperas com música, capitulando-as o Monse nhor que costumava fazer estas cerimónias conform se observava no oitavário do Corpo de Deus e se prat cou na Igreja Patriarcal, no mesmo tríduo que no an de 1780 se celebrou pelo mesmo desagravo.

Ao Cardeal da Cunha, como Ministro da Irman dade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, institu da em Lisboa para estes devotos fins, foi remetida pe lo Visconde da Cerveira com aviso da mesma data, cópia da carta da Raínha enviada ao Cardeal Patriarc na qual determinava para «que Vossa Eminencia partic pandoa á Meza da Irmandade dos Escravos do Santis simo Sacramento haja de ficar na inteligencia da inst tuiçaõ desta annual solemnidade no referido dia, assi

tindo a ella e praticando o que nos Dezaggravos que se celebrou na Real Capella de Nossa Senhora da Ajuda e na Igreja Paroquial de Odivelas sem diferença alguma».

O desembargador Francisco António Marques Geraldes de Andrade, presidente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, também recebeu um aviso do referido Visconde, datado do mesmo dia 10 de Maio de 1781, em que determinava ao mesmo Tribunal fizesse cantar todos os anos, no dia 14 de Maio, uma missa na igreja de S. João Baptista, junto à vila de Palmela, ou na da freguesia em seu lugar, em desagravo do Santíssimo Sacramento, devendo as despesas ser incluídas na fôlha do dito Tribunal enquanto não fôsse estabelecida quantia certa para a referida festividade.

Instituída assim a festa, foi celebrada com tôda a solenidade na capela de Nossa Senhora da Ajuda, em segunda feira, 14 de Maio de 1781, pelas cinco horas da tarde, na forma estabelecida na carta régia, tendo sido expedidos pelo visconde de Vila Nova da Cerveira, no dia 10, os avisos às pessoas que abaixo mencionamos para a ela assistirem, pela ordem seguinte:

Duque de Lafões.

Suas Altezas os Senhores D. António e D. José.

Duque do Cadaval.

Marqueses: de Angeja, estribeiro-mór; Lavradio; Penalva; Fronteira; Minas; Niza (não assistiu, não tendo sido avisado, por estar impedido); e Alorna.

Condes: de Redondo, aposentador-mór; Vale de Reis; Aveiras; S. Lourenço; Vimieiro; Coculim; Vale de Reis (Nuno José Felgueiras de Mendonça e Moura); Povolide; Soure; S. Miguel; S. Vicente; Valadares; Resende, capitão da Guarda Real; Ponte, mordomo-mór «de El-Rei Nosso Senhor»; Cunha; Azambuja; Oeiras; Ribeira Grande; Louzã; Tarouca; Vila Verde; Cantanhede; Aveiras (Nuno da Silva Telo); Redondo; Atalaia;

Óbidos, (não foi, por estar impedido); Assumar; Lumiares; Vila Flor; Avintes; Vila Nova; Redondo (Tomé José de Sousa); Resende (D. José de Castro); S. Lourenço, (José António César e Melo Silva e Menezes); Sandomil; Ega; Pombeiro, capitão da Guarda Real; e Calheta (tem a nota — «não houve Reposteiro mór»).

Viscondes: Assêca; Mesquitela; Barbacena; Barbacena (Luís António Furtado de Castro do Rio e Mendonça); Lourinhã; Vila Nova da Cerveira (D. Tomaz José Xavier de Lima), impedido; Vila Nova da Cerveira; e Fonte Arcada.

Monteiro-mór.

D. José de Lencastre; D. Francisco Xavier de Meneses Brayner; D. Pedro da Câmara; D. Cristóvão Manuel de Vilhena; D. Tristão de Menezes.

Porteiro-mór; almotacé-mór; correio-mór; Martinho de Melo e Castro; Aires de Sá e Melo; mestre Sala; armador-mór; esmoler-mór; Duarte de Sousa Coutinho; corregedor do crime da Côrte e Casa; Francisco Eustáquio de Leiro.

Nos anos que se seguiram, foi celebrada esta festa com a mesma solenidade, para a qual eram convidadas a assistir as mesmas pessoas, dignitárias da côrte, como se vê dos diversos *Livros das Festas da Côrte*, onde se acham registados todos os documentos referidos neste artigo, que possuímos por cópia.

JOSÉ DA CUNHA SARAIVA

Exposição de tecidos antigos

Não é coisa vulgar ver entre nós — ¿não é assim? — uma exposição de lavores antigos. O amador lusíada é, por via de regra, avêsso, muito mais do que o Estado, a ceder peças das suas colecções.

E, diga-se em abono da verdade, que durante algum tempo os factos justificaram os receios. Nalgumas exposições públicas — haja em vista a de Arte Ornamental de 1882, — várias peças, ou não regressaram mais às prateleiras dos seus donos, ou não vieram sem novidade: telas rôtas, cerâmicas escacadas, mobiliário espatifado, encadernações enodoadas, tecidos espipados, metais amolgados — tudo, enfim, como se malferido saísse dalgum saque de cidade à maneira medieva.

Hoje-em-dia, porém, tal não sucede, acautelando-se mais a obra de arte. Mas continua o receio de uns e a indiferença de outros, e adeus boa vontade de fazer qualquer coisa que eduque o zé-povo e nos coloque a par doutros países onde a educação artística é moeda corrente, mediante uma frequência rasoável de exposições e conferências, bem arautadas na imprensa e no chamariz de belos cartazes, profusamente afixados.

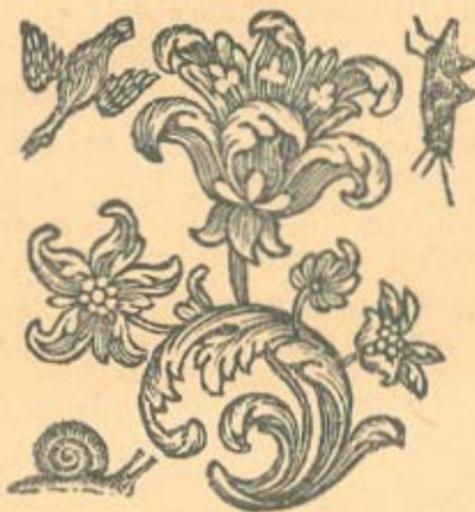
A exposição de tecidos que uma benemérita trindade — Pacheco de Carvalho, Gusmão Navarro, editor desta Revista e D. Sebastião Pessanha, director que foi da saudosa *Terra Portuguesa* com o auxílio precioso de Luiz Keil — abriu nas salas da Propaganda de Portugal, ali ao Chiado, mereceu nosso aplauso, o aplauso de tôda a gente culta e mereceria em qualquer país um concurso de visitantes, animador a futuros tentames desta natureza. Ao invez de tudo isto, ela pr' ali esteve, apezar do reclamo dos jornais, quási às môscas, durante perto de um mês, em pleno Junho dos Santos e das flôres, ela, que era quási tôda um ofertório às celéstiais teorias e uma florida evocação das magnificências suntuárias do Passado, dêsse Passado que os neo-artistas (ia dizer pseudo-artistas) tão desbocadamente profligam, mas que tomaram êles, pobres impotentes, incarnar, sob as espécies augustas dos seus fecundos, dos seus eternos criadores de Beleza...

Pois bem merecia uma visita, muitas visitas, êsse formoso mostruário de sedas arco-irizadas, brocados e brocatéis entretecidos de oiro e prata, veludos e gorgorões lavrados e frizados, damascos de matizes fulgurantes, linhos bordados e pintados, que a fantasia bizarra dos artífices, não só da Península como da França

SEDA ESPANHOLA DO SÉC. XVII
Estilização de golfinhos, albarradas e pássaros
(Col. Pacheco de Carvalho)

Inglaterra, Itália e do Oriente decorou, desde a alta idade média, com uma vegetação exuberante de flôres e frutos e uma fauna irreal de peixes, de aves, de leões heráldicos e corcéis alados, que era uma festa para os olhos e um regalo para o espírito. E aí tínhamos a imaginação a transportar-nos a um mundo que não volta, em que tôdos êsses brocados e damascos e sedas e veludos eram levados aos altares ou nos préstitos em honra do Divino. ou destinados ao vestuário dos reis e dos fidalgos e a recamar o vulto airoso das princesas e das castelãs, sob as abóbodas artesoadas dos castelos ou nos largos cortejos triunfais...

¿Mereceu a pena? Sim, a-pezar de tudo mereceu a pena... Ainda que só atendamos ao esfôrço que tal exibição representou. Ainda que só consideremos a porção de encanto que deve ter criado nalgumas almas.

C. M.

AS MÃOS *LIMPAS* DO MARQUÊS-DE-POMBAL [1]

(CARTA)

Ao ex.mo sr. MATOS SEQUEIRA

Não somos amigo nem inimigo do Marquês de Pombal, que foi... grande em tudo, até no despotismo.

Mas... palavra puxa palavra!

Não prende a nossa atenção, no presente caso, a generosidade... interesseira de Daniel Gildemeester, o célebre e celebrado coutratador dos diamantes bem sabemos o que, a seu respeito, diz Latino Coelho.

¿De que contrato seria arrematante, ou explorador em Lisboa, o cidadão Luiz Cantofer?

Por documentos, que encontrámos no abandonado arquivo da antiga Secretaria Geral de Angola, sabemos que Luiz Cantofer esteve na cidade de Luanda, no ano de 1770.

Quis tomar conta da administração da fábrica-de-ferro de Nova-Oeiras, que acabava de ser fundada por D. Francisco Inocencio de Sousa Coutinho, um dos maiores governadores que estiveram em terras de Angola.

Luiz Cantofer teve tão urgente necessidade de partir de Luanda, que deixou aqui parturiente sua espôsa.

Por sua vez, o governador D. Francisco Inocêncio mandou para Martinho de Melo e Castro, ministro da Marinha, certas recomendações relativas à emprêsa que Luiz Cantofer ia propor.

ANGOLA. Presídio de MUXIMA.
Julho de 1933.

PADRE RUELA.

---

(1) Vid. êste vol. pág. 7-9.

BAPTISMO DE CRISTO

Azulejos monocromos da capela de S. João Baptista
(S. Pedro, Ilha da Madeira)

NA MINHA LIVRARIA

I

> Impresario Schürmann. *Les étoiles en voyage. La Patti—Sarah Bernhardt—Coquelin.* Paris, 1893. 0,m12×0,m18 (N.º 4464. Est. J.-Pr. 3).

OMPREI êste curioso volume na autêntica *Feira da Ladra*, numa terça feira em que me abalancei a deitar até lá. Não perdi o meu rico tempo, porque—parecendo que não—o livrinho é interessante, principalmente como subsídio para o estudo da vida lisboeta de há 50 anos.

Em rápidas páginas preliminares conta-nos o autor as causas que o levaram a tomar o rumo de empresário de celebridades líricas e dramáticas. É, afinal-de contas, a exposição geral dum arguto método de *levar a água ao moinho das conveniências;* ou, melhor, de encher a bôlsa sem curar de preceitos morais...

Ora é certo que uma das suas mais lucrativas em-

presas, das que *mais francos* lhe deram, foi o contrato da célebre soprano lírico Adelina Patti, realizado para a época de 1885-1886. A famosa *diva* veio então a Lisboa pela primeira vez, cantando no teatro de S. Carlos em 8 noites, decorridas desde 27 de março a 17 de abril de 1886 — ¡já lá vão consumidos 47 anos!

Assisti à sua 1.ª récita com "O Barbeiro de Sevilha", de Rossini, em que cantou ao lado de Ângelo Massini (tenor) e de António Cotogni (barítono), ambos também dois grandes artistas. Foi — não haja a mínima dúvida — uma noite inolvidável, que ainda agora recordo com infinita saùdade ¡Se eu tinha então 22 anos!...

Fantasio a satisfação do Schürmann ao embolsar essa primeira receita de 26.780 francos. Foi a mais pequena da temporada de Lisboa. A última récita rendeu 30.111 francos.

Schürmann calculou as despesas das récitas com os mencionados artistas nos papéis principais em 26.200 francos cada uma. Supondo, o que está longe da verdade, como se compreende, que era êsse o dispêndio certo de cada noite, temos que nas 8 récitas se gastaram 209.600 francos. As receitas atingiram 232.297 francos, sendo portanto o lucro em Lisboa, de 22.697 francos.

A Patti pagava-se por 10.000 francos em cada récita; Massini, por 5.000; Cotogni por 3.000.

Demoro-me nêstes pormenores materiais, porque é na sua explanação que se compraz também o famigerado Schürmann.

Para êle, *a arte* era um elemento secundário, dependente da *bilheteira*, supremo fim de tanta azáfama, de tamanhos cuidados e previsões.

É o que se conclue do que escreve.

Vejamos o autor esmiuçando as receitas formidáveis da viagem, começada em Budapeste e finda

triunfalmente em Lisboa.

O mapa seguinte, extraído do seu livro, instrue-nos devidamente:

Ano	Data	Teatro de	Receita em francos	Número de récitas
1885	12 dezembro	Budapeste	16.690,80	1
»	16 »	Viena	22.350,30	1
»	19 »	Praga	18.520,10	1
»	25-31 »	Viena	45.746,95	2
1886	6-9 / 12-15 janei.º	Bucareste	86.475	4
»	3-6-9 fever.º	Paris	152.300	3
»	13-17 »	Nice	43.535	2
»	22-25-28 » / 3 março	Barcelona	124.515	4
»	9 »	Valença	32.170	1
»	13-16-19-22 »	Madrid	74.667	4
»	27-30 março / 2-5-8-12-15-17 ab.	Lisboa	232.297	8
		Totais....	849.269,15	31

A importância das receitas indicadas no mapa é superior em 60 francos à que apresenta o autor a pág.

92 do seu minucioso livro. A receita média por cada récita foi de 27.395 francos.

A diferença que acusámos é devida, sem dúvida alguma, ou a erro tipográfico ou a mau cálculo do autor.

As nossas contas estão certíssimas.

* * *

Vejamos como Schürmann aplicava o *seu método* até aos próprios contratados, a quem enganava e explorava sem cerimónia de espécie alguma, com um desplante que, na verdade, ainda impressiona os mais desprendidos de considerações sociais.

A propósito, vou narrar um caso picaresco que se deu com a própria Patti. É o autor quem o conta.

Será bom, no entanto, que o leitor se acautele contra qualquer possível patranha, engendrada pelo famigerado empresário. Êle não era homem de meias medidas...

Narremos o tal caso, de que Schürmann trata nas pág. 45 e seguintes do seu interessante livro:

Antes da partida da *diva* para Bucareste, tinha o nosso homem mandado seguir viagem para aquela capital o seu secretário Victor Ullmann, com o fim de organizar o necessário reclamo.

Mas a Patti recalcitrou, quási à hora da partida, declarando peremptóriamente ao empresário que não ia a Bucareste por causa do extremo frio que ali devia fazer; que não estava disposta a morrer, numa palavra...

—¡Não, mil vezes não! nunca me prestarei a tal...

O capricho da diva aterrou Schürmann. ¡Imagine--se—todos os lugares do teatro tomados, a-pezar-de muito elevados de preço! E ter de restituir a importância já arrecadada aos entusiastas de Bucareste... ¡Era de endoidecer! Dirigiu-se o homem ao telégrafo para redigir a ordem fatal... E, quando se preparava para o sa-

crifício, teve—qual o sábio Arquimedes da antiguidade—a ideia genial, que resolveu o problema... sem a restituïção da receita já escriturada. Mandou a Ullmann o seguinte telegrama:—«Custe o que custar, é-nos precisa uma ovação na *gare* de Bucareste pela aristocracia italiana. Responda já com o seguinte telegrama: *as nobrezas italiana e romena preparam grandiosa recepção à chegada de M.me Patti. O ministério estará representado. Trenós, archotes e música. Telegrafar hora chegada.*

Devolvida imediatamente a prosa de Schürmann e comunicada à *diva*, esta rendeu-se, não soube resistir... Partiram. Quando a Patti desceu do comboio, em Bucareste, sessenta nobres senhores, indiferentes ao frio, irrepreensíveis nos seus trajos de rigorosa gala, alinhavam-se em frente da carruagem, onde viera a *diva*. Um dêles, de grandes e cuidadas barbas brancas, maneiras de homem da mais alta sociedade, adianta-se uns passos e apresenta à recemvinda as homenagens da aristocracia italiana. Acendem-se então os archotes, agitam-se as bandeiras, abadas de lindas flores caem sôbre a cabeçà da gloriosa cantora, a banda executa músicas nacionais! É o triunfo indiscutível, a apoteose...

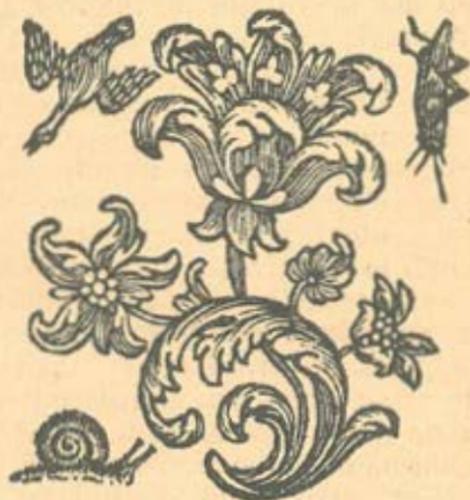
A Patti desfaz-se em sorrisos de agradecimento, comovida pela *espontânea manifestação*. Sobe ao trenó, logo seguida pelos 60 aristocratas italianos, que nem um momento arrefecem o seu entusiasmo..

À porta do hotel, a-pesar-da loucura delirante da multidão, Schürmann convida o secretário Ullmann a segui-lo. Alguém, então, ouviu o seguinte e curto diálogo:

—¡Impossível!—¿Porque?—!Estou de guarda aos meus fatos. Safavam-se com...—Quem?—Êstes senhores. Pediu-me numerosa assistência: aluguei quantos limpa-chaminés e pedreiros italianos havia na terra; aluguei os fatos a 5 francos. Com o custo das gravatas brancas

e das luvas, soma tudo 320 francos... Já vê...»

Em outro artigo direi o que se passou em Lisboa, que não deixa também de ser interessante e instrutivo.

J. Cardoso Gonçalves

EPISTOLÁRIO

XIX e XX

AMORIOS DE DOM MIGUEL

A amorosa Margarida que firma as duas cartas seguintes, seria possivelmente alguma atraente criadinha do Real Paço de Queluz, a quem o filho dilecto de Carlota Joaquina deixou nos braços uma menina e em vésperas «do mais que viesse», quando partiu a pôr-se à testa do exército na campanha contra o irmão.

Na altura em que estas cartas foram escritas, estava o destinatário no ponto culminante, na crise aguda da campanha — o cêrco do Pôrto.

A-pesar da aspereza das operações, da incerteza do resultado, dos mil e um cuidados, emfim, que lhe pejavam o espírito, D. Miguel não esquecia a mãi nem o filho, segundo podemos depreender do contexto das epístolas, em que a saudosa Margarida agradece lembranças e esmolas, e espéra confiadamente receber outras

Com todo o seu pitoresco ortográfico, que denuncia a baixa categoria da correspondente, estas cartas, pela primeira vez impressas sôbre os originais que pertencem à minha colecção, são dois documentos históricos valiosos e latejantes de vida; e não seria, porventura, inutil apurar quem fôsse essa obscura e resignada amante, nem o destino que levaram a real pimpolha e «o mais que veio», se chegou a vir.

C. M.

I

Senhor

Quelus, 4 d. Feverero de 1833

Estimarei q. estas duas regas vaõ axar na poce de hua felis saude em comp.ª de Sua Agustas Manas, q. ao fazer desta a m.ª he boa i da menina p.ª emtudo ter concolacaõ so sintindo a Auzencia de V.ª Magitade. Meo S.r agora pesso Perdaõ da m.ª Confiança Meo S.r eu ca recebi a esmola que me fes q. foi o papel com Sinco Notas do q. Deos he q.m hade dar opago q. eu naõ Sou capas rogo naõ Se esqueça demim i da menina e do mais q. vier. A menina ja teue Bexiga naõ ficou com defeito Algum ela ja Anda dezemparada quando vier tera aconcolacaõ em taõ bem de la hir beja a Maõ pelo seo Pe eu tiue m.to doente do Peito escerdo leuo bexas tiueraõ a Sangar tres horas emea pois cudei de morre pela cauza do leite Senaõ obedeceçe as bexas tiria de ser sarjado mais graça AD.eos q. logo fique boa eu ja estou na m.ª caza desde odia de S.to Martinho pela merçe e esmola q. mefas... A coresma tem Sido bem compirda desde o dia 14 do mes de Outubro... q. a jonarda foi 16 do m.º q. eu estava mais tirte q. apropea noite pois omeo Coracaõ ja adeuinhaua desta taõ grande auzençia com isto naõ emfado mais Sou como deuo ser a mais omilde Serua e obergada athe auista aD.ª aD.ª aD.ª

Desta q. oama iadora com m.tas sinciridadez

M....C....S....C....

a P.ª Sua f.ª lhepede Abenca em.to beginhos recomendace ao Seo Padirnho.

II

Senhor

Passo Quelus 22 Abril de 1833.

Meo Senho permero que tudo he Saber da Estimavel Saude de Vossa Magestade e de Suas Agusta Irmaas a quem o Ceu e aterra os guarde para bem dos Portuguezes. Estimarei que estas duas Saudosas regras vaõ as reas Maõ de Vossa Magustade para Saber que eu viuo iamenina.

Agora eu uo arogalhe q. me perdoi o meo a tiruimento q. tomo delhe Esceruer q. he p.ª Saber dos meos Passo durante Azencia de Vossa Magusta, pelas noticias q. ca corre he q. passa o S. Joaõ nesse fargello agora meobirga aparticipalhe doq. espero para o mes de Maio athe o S. Joaõ ipesso licenca delimandar dizer do que vier que esto mesmo lhemando dezer com poca Satisfação ou nenhuma pois eu já tiue doente Segunda ves leuei duas Sangria no braço dereito a gora estou milhor graca a D.s a gora digo q. naõ Sei ce he Sabedor q. a Menina já Anda desde a idade de 12 mezes tem ja 16 Dentes — ja fala m.tas couzas ipede a Seu Augusto Pai hua pernda que ja Sabe pedir agulha edidal etizoura a Sim Cequera lembar de limandar hua pessa de Pano p.ª fazer Lançois para a Cama pois julgo q. serei entergue dela a Sim como tenho Sido entergue depermeira e Siguenda ves da esmola q. memandou, naõ q. eu seja mercedora Sô Sim pello seo bom Coraçaõ q. naõ falte a Suas fiel Promessa tam bem D.s naõ lhe-hade faltar com com a Sua graça Agora naõ quero tomar o perciozos momentos que saõ tam percizos a Vossa Ma-

getade am.ª Menina lhe pede a sua Real Bençoa aD.ª aD.s aD.ª aD.s athe a vista q. naõ Sei ja ahora

desta que perza ser o Milde Serua e Cirada obirgada

Margarida da Conceiçaõ Silua da Costa

UMA CARICATURA DO CONDE DE BOURMONT

Depois do desastroso resultado das operações militares dirigidas, sucessivamente, pelo Visconde de Santa Marta e Conde de S. Lourenço, veiu comandar o exército miguelista o Marechal Conde de Bourmont, emigrado da sua pátria em seguida à revolução de Julho de 1830, que depusera Carlos X para elevar Luiz Felipe ao trono de França.

O Conde de Bourmont, o heroico conquistador de Argel, desembarcou em Vila do Conde, em 11 de Julho de 1833, com um brilhante grupo de mais de cem oficiais franceses, em que se contavam entre outros, os seguintes: Barão de Clouet, Conde de Larochejacquelin, Barão de Grival, Visconde de Bourdais, Reinaldo Macdonell, Conde de Almer, Conde Luiz de Bourmont, Spring, Barão de Feried, Visconde Duchastel, Brassaget, Granier, Conde de Rochellines e Henrique de Puisseux. (1)

---

(1) Vid. *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. 7.º pág. 357.

Logo a 25 daquele mês, fizera desencadear o novo chefe um formidável ataque às célebres linhas do Pôrto.

A propósito dêsse ataque, em que os bravos defensores da invicta cidade do Pôrto tiveram, mais uma vez, ocasião de manifestar as suas guerreiras qualidades, lê-se na *Chronica Constitucional do Porto* do mesmo dia: «O General Bourmont, costumado a vencer os escravos do Dey d'Argel, esqueceo-se de que tinha hoje esposado a causa de um usurpador e de um tyranno, e que vergonhosamente, para elle, se batia contra as victimas daquella usurpação e daquella tyrannia: e se de proposito escolheo para ensaio de suas novas proezas o desgraçado dia anniversario das *Famosas Ordenanças* que precipitaram de um grande throno um Principe illudido, teria occasião de ver que, em outros climas, homens, não menos dignos de respeito e da admiração dos homens livres de todas as nações, estão decididos a recusar as *famosas Ordenanças de um usurpador* fanatisado, e sabem presar a dobrada honra que lhes resulta de defenderem ao mesmo tempo a Legitimidade, e as liberdades da Patria; *de celebrarem assim o glorioso anniversario da instauração da Monarchia Portugueza*, no qual seus illustres Avós nos campos memoraveis de *Ourique* lhes deram um nobre exemplo de honra e de independencia.»

O fracasso dessa tão preparada arremetida deu origem à publicação, no Pôrto, de uma mordaz caricatura (1) que, neste lugar se reproduz do exemplar

(1) A sua mancha mede 31,cm5×28cm. Em baixo, à esquerda, lê-se: *Porto 1833*. No cinto da figura derrubada: *Fama de Alger;* no globo: 25 *de Julho de 1833 Porto Bourmont* e, no fundo da cena, ergue-se um mastro que tem, ao alto, a bandeira constitucional e, em baixo, derrubada, a bandeira miguelista. Do mastro saem fitas onde se lê: *Viva a Constituição, Viva D. Pedro* e *Viva D Maria II.*

O CONDE DE BOURMONT
(Caricatura da época)

que, actualmente, existe no Museu Militar, por fazer parte da preciosa colecção, que o Sr. Dr. Pedro Vitorino e seu irmão o Sr. Emânuel Ribeiro, benemerentemente ofereceram àquele estabelecimento do Estado, onde, em 29 de Julho, foi inaugurada numa sala que ostenta o nome de seu pai, o falecido pintor Joaquim Vitorino Ribeiro.

Na mesma *Chronica Constitucional*, de 5 de Setembro, encontramos curiosa referência a essa caricatura, executada pelo artista João Baptista Ribeiro.

Encimam-na os seguintes dizeres: *Dia 25 de Julho de 1833 na Cidade do Porto.*

Depois lê-se a explicação da caricatura: «A alegoria serve grandemente para fazer sentir a verdade, quando não convém patenteá-la de huma maneira franca e positiva: o véo alegorico, que cobre os factos que se querem deixar vêr, requinta o prazer ao publico porque se lhe deixa occasião a meditar algum tempo para achar a verdade delles. Eis aqui porque se publica hoje huma caricatura historica pertencente áquelle dia glorioso a esta heroica Cidade e às armas da Rainha, e expendida da maneira seguinte. Tomou-se o Adagio =*Isto não cheira a Argel*= e exprimio-se fazendo apparecer em volta das linhas do Porto hum general em acção de sentir máo cheiro, e de perder o tino e o prumo sobre um globo em que de balde se pertende segurar; e porisso dando com os narizes n'hum sedeiro cahe sobre a fama d'Argel: ao pé vê-se huma *Caveira de burro* como signal de mau agouro.

No fundo da scena he quanto se avista de fóra das linhas desde a bateria de D. Pedro e de D. Maria 2.ª, até ao *Telegrafo dos Congregados*, tudo foi copiado do natural, como estava no dia 26 de Julho. Esta estampa lithografada he inventada e desenhada por J. B. R., e vende-se na loja desta Imprensa por 480 rs.»

O preço desta caricatura foi, depois, rectificado no

n.º 215 de 12 de Setembro da mesma *Chronica:* «Vende-se esta Caricatura na loja da Imprença deste Periodico por 240 reis, pois que equivocadamente se annunciou por maior preço.»

Bourmont, em seguida à entrada em Lisboa, em 24 de Julho, das tropas do Duque da Terceira, ainda tomou parte no cêrco desta capital, cujas linhas de defeza atacou, energicamente, nos dias 5 e 14 de Setembro, sem conseguir vencer a resistência oferecida pelos sitiados. Divergências entre êle e D. Miguel obrigaram-no a retirar-se, algum tempo depois, de Portugal por Valência de Alcântara, com os oficiais que, com êle, tinham vindo, exceptuando dois filhos seus que, ainda, ficaram militando no exército realista.

Esta caricatura foi já reproduzida por Raúl Brandão a páginas 269 do volume *O cerco do Porto contado por uma testemunha o coronel Owen*, Pôrto, 1915, e por nós em um artigo publicado, no fascículo XIII da revista *Miscelanea* de 1933, sob o título *A propósito da publicação de um livro àcerca do Conde de Bourmont (Un Gentilhomme de Grand Chemin le Maréchal de Bourmont (1773-1846), d'après des papiers inédits*, par M. Gustave Gautherot, Paris, 1926).

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA.

USOS E COSTUMES DA ILHA DA MADEIRA

II—SÃO VICENTE

Nesta localidade o rapaz, quando se enamora duma rapariga e a quere para «cara metade», dirige-se pessoalmente a casa dela, sem consulta prévia, e procurando-a, expõe-lhe ao que vem. Se a rapariga simpatiza com êle, chama o pai e ali fica resolvido entre os três o dia dos esponsais. No caso, contrário, ou de que o pai, embora tenha recebido à saída da missa umas olhadelas suplicantes, não esteja de acôrdo, ela imediatamente despacha o pobre candidato, de forma que, quando êle sai a porta da ex-eleita, já encontra em todo o percurso o caminho até sua casa juncado de palha. É então que se costuma dizer que «Fulalano levou palha de Sicrana».

E nos primeiros tempos, sempre que vai à igreja, é presenteado com palha, que subrepticiamente lhe metem no chapéu, sem que êle, a maior parte das vezes, dê por tal senão à saída.

Mas, em compensação, em breve se lhe depara

outra, que o faz esquecer a antiga paixoneta e... lá embarca para o matrimónio, caso já possua casa para moradia, porque, em São Vicente, todo aquele que contrata casamento, tem que possuir vivenda — muitas vezes de colmo.

III — SANTA CRUZ

A-pesar-de Santa Cruz ser actualmente, uma das vilas mais adiantadas da Madeira, ainda há bons 25 anos, quando nesta freguezia pastoreava um nosso parente, era costume, no dia esponsalício, todos comerem à roda do mesmo alguidar e com colheres de pau.

Assim se banqueteavam, não só os noivos, mas ainda os pais dêstes, os padrinhos, os parentes, o *sôr* padre *vigairo* e os que tinham assistido à cerimónia.

A princípio, ainda quiseram obrigar aquele nosso parente a tomar parte no festim; êle, porém, propôs-se demovê-los daquela usança bem pouco higiénica, trocando-a pelos «usos da cidade», chegando a vir algumas vezes propositadamente ao Funchal comprar louça e talheres, para que os noivos o não obrigassem a comer do alguidar comum.

A propósito: ¿será esta a origem da palavra, ainda tão vulgar — *comem todos da mesma panela?* (1)

A forma do pedido é hoje mais ou menos a seguida no Funchal, estando completamente em desuso o costume a que fizemos referência.

IV — S. MARTINHO

Ainda que próximo do Funchal, nalguns pontos desta freguezia, e entre as classes pobres, dá-se um ca-

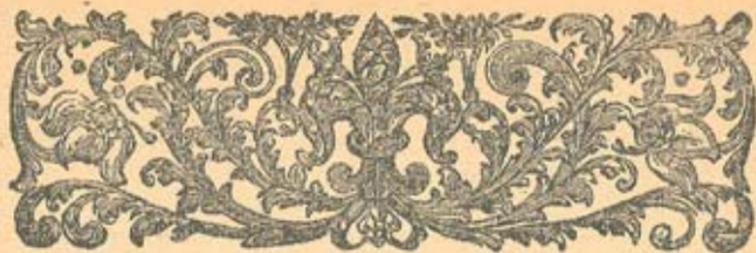
---

(1) Deve ser essa. É comum a todo o país, especialmente no campo e povoados rurais, o uso de comerem todos do mesmo tacho, ou alguidar. (*Nota da Red.*)

so que reputo inédito. O noivo, depois de pedir a rapariga, passa a dormir em casa dos futuros sogros, ¡e no próprio quarto dela!

¡Salve-se, porém, a moral e os bons costumes! O rapaz não dorme com a futura esposa, mas sôbre um baú ou mala, que tôdas possuem para guardar o enxoval.

Em seguida o sogro oferece uns metros de terreno, onde o futuro genro mandará construir a «casita» que os dois habitarão depois de unidos pelos laços do matrimónio.

Fernando de Aguiar

MIGALHAS

(Velhos apontamentos)

VII — O PORTUGUÊS "RANSELEI"

Dom Luiz da Cunha, tão arguto diplomata quanto destravado femeeiro (haja em vista os desvarios que em anos serôdios cometeu por causa da célebre Salvador) foi amante durante 12 anos duma tal M.lle Hernie, filha dum suíço das Tulherias. Esta loureira tinha uma irmã a quem, à conta de certa singularidade anatómica, apendicularam um apelido sugestivo. Dum bailarino da Ópera, de nome Javelier, teve dois filhos. Fêz-se também dançarina e, pouco depois, passou-se com armas e bagagens para o conde de Estaing, que a brindou com mais um filho. Voltou-se em seguida para o marquês de Ambre, cuja sovinice era proverbial, pelo que o trocou por um português.

Um contemporâneo, inspector da polícia de Luiz XV, que é quem me fornece estes dados, escreve: "un riche portugais nommé *Ranselei* qui dans l' espace de deux ans qu' ils vécurent ensemble mangea au moins 100.000 livres avec elle".

O português teve que regressar a Portugal em co-

meços de 1745 e a Hernie continuou a perpetuar-se pròdigamente.

Não consigo, porém, através do estropiado apelido, saber quem fôsse êste compatriota.

VIII — A SEGUNDA EDIÇÃO DA "MARILIA"

Se a primeira edição das celebradas líricas de Gonzaga é raríssima, a segunda é-o muito mais ainda. Não tenho notícia de se ter vendido em leilões ou em livrarias algum exemplar.

Em 1800 apareceu uma edição com as três partes, e, durante muito tempo, a tiveram os bibliófilos como segunda.

A verdadeira segunda é, porém, de 1799 e já abrange as duas partes, cada uma em seu volume sôbre si, ambas impressas na "Officina Nuneziana".

1) *Marília de Dirceo.* Por T. A. G. Primeira Parte. Lisboa: Na Officina Nuneziana. Anno MDCCXCIX. Com licença da Meza do Dezembargo do Paço. 8.º de 118 pág. sendo as primeiras quatro numeradas.

2) Apenas com a diferença de "Segunda Parte" — 8.º de 108 pág. sendo as duas primeiras inumeradas. A fechar a pág. 108: "Fim. Vende-se na Loja da Gazeta".

Dada a grande raridade do livro, talvez estas notas, sôbre o meu exemplar, não sejam somenos.

IX — OUTRO LIVRO DE ESTÊVÃO DE CASTRO

É a oração de sapiência pronunciada pelo notável médico na universidade de Pisa em 1617.

Como se trata dum folheto raríssimo, eis a descridescrição completa do frontispício:

Avspicalis / Oratio / habita ante ingressum praelectionum / Ad libellum Hippocratis / de aere, aquis, et lucis, in apertione / Scholae Pisane / currente Anno M. D. C.

XVII / A D. Stephano Roderico / de Castro Lusitano Olyssiponense / eiusdem Schole Lectore / Primario / (Uma vinheta). Pisis, Apud Ioannem Fontanum, 1617. / Superiorum Permissu.

É um 4.º de 6 fôlhas inumeradas. A dedicatória, que compreende a fl. 2, é a D. Jerónimo de Summois, cavaleiro de S. Estêvão e reitor da Universidade.

Não o citam Barbosa Machado, Nicolau António e Inocêncio.

X — O TÔMO II DO «DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO»

No vol. IX do seu benemérito *Diccionario*, a pág. 120, escreveu Inocêncio:

«Por um dos transtornos a que irremissivelmente estão sujeitos os que dão obras á impressão, escapou no artigo respectivo (II, 147) *em alguns poucos exemplares* (pois se lhe acudiu a tempo) *a data 1599* como aquella em que os biographos collocam a morte de Bernardes, quando é certo que essa data é 1596 e não 1599. *Creio que não serão mais de dez ou doze os exemplares em que se dá êsse êrro.* Também na mesma página se imprimiu na linha 41 *Jeromenha* em vez de Juromenha, o que deve corrigir-se.»

Por felicidade tenho um exemplar nessas condições. Oxalá esta indicação aproveite a algum leitor da *Feira*.

XI — ¿D. GONÇALO OU D. ÁLVARO?

No capítulo X do *D. Pedro e D. Inês*, o sr. Antero de Figueiredo põe a defender o Pôrto contra a arremetida de D. Pedro «o prestigioso velho D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga.

Salvo melhor parecer, incorreu num flagrante deslise o ilustre escritor.

A rebelião de D. Pedro, logo após o assassínio de Inez de Castro, começou em Janeiro de 1355 e terminou em Agôsto do mesmo ano. Ora o arcebispo-guerreiro havia morrido sete anos antes, em 1355. Quem defendeu o Pôrto foi seu filho D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai do Condestável.

Lê-se no *Nobiliário* do Conde D. Pedro: «Este prior D. Álvaro foi o que pôs os pendões por muro estando na vila do Pôrto para a guardar por mandado del-rei D. Afonso IV, porque o infante D. Pedro andava alçado dêle...»

Em 87, comentando o mesmo deslise em que fôra induzido outro escritor de tômo, escrevia Camilo: «Há erros enquistados que nenhum bisturi de crítica desarreiga.»

Um quarto de século depois, um escritor escrupuloso como o Sr. Antero de Figueiredo, deixou-se igualmente enliçar nele.

XIII — AS «SETTAS DO AMOR DIVINO»

Teem sorte vária os livros místicos. Não se explica a extrema raridade de alguns, dos quais se fizeram várias edições, que desapareceram como por encanto.

Estão neste caso as *Settas do Amor Divino*, de João Paulo, «presbítero eborense», pseudónimo do jesuíta Paulo Mendes, natural de Montemór-o-Novo e falecido em Évora a 2 de Abril de 1687, conforme se lê na *Evora gloriosa* (pág. 437).

O padre Francisco da Fonseca, além daqueles esclarecimentos, adita apenas: «Estampou com o nome de *Paulo presbiteyro* (sic) eborense, «Settas do Amor Divino».

O douto Abade de Sever e, na sua esteira, Farinha, acrescentam apenas uma edição das *Settas*, de Évora, 1678.

No *Diccionario Bibliographico* (X, 323, n. 6548) sob o nome de *João Paulo*, lê-se: «Parece que é mui raro êste livro, pois, segundo consta, se encontrou um exemplar no depósito que das livrarias dos conventos extintos se fêz na biblioteca nacional». E cita uma edição de 1675.

Pereira Caldas, nas *Duas Palavras* (pág. 21) escreve: «Em relação a João Paulo, presbítero eborense, cumpre-nos afirmar, e sem hesitação, que raríssimas aparecem aqui as *Settas do Amor Divino*, aqui, na terra dos livros místicos em abundância.» Diz possuir, além da edição de 1675, outra de 1718, de XVI in.+224 págs., impressa em Coímbra por José Antunes da Silva.

Em resumo, os bibliógrafos citados (e não conheço outros que as apontem) citam três edições: 1675 (Inocêncio e Pereira Caldas), 1678 (Barbosa e Farinha) e 1718 (Pereira Caldas).

Eu possuo, além dessas três, mais duas.

Nestes termos, e porque se trata dum livro raríssimo, vem de ponto algumas notas.

1) *É desconhecida a primeira edição.* Na de 1675 lê-se: «*nouamẽte* vertidas em lingoa portugueza». A não querer ter-se, à semelhança de outros livros, a expressão *nouamẽte* como sinónima de *pela primeira vez*, ter-se-há de admitir uma edição anterior de 1674, ou, mais plausivelmente, de 1675, impressa em Évora. O protesto do autor termina: «Éuora hoje 13 de Janeiro de 1674» e a última licença é de 7 de Novembro do mesmo ano. Só depois desta data poderia entrar no prelo, sendo mais crível, portanto, que, a existir, seja de 1675.

2) Lisboa (João da Costa) 1675, 8.º de 246+2 in. com licenças.

3) Évora (Oficina da Universidade) 1678. 8.º de 271+1 br.+4 in. de *Indice*+2 in. de *Licenças*+2 brancas.

4) Coimbra (José Ferreira) 1701. 8.º de 19+1 in.

com licenças + 239 + 1 branca. Desconhecida daqueles bibliógrafos.

Nesta edição foram omitidos o prólogo, a vida de Lanspergio e o protesto da autoria de Paulo Mendes e substituída a dedicatória ao conde de Val-de-Reis por outra a Nuno da Silva Teles, por José Antunes.

5) Coimbra (José Antunes da Silva) MDCCXVIII. 8.º de 15 in. + 1 in. de *Licenças* + 224 págs. É a citada por Pereira Caldas.

6) Coimbra (José Antunes da Silva) 1718. 8.º de 15 in. + 1 in. de *Licenças* + 239 + 1 branca. Desconhecida também dos bibliógrafos. Embora da mesma data da anterior, além da paginação diferente, a data daquela é em numeração romana e no final lê-se o êrro LUS DEO, ao passo que nesta *Laus Deo*.

É possível que haja outras edições. Só estas, porém, chegaram ao meu conhecimento.

JORGE DE FARIA

A INÉDITA AVENTURA DUMA FREIRA QUE TINHA A SINGULARIDADE NUNCA VISTA DE SE PARECER... COM A CIDADE DE COIMBRA

O caso afigurou-se-me delicado, pois a *Feira da Ladra* é uma revista séria que não quere perder os seus créditos.

Arquiva curiosidades, velharias, casos doutros tempos, mas respeitando sempre as conveniências e os bons costumes, em perfeita obediência à moral e às leis estabelecidas...

Além disso, nada mais cândido do que a inocência do leitor que se delicia com o folhear de sucessos dos passados séculos, e nesse convívio procura retemperar a fibra patriótica ou emotiva que os descòrados tempos presentes, de venalidade e corrupção, ameaçam estiolar. *Oh! tempora, oh! mores,* já lá dizia o outro...

Para mais, não vi ainda que a *Feira da Ladra* desse guarida nas suas páginas circunspectas àquelas mo-

dernas doutrinas de *Freud* que estão dando a volta ao Mundo, a explicar còmodamente a vida pelas imposições brutais do sub-consciente e que, tendo invadido por completo a Literatura dos nossos dias, procuram por igual avassalar a própria História.

O caso era, portanto, para pensar, e por isso hesitei na sua publicação mas a verdade é que muito mais grave foi a aventura da linda freira que se parecia com a cidade de Coimbra; o próprio autor declara que se trata da *história mais nova e rara de quantas viu Fernão Mendes nas terras que o Ganges banha, e que nem Plínio nem Platão souberam jamais de patranha assim*...

Ora diga o leitor agora, em consciência, se caso tal pode ficar inédito; depois, há o velho recurso às reticências, e, por último, se alguem se sentir grandemente estomagado, volta a página e, como o dizia o Dante... não lê mais nesse dia.

Nesse dia; porque, em suma, talvez no imediato já tenha curiosidade de conhecer tôda a aventura da linda freira que, repito-o ainda uma vez, se parecia com a cidade de Coimbra...

O retrato da freira está inédito com certeza, e a aventura, essa então, insuspeitada completamente.

Vamos vêr uma coisa e outra. Sempre me decido.

Esta Coimbra da lenda, risonha e acolhedora, que atraiu Romanos e Moiros, e entontece, prendendo com não sei que misteriosos filtros de encantamento quem, inadvertidamente, a tempo lhe não foge, tem sido objecto de séculos seguidos de Literatura, cantada em todos os tons, e descrita de tôdas as formas.

Não podia, pois, escapar a fornecer motivo para uma dessas extravagâncias literárias que o preciosismo dos séculos XVII e XVIII pôs em moda e que consistiam em comentar por meio das mais imprevistas me-

táforas um palminho de cara que se abria, risonho, ao pouco *inspirado* Poeta.

Literatura de segunda ordem, já se deixa ver, mas, de tôda a maneira, significativa.

Conheço, no género, a *Relacion nveva en que vn amante explica las perfecciones de su Dama en metafora de vna Nave,* impressa em Sevilha, por Francisco de Leedael, na Casa del Correo Viejo — s. l. n. d., mas no século XVIII — conheço o *Retrato duma dama por metáfora das ruas de Lisboa,* e já me passou pelas mãos um folheto francês, da época, e que agora não encontro, de conteúdo idêntico.

Como se vê, acompanhávamos brilhantemente o Mundo civilizado... Fomos sempre assim, afinal...

Encontrei eu êste modêlo de boa Literatura, que à *Feira da Ladra* confio, na mais desbragada miscelânia que possa imaginar-se, nos manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, em volume assim rotulado:

OBRAS DE
VARIOS
ENGENHOS
OU
NOVA FENIS
RENACIDA
em que
com elegante diversidade
se encontra
a elegancia, o fecundo, e o sublime
das
Musas Portuguesas
Tomo
2

Boa *Fenix Renascida*, não haja dúvida! Mas ... basta de antelóquio. A ela, leitores!

Nunc est ridendum, amici...

MANDANDO HUM AMIGO A OUTRO PEDIR NOVAS DE COIMBRA, LHE MANDOU ESTE ROMANCE EM QUE LHE DIZ Q. HINDO HUM JUMENTO CARREGADO DE CARVÃO AO MOSTEIRO DE S.TA CLARA, ENVESTIO A HUA FREIRA QUE VEIO À PORTARIA.

Romance

Meu Doutor: pois quereis novas
desta Athenas Luzitana
porque inda de in illo tempore
vivem em vos as lembranças:
Contarvos hey brevemente
a historia mais nova, e rara
que quantas vio Fernaõ Mendes
nas terras que o Ganges banha.
Que digo, Mendes? Nem Plinio
Platam, ou quantos a fama
celebra, por escriptores
das maiores pataratas
Foi pois o caso que hontem
sobiraõ a Santa Clara
a levar carvaõ huns burros.
(não vai a notar palavras)
Quando começavaõ ja
a descarregar as sacas,
chegou à porta hua Freira;
permetime aqui o pintala
Nas *saidas* desta terra
cores a minha Musa acha;
e por sahir do comum
por saidas a retrata.
Bem proporcionada a testa
era em planicie nevada
de *Santa Ana* bello campo,
em que campeava a graça
Era cada sobrancelha
sobre rayos de luz clara
arco de *Estrella*, se saõ
seos olhos Estrellas dalva

Se já naõ he, que seus olhos
erað com amantes ancias
fonte das Lagrimas, donde
aljofar Cupido apanha.
O naris de *montarroyo*
tinha presunçoens bizarras:
de monte, por eminente;
e de arroyo, por de prata.
Das faces, como *Cidral*
se equivoca a semelhança:
já em as rozas mais bellas,
já em as massans mais raras.
A boca concordaõ todos
sem nenhuma descrepancia,
que era a *Alegria*, pois tanto
os corações alegrava.
Ninguem pôr duvida pode
à pintura da garganta
Pois sobre *rio* de leite
a *ponte* tinha de nata.
Das mãos a candida neve
não tem sahida ajustada
salvo na grade, pois nella
mãos, e braços *arregaça;*
Os pés em a *Genicoca*
logravaõ muy propria estampa,
pois se sabe que entre todas
he a mais minima planta.
Hum burro pois que entre todos
ser mais castiço mostrava,
quando vio tal fermozura
quando vio beleza tanta,

. . . .
. . . .
. . . .
. . . .

Grita a Freyra, acode gente,
e com darlhe mil pancadas
naõ dava o burro esta vez
nem por si nem pela albarda.
Alvoroçou se o Convento,
e de confuzaõ, e ancias
fora hum dia de juizo
a havello naquella caza.

Finalmente, vendo o bruto
tanta bulha, e tanta vara
temendo ser a justissa,
. . . .

Ponhamos aqui ponto por um instantinho, leitor; ¿não lhe parece que é melhor?

Nesta altura a Madre Abadessa intervem, segura da sua dialéctica, avalia em rápido relance de olhos o resultado da luta desigual que vai travar-se, e prega um formidavel... discurso ao brégeiro jumento, invectivando-o pela violação do decôro do real mosteiro!

Perante a velha Madre, o desconsolado burro sente arrefecer-lhe o ardor combativo de momentos antes, e recolhe inglòriamente as armas que para a luta apresentara.

Dizia então a Abadessa, na lógica das suas deduções:

Quando a tanto te atreveste
acazo, bruto, cuidavas
que como há Freiras de Cellas
há tambem Freiras de Albardas?
Sacas de carvaõ carregas
e enganas te se cuidavas
saõ carvaõ de sacaria
as Freiras de Santa Clara.
Que os Monos de Cabo verde
couzas semelhantes façaõ,
saõ monarias q. em fim
lá vem a ter sua graça.
Que aquelle Boy de Phenicia
estrupase certa Dama,
se era toureyra, que muito
levase sua cornada?
Mas que se atreva hum Jumento
contra hua Freira taõ casta!
. . . .
. . . .

De Freiratico prezumes
sendo hũ asno? couza estranha!
naõ sabes que só os discretos
podem lograr essa graça?

Que diraõ agora as Freiras
do Mosteyro de Santa Anna, (1)
quando ouvirem que athé burros
querem aqui ter entrada?

E aí tem o leitor a extranha aventura acontecida à freira que se parecia com a cidade de Coímbra...; agora se o apetite lhe pede pormenores, vem até cá, requisita o códice n.º 391, e inteira-se de tudo, ¡que é edificante!

Nós ficamos por aqui, discretamente, para não ferir a compostura da *Feira*.

Quanto ao metafórico retrato, vem a propósito notar que as *saídas* de Coímbra, isto é, os pontos panorâmicos do arrabalde, hoje encorporados quási por completo na sua área, eram celebradas havia muito.

Já *Bernardim Ribeiro*, na égloga V, falava nos sinceirais do Mondego e chorava por *a Regaça;* e o historiador dos Bispos do Pôrto, *D. Rodrigo da Cunha*, quando procura dar razão do voto emitido por D. Rodrigo Pinheiro para o regresso da Universidade a Coímbra, nada mais encontra para justificação do que... *a abundância dos mantimentos próprios para letrados, em especial do azeite... as* saídas *e frescuras do Mondego tão acomodadas ao alívio de cabeças cansadas de estudar...* e *a água daquele Rio, que conservava e apurava os engenhos*... ¡o que é muitíssimo bem achado!

Mas o que só o século XVIII seria capaz de criar,

---

(1) As freiras de Sant'Ana, aqui chamadas a terreiro pelas de Santa Clara, deixaram nome na história amorosa dos conventos de Coimbra; conheço até, com data de 1632, uns «*Estatutos e Ordenações feitas ás Madres discretas e mais Religiozas do Mosteiro de Sancta Anna de Coimbra sobre o bom governo e trato dos Amantes*», obra muito completa e substanciosa, que é preciso compreender a dentro do espírito da sua época, para o qual, aliás, constitui curioso documento.

leitor amigo, é a peregrina e nunca vista imagem de ...um *nariz de Montarroio!*

Sim; porque essa, afinal, tem escapado a todos os nossos *manuais de composição*, e às *poéticas*, que também as teem de primeira ordem...

Coimbra, 1933.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

UM AZULEJO DO SÉC. XVII NO FUNCHAL

A margem esquerda da Ribeira de São João, e pertencendo a freguesia do invocado ao glorioso pescador da Galileia, encontra-se, fundada pelos primeiros franciscanos que aportaram a esta ilha em companhia de Zarco, neto de João Afonso, primeiro donatário do Funchal, a capela dedicada ao bemaventurado filho de Zacarias, sacerdote da ordem de Abias.

Êste santuário do «Profeta do Altíssimo», reedifificado por 1720, possui uma magnífica colecção de azulejos, os quais nos sugeriram uns ligeiros apontamentos num diário local (1); ¡tratei então daqueles que representavam a degolação do Santo Precursor do Messias no castelo de Mageroth, próximo do lago Asfaltite, nas fronteiras da Arábia Pétrea. Naquele

(1) «O Jornal», número extraordinário do Natal de 1932. (N.° 183 — Série II).

artigo, por motivos alheios à nossa vontade, não pôde sair a reprodução do azulejo a que se referia, e que sairá num dos próximos números do «Arquivo Histórico da Madeira» com ligeiros comentários.

Apresentamos hoje aos leitores da «Feira da Ladra» uma reprodução do painel representativo do «Baptismo de Jesus», quando no XV ano do império de Tibério César, João Baptista saiu do deserto onde vivia e, chegando às margens do Jordão, tributário do Mar Morto, ali prègava a penitência e baptizava aqueles que, ouvindo-o, se queriam converter para Deus.

Representa, pois, êste azulejo o baptismo do filho de Maria, quando, à roda dos 30 anos, veio à Judeia para ser baptizado como os outros.

Notam-se já nestes paineis alguns defeitos, provenientes da acção do tempo, destacando-se o azul no fundo branco dos mesmos, e vendo-se perfeitamente a descida do Espírito Santo, em forma de pomba, sôbre o Salvador. Nas margens, distingue-se uma espessa multidão e, lá ao longe, parece-nos ver uma espécie de fogo sagrado sôbre as águas, o que nos leva a crer que o autor aliou ao motivo dêste painel a lenda de que, no momento em que Jesus entrou no Jordão, "se viu andar um fogo sôbre as águas"(1).

No nosso já mencionado artigo, dizíamos ignorar quem fôsse o artista azulejador; e, quanto à época provável da sua feitura, formulávamos a hipótese de pertencer à segunda metade do séc. XVII ou talvez princípios do séc. XVIII, e preguntávamos se pertenceriam a algum dos Oliveira Bernardes. Hoje, como então, nada podemos adiantar, por não nos ter sido possível colher informações mais exactas, assim como não conseguimos identificar ainda o escudo com as armas

---

(1) Conforme refere S. Justino Mártir.

dos Ataídes, existente no cimo dêstes paineis cerâmicos.

Junto à capela, fica actualmente o Colégio de S. João, no mesmo local onde foi em tempos o "hospício para os pobres". A cargo das Franciscanas Diocesanas, leccionam estas Irmãs, aproximadamente, 150 crianças, sendo algumas delas internas. É custeado pelo fundo do culto da Paróquia de S. Pedro, à qual pertence.

Funchal
Maio 1933.

FERNANDO DE AGUIAR

LIVROS & REVISTAS

O Poveiro, por Santos Graça. P. de Varzim, 1932.—Utilíssimo estudo regional, em que o A. recolheu quanto material etnográfico poude obter sôbre usos, costumes, tradições e lendas da gente do mar na Póvoa-de-Varzim. Um vocabulário e numerosas grav. enriquecem o volume.

*

Arvores de Costado das Familias illustres de Portugal, por Barbosa Canaes de Figueiredo Castelo Branco. Lisboa, 1933. 2 vols. Concluiu, finalmente, o Sr. Gusmão Navarro a reedição *ne varietur* dêste livro, clássico em genealogia e, a-pezar de algumas incorrecções gráficas, ainda hoje consultado com proveito, sendo de lamentar que o A. o não continuasse, como intentava.

*

Quadro Histórico das Instituições Académicas Portuguesas, por Luíz Xavier da Costa. Em elegante edição, condigna do assunto, trouxe a público aquele erudito académico a memória lida na sessão inaugural da Academia de Belas Artes em Abril do ano passado. O D.r Xavier da Costa arquiva nas páginas desta brochura, com lúcido critério e elegante exposição, os fastos dos numerosos cenáculos intelectuais portugueses, desde a assembleia de engenhos que a infanta D. Maria inspirava, até aos modernos conselhos de arte e arqueologia sucessores menos decorativos das extintas academias de Belas Artes.

*

André Velho e não André Veterano, pelo mesmo. Lisboa, 1933.—¡Pois pudera! ¿Em que cabeça entrava a idéa de que êste gravador setecentista se chamava Veterano, apelido desconhecido, e não Velho, apelido vulgar, ainda hoje usado? Pois entrou, e não foi numa cabeça qualquer: nada menos que na do cardial Saraiva. *Veteranus*, sabe-o a gente medianamente lida em latins, vem de *vetus*, que vale o mesmo que *velho*. O D.r Xavier da Costa encontrou uma gravura com o apelido em português — *Andreas Velho*, pulverizando assim a opinião do erudito patriarca de Lisboa.

O ex-libris do Instituto de Cegos do Pôrto, por Alfredo Mota. Lx.ª-1932. O A. aproveita a publicação do «pertence» para historiar aquela benemérita casa, com grande cópia de informações.

*

Mestre Gonçalves, por Alberto Meira. V.ª do Castelo, 1932. —Apanhado de notas bio-bibliográficas, com dois retratos, em justa homenagem a êste filho egrégio de Coimbra.

*

A inocência de Urbino de Freitas, por Gomes Monteiro. Lisboa, 1933. Procura o A., convencido da inculpabilidade do célebre médico portuense, rehabilitar-lhe a memória à luz de documentos que supõe incontroversos. Fá-lo habilmente, deixando, senão a convicção da inocência, pelo menos um ponto de interrogação no espírito do leitor desapaixonado.

*

Contos alegres, por Armando Ferreira. Lisboa, 1933. — ¡E bem alegres! Herdeiro da boa graça portuguesa dos Gervásios e dos André Brun, o A. não perde ensejo de atirar ao mercado, volta-e--meia, o seu livrinho de anedotas e episódios picarescos, para que, ao menos durante algumas horas, o leitor esqueça os azedumes da vida.

*

Cantares Vianenses e o Folclore da Galiza, por J. R. dos Santos Júnior. V.ª do Castelo, 1932. — Curioso confronto dos cancioneiros galego e português, pelo qual, se mais argumentos não houvesse, irretorquivelmente ficariam provadas as afinidades folclóricas dos dois povos. ¡Separata do "Anuário do distrito de V.ª do Castelo", 1932.

*

Nótula sôbre o arremêsso dos dentes, pelo mesmo. Pôrto, 1932. — Ainda neste ligeiro escrito o A., traz à estampa muitos elementos de estudo, apontando os aspectos que, em vários pontos do país, afecta esta velha usança supersticiosa. Separata dos «Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnografia».

*

Apontamentos, por F. Alves de Azevedo. Lx.ª 1932. — Inclinado aos estudos sérios de sociologia e filosofia, o A. neste «esquema de interpretação de valores», sua estreia nas letras, deixa-nos entrever um espírito reflectido, capaz de encarar e analizar com

acuidade os variados problemas que prismam aqueles dois ramos de especulação mental.

*

Saudades da terra das oliveiras, por V. L. A. Lisboa, 1932. Estas três iniciais ocultam o nome dum conhecido livreiro-editor da capital, que no 1.º Congr.º Alentejano apresentou esta tese, hino de louvor à pitoresca terra oliventina, de que é filho.

*

Três dias em Olivença, por Hermano Neves. Lx.ª 1932 — O mesmo editor enfeixou em um vol. as crónicas que o saudoso jornalista escreveu sôbre Olivença, documentando-as com abundantes ilustrações panorâmicas e monumentais.

*

Portugal Além — Notas Etnográficas — Vol. I, por Luiz Chaves. Gaia, 19 2. — Bem conhecido é o nome dêste folclorista, e bem apreciados os seus trabalhos, para nos determos em maior análise do último vol. que lançou a público. É para nós um dos seus melhores e mais cuidados livros, precioso receptáculo de informações e notícias de festas profanas e religiosas, feito com amor e ciência da especialidade versada, e recheado de eruditos comentos e anotações.

*

As três mulheres de Sansão, por Aquilino Ribeiro. Lisboa, 1932. — Nome consagrado nas letras, cada livro do A. é mais uma fronde na tufada coroa de louros que simboliza essa consagração. Êste, que anunciamos, encerra duas novelas, a 1.ª das quais dá o título ao livro. Descrição sugestiva, figuras vincadas, riquesa de imagens, luzem nas páginas dêste volume, tudo servido por uma linguagem que os puristas acoimarão, talvez, de desafôro gramatical, mas que, sendo a expressão literária dum temperamento independente e original, tem riquezas de vocabulário e golpes de audacia e de imprevisto na exteriorização das ideias. Designadamente o conto *Aninhas*, pode ombrear com os melhores descritivos de Fialho.

*

Machado de Castro e a sua obra, por Cosmelli de Sant'Ana. Lx.ª 1931. — Embora tarde, não queremos deixar de referir-nos a esta conferência, pronunciada na Escola Machado de Castro, comemorando o 2.º centenário do seu insigne patrono, cuja bio-

grafia relata, encerrando-a com alguns sonetos do imortal estatuário.

*

Uma tradução falsamente atribuida a Camilo, por Júlio Dias da Costa. Coimbra, 1932. Não perde o A., que por vezes tem honrado a "Feira" com os seus escritos, ensejo de contribuir para a maior glória do Mestre. Nesta brochura desfaz, por forma decisiva, o repetido êrro de atribuir a Camilo a trad. do folheto *Mata-a ou ela te matará*, da autoria real de Alberto Pimentel.

*

Espòzende até 1258, por Baptista de Lima. Espozende, 1931. —Livrinho em louvor da alegre vila da foz do Cávado. Insere um trecho das *Inquirições* de Afonso III, daquele ano, que se refere à povoação. Separata do jornal "O Espozendense".

*

Três poemas de Santo Antonio, por Sidónio Miguel. Lisboa, 1932.—«Versos profanos de homónimo português também nascido nas visinhanças da Sé de Lisboa», escreve o A. no limiar dos seus poemas. É, de facto, uma contribuïção para o 7.º centenário do grande santo lisboeta; e devemos dizer que das melhores, dada a feição literária dos versos, onde se casam a simplicidade e naturalidade que Cesário tanto recomendava, com o pitoresco da narrativa, inspirada na história e na lenda de S. António.

*

... *Almas cativas*, de Roberto de Mesquita. Famalicão, 1931. —Só em Portugal será possível que um livro como êste se dilua no vórtice dos anónimos e das maravalhas literárias. Pois foi assim mesmo. E, a-pezar-de tudo, *Almas cativas* é um dos mais belos —direi, mesmo, mais profundos livros de versos que penas portuguesas teem escrito há 30 anos p'ra cá.

Estilo rico de imagens e de expressão verbal, descrição objectiva ou de intuspecção, ora serena e fluente, ora dramática e alucinada, euritmia sàbiamente graduada, pintura de grande pincelada e justeza de toques nos quadros e episódios temáticos ou ocorrentes, tudo vem a definir no A. uma subtil e singular organização de artista, que a morte derrubou em plena eclosão.

*

Cartas dirigidas pelo conde de Raczynski a Ferdinand Denis, pref. e anot. por H. de C. Ferreira Lima. Lisboa, 1932.—São 25 cartas do esclarecido historiador das artes em Portugal as que

o A. divulga e comenta nesta separata da sua revista «História». Fá-lo com as costumadas probidade e competência, e as cartas valem o esfôrço. ¡Bom serviço!

REVISTAS

Arquivo de Documentos Históricos, de Lisboa. N.os 18 e 19.

Arquivo Histórico da Madeira, do Funchal — N.os 1 e 2 do vol. III.

Arquivo Histórico da Marinha, de Lx.a. N.o 1. Saudamos esta bela revista pela sua notável aparição no campo científico e felicitamos o seu director, o culto oficial da armada, Sr. Raúl César Ferreira.

Arquivo Histórico de Portugal, de Lx.a. Fasc. V e VI do vol. I.

Arquivo Nacional de Ex-libris, de Lisboa. Ano II, n.o VIII.

Arquivo Transtagano, de Elvas. N.os 6 a 8.

Arte e Arqueologia, de Coímbra. N.o 4.

Boletim do Arquivo Histórico Militar, de Lisboa. N.o 3.

O Coleccionador, de Lisboa. N.os 1 a 4.

Diogo Cão, de Luanda. N.os 4 da 1.a série a 2 da 2.a.

A Língua Portuguesa, de Lisboa. Fascículos VI e VII do vol. III.

Portvcale, do Pôrto. N.os 26-27 do V vol. até 32 do vol. VI.

Revista de Arqueologia, de Lisboa, Fasc. III a V.

Revista de Philologia e História, do Rio de Janeiro, N.o 6 (Fasc. II do tômo II).

O Tapete de Arraiolos, de Lisboa. N.o 1.

Volkstum und Kultur der Romanen, de Hamburgo. Temos recebido irregularmente esta magnífica revista de cultura, sendo o n.o 1-3 do 5.o ano o último que nos veio às mãos.

INFORMAÇÃO AOS LEITORES

Tendo alguns nossos leitores estranhado que nesta secção se não anunciem livros e revistas de certa categoria que surgem no mercado, cumpre-nos esclarecer que apenas damos notícia das publicações enviadas por oferta ou permuta com a «Feira», e nunca das que adquiramos por compra ou assinatura.

MIGALHAS

(Velhos apontamentos)

XIII—OS «CONTOS» DE TRANCOSO

Vendeu-se há anos no leilão Azambuja um exemplar da *primeira edição conhecida*. É o descrito sob o n.º 919 do catálogo: um exemplar de frontispício manuscrito e contendo apenas duas partes ou sejam 31 contos. Na subscrição da primeira, lê-se: "Impressa em Lisboa em casa de Antonio Gonçalves aos XI dias do mes de Março de 1575".

Se atentarmos, porém, que o privilégio para a publicação da 1.ª parte foi dado em Lisboa a 26 de Abril de 1571, se tivermos em conta que Trancoso escreveu a maior parte dos contos quando em Lisboa grassava a «peste grande» de 1569, teremos que concluir que a *primeira edição desconhecida* da primeira parte, feita por Antonio Gonçalves, é plausivelmente de fins de 1571 ou começos de 1572 e que dela se fêz uma ser-

gunda edição *(primeira conhecida)* em 1575. A 1.ª edição da 2.ª parte, contra o parecer de Deslandes, é do mesmo impressor e tem a data de 1576, conforme o exemplar Azambuja.

Outras edições: 1585, 1589, 1596, 1608, 1624, 1633, 1634 (?), 1660, 1671, 1681, 1710, 1722, 1734 e 1764. Ao todo, portanto, 14 edições conhecidas, uma hipotética (1634) e uma desconhecida (1571 ou 72?)

XIV—UMA AMOSTRA DO ESTILO DE FIALHO

Serve-me de exemplo o *Pequeno drama na aldeia* inserto em *Aves migradoras* (1921). Com o mesmo título saiu no *Brinde do Diario de Noticias* (1883). Na *Lisboa Galante* (1903) chama-se *Amor de velhos*, título que é curial se tivesse conservado naquela última colectânea. Indico em parêntese os acrescentos ou modificações:

«Na (casa da) Ceriola sabiam-se por exemplo (a horas e a tempo) os vestidos de seda da prima Dora (de S. Mathias, como ela se vestia em sendo madrinha de baptizado) o que tocava no piano e quem estivera a jantar *nos dias d'anos* (no dia dos seus anos)» Pág. 130.

«O certo era que dias *depois de* (após) haverem enterrado no velho cemitério a filha que ao rico homem restava da esposa legítima, entrara (o marido em casa) com um pequenito pela mão, *e* (fôra) junto da esposa mortificada de prantos e sem palavras tinha-lhe deposto no regaço aquela (encantadora) miniatura de Carlinhos . . . » Págs. 127.

«Os olhos pretos da viuva detinham-se um momento *no bébé* (na figurinha petulante do bébé) e desviavam-se logo sem rastro de affecto. Verdade é que Zarco (o velho Zarco) *guardava idênticas reservas sobre Carlinhos e referindo-se a êle* . . . (referindo-se a

Estes três trechos poem-nos, à evidência, o processo de Fialho, ora ampliando certos pormenores, ora cerzindo e encurtando certos períodos, de modo a dar um equilíbrio mais perfeito e ao mesmo tempo um desenho mais nítido das figuras e um maior rigor na expressão. Valeria a pena, à maneira de Albalat, fazer um estudo dilucidativo da prosa dos três mestres: Camilo, Eça e Fialho.

João de Meira tinha entre mãos, ao falecer, um interessante trabalho sôbre as 3 redacções de *O Crime do Padre Amaro*.

XV—UM CASAMENTO FRUSTRADO

Foi pela primavera de 1787 que surgiu pela primeira vez a ideia do casamento do duque de Cadaval com a princesa de Rohan-Rochefort, Carlota-Luiza-Doroteia, terceira filha do príncipe Rohan-Rochefort, Carlos-Júlio-Armando e de sua mulher Doroteia de Orleans Rothelin.

A raínha de Portugal, sua parenta, porque ambos descendiam de João de Orleans, conde de Dunois e de Longueville, neto de Carlos VI e tio de Luiz XII, patrocinava entusiasticamente o enlace. Foram encarregados das primeiras *démarches* os marqueses de Bombelles, enviados de Luiz XVI junto da côrte portuguesa. Por duas vezes, embora muito adiantadas, fracassaram essas negociações. Fervilhava a intriga, cruzavam-se os mal entendidos, teciam-se os equívocos. De parte a parte se organizou uma investigação rigorosa sôbre os haveres e a genealogia dos noivos. Por detrás dos motivos apresentados havia, no entanto, razões que não consigo rastrear, que quebraram de vez as negociações. Em Paris, uma filha do marquês de Lavradio, e em Portugal seu tio, o conde de S. Vicente, eram os agentes ocultos dessas maquinações.

Carlinhos ....)» Págs. 137.

A princesa Carlota ficou solteira e foi mais tarde a heroína trágica dos seus amores com o duque de Enghien. No sítio onde se ergueu o palácio dos Rohan-Rochefort, cujo último representante morreu em 1878, ergue-se hoje a cité Vaneau.

Quem quiser seguir de perto a história dêste casamento e da aventura da princesa, deve de ater-se ao interessante livro do conde de Fleury, *Angélique de Mackau, marquise de Bombelles et la cour de Madame Elisabeth* e ao curioso e documentado estudo de Jacques de la Faye, *Un roman d'exil: la Princesse Charlotte de Rohan et le duc d'Enghien.*

JORGE DE FARIA

UMA VELHA BANDEIRA DA CAMARA MUNICIPAL DE PENELA

INDA existe no arquivo municipal de Penela, menos mal conservada, uma antiga bandeira, mandada fazer em 1735 pela Camara Municipal daquele concelho «para sahir nas procissões e e mais funcçõis que se costumavam fazer, e fizessem».

Falta-lhe, porém, já o franjão de ouro com quatro dedos de largura que a orlava e que desapareceu, não se sabe quando nem como.

Quando presidi a Comissão Administrativa daquele município, em 1932, fiz fotografar a curiosa relíquia e copiei do respectivo livro a acta da «vereação» de 19 de Julho de 1735, a história, afinal, da velha bandeira, que não tem, de resto, qualquer traço ou característica municipal: armas ou côres heráldicas concelhias, pois é um grande guião de damasco branco (que o tempo amareleceu) com as armas reais pintadas e colocadas obliquamente no canto superior direito, numa peça separada,

presa à bandeira por quatro alamares pequenos.

Eis a fotografia da bandeira e a cópia da acta referida:

Vereaçam de 19 de Julho de 1735.

«Na dita foi dito pelos officiaes da camara, vereadores, e procurador do concelho, que elles se tinham ajustado comprar huma bandeira pera este senado, pela naõ haver, sendo huma villa tam antiga, e por ser justo se comprasse, como nas mais terras, pera sahir nas procissões e mais funcçõis que se costumavam fazer, e fizessem por este senado, e que esta fosse de damasco branco, com franjam de ouro e armas reais, cuja despeza se podia suavemente fazer dos juros da carniceria deste concelho, que andavam devertidos, e perdidos pelas maõs de algumas pessoas, sem se bolir na parte principal, nem se prejudicar as rendas deste concelho, nem as terças de Sua Magestade; e com effeito se tinha comprado com dinheiro de alguns dez annos, que estavam vencidos, a qual bandeira tinha levado nove covados de damasco branco, que tinham custado seis mil e setecentos, e cincoenta, a razaõ de setecentos e cincoenta reis o covado, como tambem hum franjam de ouro fino de trança de quatro dedos de largura, que pezou doze onças, e seis outavas, a razaõ cada onça de mil e seiscentos reis, que fizeram o importe de vinte mil e quacentos reis; e outro sim se mandaram fazer humas armas reais pintadas, que importaram em quatrocentos reis, a pintura sómente, e cento e vinte reis de pano pera ellas, que se pagaram ao mestre do Espinhal, Antonio de Campos Cordeiro, e outro sim quatro centos e outenta reis de feitio, que se pagaram ao mestre alfaiate, Manoel Caetano, desta villa, e mais cincoenta reis de duas varas de fita com que se orlaram as armas, cujas despezas todas importaram em vinte e outo mil duzentos e outenta reis. E porque se fazia precizo que a todo

o tempo constasse em que se tinham despendido os juros cobrados do dinheiro da carniceria, e de onde tinha sahido a despeza, que se tinha feito na bandeira, mandaram se fizesse este assento, e que a dita bandeira se metesse no cofre da prata da camara, e se fizesse assento della no livro do inventario dos bens da dita camara, e que da sua entrega assinasse o depositario Joaõ dos Santos, desta villa, o competente termo.

O Juiz de fóra, Joseph de Almeida Ramos — Joaõ Pereira Franco — Francisco de Azevedo Morato — Manuel Pires de Azevedo — Roque Damiam.»

José Brandão Pereira de Melo

NOTA A UMA CARTA DE CAMILO

Em apêndice à 6.ª ed. do *Portugal Contemporaneo*, de Oliveira Martins, foram publicadas algumas cartas ao autor, apreciando a obra, como diz numa nota que as precede o sr. Francisco de Assis de Oliveira Martins.

Três delas são de Camilo, mas só duas se referem àquela obra. A outra, justamente a que vou anotar, trata da *Historia de Portugal.*

Camilo indica a O. M. alguns erros ou equívocos que encontrou na *Historia*, dos quais um consistia na confusão dos dois padres Macedo—o Manuel e o José Agostinho—e explica que o das odes à Zamperini é o primeiro e não o segundo, que era menino e moço de nove anos ao tempo da estada da famosa cantora em Lisboa. E acrescenta: «Eu não sei em que livro antigo cahi no mesmo equivoco, se bem me recordo».

É aqui que tem cabimento a nota.

É certo que Camilo caíu no engano, mas não foi em nenhum livro, foi num jornal—*O Mundo Elegante.*

No n.º 6 dêsse periódico literário, correspondente a 1 de Janeiro de 59, é que saíu um artigo a respeito do sacerdote que o patriarca teve de chamar à ordem por causa da italiana, e que se intitulava *O Padre José Agostinho de Macedo e a Zamperini.*

Camilo deu logo pelo êrro ou alguém lho notou, porque no número imediato, em 8 do mesmo mês, fêz a rectificação.

É ela pouco conhecida, pois me parece que nunca foi reproduzida. Que eu saiba, só se encontra no periódico que, como é sabido, é bastante raro, o que justifica que se arquive neste lugar.

Saíu com o título de *Errata*, e é êste o seu teor:

«No artigo em que assacamos uma involuntaria calumnia ao padre José Agostinho de Macedo, alcunhando-o de poeta admirador, e commensal da Zamperini, mude o leitor, se não mudou ainda, *José Agostinho de Macedo*, para *padre Manoel de Macedo*, que é o verdadeiro Macedo de que resa a nota do *Hyssope*, e de que não resam ainda os breviarios, porque primeiro hão-de resar do outro padre José Agostinho.

O padre Manoel de Macedo foi poeta da Arcadia, e primou no soneto erotico, em que o outro seu contemporaneo José Agostinho lhe levou as lampas.

Respeita-se o talento de ambos, e não se quiz, de proposito, infamar a reputação do author da *Besta esfolada*.

Antes o peccado da irreflexão que o da calumnia».

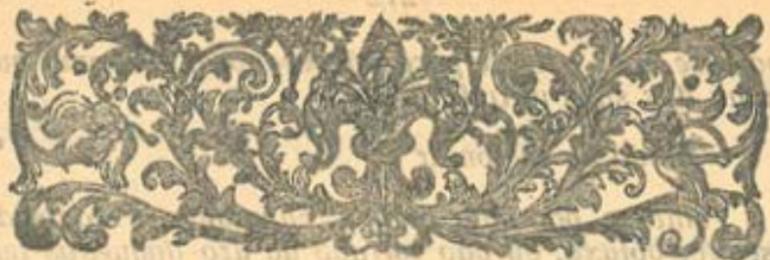
Mais tarde, em 1863, Camilo encorporou o artigo, devidamente emendado quanto ao nome do padre, nas *Scenas innocentes da comedia humana.*

Alberto Pimentel, no prefácio da *Zamperineida*, ms. da Biblioteca Nacional, por êle publicado e anotado, diz, sem citar nomes, que algumas vezes teem sido confundidos os dois padres, o que atribui não só à identidade do apelido como à vida mundana que ambos levaram

por camarins, grades de convento, casas suspeitas e botiquins.

Um dos que caíram na confusão foi Sousa Bastos, na *Carteira do artista*, pág. 777.

Outro foi, como se vê, O. M. que, avisado pela carta de Camilo, fêz a emenda, presumo que logo na 2.ª ed. da *Historia*, o que não pude verificar.

JÚLIO DIAS DA COSTA

O CHÁ MATE

GORA, que tanto se fala no chá Mate, parece-nos interessante recordar um prospecto de rèclamo, impresso há 89 anos, que encontrámos nos papéis do Dr. Jacinto Luiz do Amaral Frazão e Vasconcelos, médico formado pela Universidade de Coimbra em 1815.

Diz assim:

MATTE

É um chá oriundo do México novamente chegado a Lisboa, que se uza em todo o México, Rio Grande, e Rio de Janeiro. Agora se vende na Rua Nova de Alfandega N.º 20, a 500 rs. o Arratel.

Modo de se fazer

Faz-se como chá, para cada pessoa uma caneca, ou chavena, bota-se-lhe o Matte com o seu competente assucar, uma casquinha de laranja, agoa a ferver, e

abafa-se com o Leite para não evaporar o aroma que é uma das suas virtudes.

Modo de se tomar

Toma-se por uma bomba, chupando, e comendo biscoito, bolaxa, ou pão torrado ao uzo daquellas terras: Toma-se ao Almoço com Leite, e 2 ou 3 horas depois de jantar sem Leite.

Quem fizer uzo desta bobida verá que é milhor que todas as outras, até nas memorias chimicas dos Padres Jesuitas no México elles lhe dão grandes virtudes: Estomagal, antehesterica, e dioretica, e os Senhores Facultativos a pódem applicar em certos cazos, porque contem uma parte ferria já aqui analisada.

O modello das bombas para quem quer mandar fazer, se acha onde se vende o Matte, em quanto não chegão as de palhinha que se mandarão vir, então se annunciarão.

As bombas são um tubo ou canudinho com uma bolinha ouca na ponta cheia de boraquinhos muito miudos para por elles filtrar o Matte: As bombas não sendo de palhinha pódem ser de prata, ou estanho, ou outro qualquer metal que não seja nocivo.

N. B. Podem-se suprir as bombas com um ralo muito miudo.

Lisboa de 1844. (sic).

Manoel de Souza Carreira.

Lx.ª 1844. Typ. de Viuva Rebello e Filhos.
Calçada do Sacramento N.º 7.

No verso dêste prospecto escreveu o Dr. Frazão e Vasconcelos alguns apontamentos, e a seguinte informação:

"O Sr. Carreira esteve em 1800 caxeiro em Por-

talegre do Rio Grande do Sul, e em Santa Catherina, onde o patrão lhe dava cha Mate com leite e biscoito para o almoço, o que era uso geral".

Lisboa, 11/11/933.

FRAZÃO DE VASCONCELOS.

MANUEL PEREIRA, O INSIGNE ESCULTOR SEISCENTISTA QUE VIVEU NA ESPANHA

ANUEL Pereira era, como se sabe, natural do Pôrto. Foi baptizado na igreja de S. Nicolau dessa cidade em 6 de Outubro de 1588 e faleceu em Madrid a 29 de Janeiro de 1683, conforme os documentos encontrados na ordem espanhola de Santiago pelo erudito escritor snr. D. Juan Allende Salazar e referidos pelo eminente professor snr. D. Elias Tormo y Monzó nas conferências realizadas em Lisboa em 1932, quando do Congresso Luzo Espanhol para o Progresso das Ciências: a 1.ª no próprio congresso e a 2.ª, repetição da outra, no Museu das Janelas Verdes.

Manuel Pereira, "insigne escultor, noble portugués", na afirmação conhecida de Palomino, certa quanto ao artista e desacertada a respeito do homem, plebeu portuense, e que tem dado origem a erros e con-

fusões—em devido tempo demonstrarei documentalmente uma destas confusões—deixou obra notável e numerosa em Toledo, Alcalá de Henares, Burgos, Segóvia e sobretudo Madrid, onde, pode repetir-se com D. Elias Tormo e outros escritores, foi o mestre duma escola.

Em Portugal existem em S. Domingos de Benfica algumas obras deste notável escultor.

Manuel Pereira figura entre os grandes escultores da Espanha seiscentista—Gregório Hernandez, Montañés, Cano, Monegro e Mena—que seguiram na esteira de valores a Berruguete, Becerra, Zarza, Ordoñez, Torrigiano, Fancelli, Vigarny, Giralte e Juan de Juni, do século anterior.

Sem diminuir a arte do nosso glorioso escultor, poderá dizer-se que Pereira salienta na escultura espanhola do tempo um meio termo, aliás iniciada por Monegro com as suas figuras do túmulo de Eraso em Mohernando e outras estátuas, que nem é propriamente a escola clássica do Escurial nem, e muito menos, a tendência realista sobremodo representada por Hernandez e Montañés.

Há um naturalismo na obra de Manuel Pereira que não se exacerba até ao dramatismo de certas figuras de Hernandez e de Juni e ao paroxismo dos «Cristos» da escola de Montañés.

A propósito, será bom notar, sobretudo a pessoas que não conheçam largamente Juan de Juni, Gregório Hernandez, Martinez Montañés, Pedro Mena e outros escultores da escola realista espanhola, que entre as suas obras não faltam magníficas esculturas assinalando nítidos pormenores clássicos. Êstes artistas não podem ser julgados sòmente pelas suas esculturas dum *verismo* patético.

Juni não pode ser visto apenas pelas suas *Dolorosas*, designadamente a *Virgen de los Cuchillos*—a "más

tragica, más agria y más sentida de cuantas ha producido nuestro arte", na afirmação do ilustre crítico snr. Orueta — e pelas figuras do *Santo Entêrro*, de Valladolid, como Hernandez pelas esculturas da Paixão, Montañés pelos «Cristos» e outras imagens dos «pasos», e Mena pelas «Madalenas» e Virgens «Dolorosas».

Manuel Pereira é um naturalista; mas calmo, suave, português...

E dentro da escola escurialense que na sua arte se evidencia, ou seja pela provável ligação artística com Monegro ou por influências de Pompeu Leoni, Pereira decai por vezes em maneirismos que lhe diminuem a valia das obras. Mas são deficiências a que não deixam de ser atreitos também os corifeus da escola oposta. É um caso do meio, da época e do ambiente geral.

O nosso escultor tem a sobrelevá-lo um naturalismo sóbrio, calmo, normal, *verdadeiro*, diferente do realismo da outra escola que, à fôrça de tanta expressão, vai do real ao irreal da deformação trágica — o Cristo sevilhano chamado *El Cachorro*, por exemplo — e um espiritualismo que, se não atinge a fôrça do de Cano — «le plus spiritualiste des artistes espagnols» no dizer de Lafond — se modera num sentimental e religioso idealismo.

A religiosidade das suas obras é dispar da dos artistas da escola realista. Êstes, impregnados do espírito da Contra-Reforma, procuram incitar e excitar a devoção dos crentes; aquêle, nascido num país litoral, e por um instinto português — digamos — objectiva um espiritualismo religioso mais calmo e mais idealista.

A-pezar-de ser muito conhecido na Espanha, Manuel Pereira é um artista mal estudado.

A não serem recentemente os snrs. Allende Salazar e Elias Tormo, poucos tem escrito e menos investigado sôbre Manuel Pereira na própria Espanha, a que êle prestou todo o seu génio artístico e onde viveu, à se-

melhança de Juni, dos Vigarny, do Greco e doutros, quási como um natural do país.

Sôbre a figura gloriosa de Manuel Pereira não foi publicado ainda um estudo especial que investigasse a sua vida e obra e apreciasse devidamente a sua arte. Há apenas apreciações críticas de ordem sintética em livros de história geral e em revistas, pôsto que por vezes extensas e sempre exalçando o artista português.

Em Portugal quási é apenas conhecido pelo *S. Bruno* da Cartuxa de Miraflores, que os portugueses de viagem por Burgos teem visto com admiração.

Num artigo publicado n'*A Voz*, de Lisboa (19 de Maio de 1932), citei os escritores espanhois de mais nomeada que se referem ao nosso escultor e apresentei uma sucinta resenha dos autores da escassa bibliografia portuguesa sôbre tão notável artista. A esta resenha pouco mais haverá a acrescentar.

Cruz Cerqueira

NA MINHA LIVRARIA

II

Francisco da Fonseca Benevides — 1.º vol. — *O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa desde a sua fundação em 1793 até á actualidade* — Lisboa, 1883 — 0,m29×0,m20; — 2.º vol. — *O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa. Memorias, 1883-1902* — Lisboa, 1902 — 0,265×0,19. *Separata* do «Occidente» (N.os 2894-A, 2894-B. Est. C, Pr. 3). (1)

DELINA Patti, de quem nos vamos ocupar, era filha do tenor Salvatore Patti e da soprano Catarina Barili, que vieram para S. Carlos em 1839 na gerência do conde de Farrobo — empresário desde 1838 ao fim de 1840. Foi, como se sabe, uma época brilhantissima do teatro de S. Carlos: Farrobo era um distinto amador, que não olhava a despesas para servir a Arte.

(1) *Nota bibliográfica.* — O meu exemplar não tem no 1.º volume a capa cromo-litografada de Rafael Bordalo Pinheiro, mas uma portada simples a enquadrar o título da obra (colunas corintias la-

A Barili dispunha de voz forte e sonora, mas desafinava muito, não podendo por isso entrar em confronto com as suas colegas.

Da sua união com o tenor Patti teve 3 filhos: Carlota, Adelina e Carlos, afilhado, êste último, de José Carlos de Freitas Jácome, grande amador de ópera lírica e muito respeitado no seu tempo. Esta circunstância deu azo à coscuvilhice lisboeta, podendo aliás significar um simples acto de estima e deferência para com aqueles artistas. Ainda no meu tempo se falava no caso, recrudescendo a atoarda quando da vinda de Adelina Patti a Lisboa...

A última vez em que a Barili cantou entre nós foi na noite de 27 de Fevereiro de 1841, numa festa da "Sociedade Filarmónica de Lisboa".

Adelina Patti (Adela-Juana-Maria) casou em 1868 com o marquês de Caux, escudeiro na côrte de Napoleão III; tendo-se divorciado em 1885, esposou em segundas núpcias o tenor Ernst Nicolas, mais conhecido pelo nome de Nicolini. Por morte dêste, em 18 de Janeiro de 1898, casou terceira vez com com o barão Cederström. Ignoro a data do falecimento da grande cantora, que nasceu em Madrid em 1843, aos 10 do mês de Fevereiro.

Adelina Patti "agradou muito em Lisboa — escreve Fonseca Benevides — mas não teve n'esta epocha *cote-*

---

teralmente, arquitrave e frontão a rematar a parte superior, tudo apoiando-se em base do mesmo estilo). Nestas condições, porém, não pode considerar-se incompleto, o que verificámos pela leitura da relação de obras do mesmo autor no verso da referida capa. Lê-se ali, efectivamente, que o custo de cada exemplar era de 5 ou de 4 mil reis, conforme tivesse ou não as cromo-litografias.

Houve portanto, duas espécies na mesma edição. O texto tem uma coluna no 1.º volume e duas no 2.º. Como me informou o saudoso Caetano Alberto, proprietário do *Occidente*, tiraram-se 200 e não 50 exemplares do 2.º volume *(separata)*.

A não ser que me falhasse a memória, a verdade é esta...

ries a prepararem-lhe ovações nem damas da alta sociedade a organisarem-lhe festas; de modo que os applausos, flores, corôas e outras manifestações de agrado, foram inferiores ás que obtiveram artistas de valor incomparavelmente menor, e n'esta mesma epocha...”

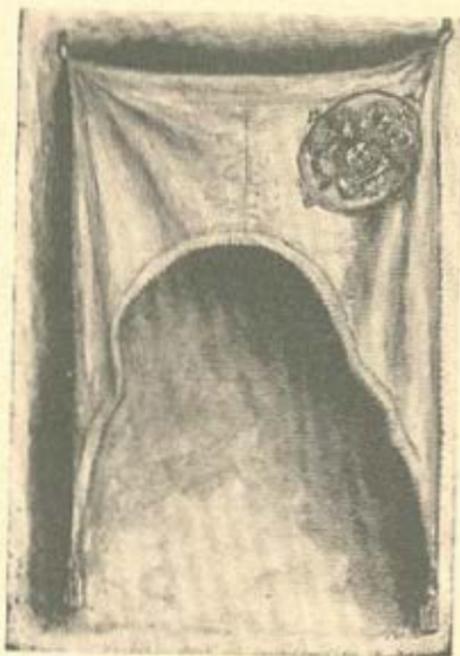
O trecho transcrito veiu confirmar as minhas suspeitas. A frieza relativa que notei na noite da *primeira* do “Barbeiro de Sevilha”, apesar dos elogios ao desempenho, era motivada, segundo o nosso autor, “pelo modo de vida que a celebre cantora levava, viver muito retirada”, sendo mais carinhosa para a gente de maior valor intelectual do que para a da alta roda, quando a artista lhe adivinhava o vasio do cérebro... “A *diva*—diz Benevides—preferia um jantar frugal e intimo em casa do mallogrado folhetinista Julio Cesar Machado, ás mais esplendidas funcções da côrte.” Nesta singela frase diz-se tudo quanto necessitamos saber para ficar conhecendo o feitio da célebre artista.

*

Quando li nos jornais a noticia da vinda da Patti a Lisboa, todo eu ardi no desejo de vê-la e ouvi-la. Foi uma forte obsessão que de mim se apoderou, chegando até a tirar-me o sono! Já nesse tempo da remota mocidade tinha a predilecção pelo teatro e pela ópera. Mas os recursos não abundavam e, na maior parte das vezes, tinha de ficar com o desejo...

Desta feita não aconteceu o mesmo e, por isso, aqui estou a contar ao leitor as minhas lembranças de há 47 anos.

Caiu-me do céu, na verdade, o convite duma família amiga para assistir à *primeira* da Patti. E fui a S. Carlos na famosa noite de 27 de Março de 1886.

Da minha *torrinha* vi a sala completamente cheia duma assistência brilhante, o que era verdadeira no-

GUIÃO MUNICIPAL
da Câmara de Penela (1735)

(Tinta-da-China de C. M.)

SANTO ANTÓNIO
Escultura de Manuel Pereira

vidade para mim.

A grande Patti cantou deliciosamente a parte de Rosina do "Barbeiro de Sevilha", ao-lado-de afamados artistas, como o tenor Àngelo Masini, o baritono António Cotogni, o baixo Pinto. Nunca se vira em teatro algum do mundo — dizia-se depois por tôda a parte — um "Barbeiro" melhor!

O 1.º acto foi, naturalmente, do tenor e barítono, porque só êles enchiam a cena. Chega o 2.º acto e é então a vez de a Patti empolgar o teatro, não ofuscando aliás os seus gloriosos companheiros.

A graça, a malícia, a singeleza da apresentação da azougada pupila do caricato Dom Bártolo, fizeram esquecer por um momento a idade da cantora e deram-nos a ilusão da realidade. A voz era emitida com profundo saber, linda em todos os registros, articulada com o máximo rigor: auxiliado com o argumento, que comprei por um tostão à porta do teatro, quási percebi todos os recitativos, de que está cheia a formosa ópera de Rossini. Junte-se a tudo isto a maneira como a Patti *representava* o seu papel e teremos, a razão do entusiasmo que a grande artista despertou. Na cena da lição a Patti cantou a valsa da "Dinorah" e no final da ópera, *Il baccio*, de Arditi.

Vindo depois espairecer para os corredores, principiei ouvindo cousas em que nunca pensara.

Esta, por exemplo: todo entregue à interpretação da Patti, não tinha reparado nos seus vestidos e, muito menos, nas suas jóias. No meu camarote — lembrei-me depois — já tinham chamado a atenção para os sapatos da cantora, onde parece que cintilavam brilhantes da mais pura água. Preguntavam-se até, uns aos outros, quanto não custariam semelhantes preciosidades! E uma senhora mais decidida declarara que no dia seguinte iria ao Chiado, ao Leitão, *apreçar*...

Nos corredores, em certos grupos, o mesmo tema

era tratado com entusiasmo, havendo apostas sôbre a fortuna da *diva*. — *Que diabo! assim valia a pena cantar!*

Encontrei por ali alguns rapazes amigos, habitantes do *galinheiro*, que não queriam saber das pedras, não tinham reparado — todos ainda frementes de entusiasmo por aquele espectáculo estupendo... Comecei então a notar que o público de S. Carlos estava dividido — pelo menos naquela noite — em dois grupos: o dos que queriam *apreci r* e o dos que sabiam *apreçar*...

Contente de ter encontrado a *fórmula genial*, recolhi à minha torrinha a preparar-me para o resto ..

*

Vejamos agora em que se entretinha o nosso Schurmann, que tem de vir outra vez à baila: o homem pretendia na ocasião... o hábito de Cristo!

Acentuando-se o êxito da Patti, e prevendo-se a necessidade de dar mais algumas récitas, além das 5 da assinatura, o antigo empresário de S. Carlos — *Freitas Brito* — começou maquinando junto de Schurmann para que essas récitas se realizassem no Coliseu dos Recreios, não o que está hoje na antiga Rua de Santo Antão, mas o que se construiu primeiro na Esplanada dos Recreios Whytoine, nos terrenos onde vemos agora o prédio que, na Praça dos Restauradores, está contíguo e forma ângulo com o *Avenida Palace*.

Freitas Brito era o empresário do Coliseu predecessor do de Santo Antão, a êsse tempo ainda em obras.

Para contrariar a empresa rival de Campos Valdez em S. Carlos e para embolsar uns tantos contos de réis, Freitas Brito, fumando sempre o seu enorme, atrevido charuto, dispôs-se à luta, procurando a conivência do *outro*. A notícia correu célere e Campos Valdez procurou imediatamente desfazer a bem urdida

intriga. Contando com a influência de que dispunha no Paço, no Ministério e entre dedicados amigos, conseguiu, informa Fonseca Benevides, que a Patti cantasse em S. Carlos mais duas noites (aliás *três*), e não cantasse no Coliseu, figurando estas duas circunstâncias como condição *sine qua non* para ser concedido a Schurmann o hábito de Cristo, "que era nas actuaes circumstancias o grande *desideratum*".

À pretensão ligou-se outro episódio que Benevides apoda de *muito cómico*.

Duas damas da côrte andavam então empenhadas na realização duma festa de caridade. Foram, por isso, procurar a Patti ao Hotel Mata, onde se hospedara, (na Avenida da Liberdade n.º 65) para convidá-la a tomar parte no espectáculo.

A *diva* não as recebeu, mandando dizer-lhes que, se tinham alguma comunicação a fazer-lhe, procurassem o seu empresário.

Schurmann, que se instalara no «Bragança», o mais afamado hotel de Lisboa naquele tempo, procurado pelas mesmas damas, recebeu-as mal, não deixando, contudo, de se "queixar do rei de Portugal por ainda o não haver condecorado!" As duas valorosas damas não desanimaram, dirigindo-se imediatamente ao Paço a falar com D. Luiz, que se esquivou a conceder-lhes tal graça nas condições que desejavam, firme como estava na promessa feita a Campos Valdez: a comenda de Cristo para Schurmann, com a condição de a Patti cantar em S. Carlos as récitas extraordinárias.

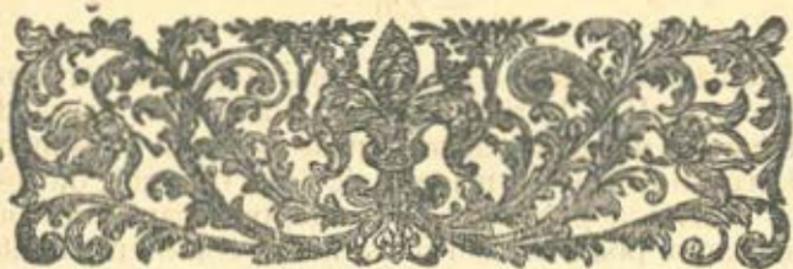
Finalmente, em 12 de Abril de 1886 publicava o *Diario do Governo* o decreto e carta régia(assinados em 8 do mesmo mês) com o tão desejado despacho, agraciando com o hábito de Cristo o súbdito de S. M. o Rei dos Países-Baixos, Josef Johan Schurmann.

Ficou o nosso homem plenamente satisfeito com

o ruidoso triunfo.

Teve ainda, porém, de repelir o último ataque das impertinentes damas, que não queriam largar-lhe a porta, recusando então, peremptòriamente, o encargo de intervir junto da esquiva Patti...

Os comentários...faça-os o meu amável e fiel leitor.

J. Cardoso Gonçalves.

A DANSA EM PERO VAZ DE CAMINHA

ASSUME freqüentemente um ar de festa a Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel sôbre o achamento da Ilha da Vera Cruz. Nêsse extraordinário documento de história e observação, emprega-se mais de dez vezes o verbo «folgar», e não faltam referências à dansa, quer no que diz respeito aos portugueses, quer aos naturais.

Terminada a missa da Pascoela, conta Pero Vaz que os índios, «os quais andavam folgando e olhando-nos», se levantaram «muitos dêles, e tangeram côrno ou «vozina», e começaram a saltar e dansar um pedaço». É exacta a alusão à buzina dos selvagens, a mesma de que Gabriel Soares de Sousa nos dá notícia: «Os roncadores levam tamboril, outros levam buzinas, que vão tangendo pelo caminho, com que fazem grande estrondo, como chegam à vista dos contrários».

Pouco adiante, em oposição ao instrumento indígena, diz Caminha que voltaram para as naus, a comer, «tangendo trombetas e gaitas».

Quando, ainda no mesmo domingo, desembarcaram de novo, «além do rio andavam muitos dêles dansando e folgando uns ante outros, sem se tomarem pelas mãos, e faziam-no bem». A maneira de dizer «uns ante outros» não precisa a posição. Uns diante, ou adiante, dos outros, tanto podia ser em duas fileiras como em círculo, de cara para a frente ou de ilharga. Jean de Léry escreve: ***tout près à près l'un de l'autre.... arrangés en rond.*** Claude d'Abbeville informa: ***ils se mettent tous en rond fort près les uns des autres.*** Quanto ao reparo «sem se tomarem pelas mãos», serve para esclarecer que era êsse o modo de dansar dos portugueses, vista a estranheza do cronista, confirmada pela continuação do trecho. E não só dos portugueses, pois Léry também nota ***sans se tenir par la main***, e Claude d'Abbeville, ***sans néanmoins se toucher ni s'entretenir aucunement.***

Nas linhas que seguem, deixou-nos Pero Vaz de Caminha um quadro animadamente pitoresco da confraternização momentaneamente havida entre descobridores e descobertos no primeiro encontro luso-brasílico. «Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer, e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita, e meteu-se com êles a dansar, tomando-os pelas mãos, e êles folgavam e riam, e andavam com êle mui bem ao som da gaita». Eis aí uma lição de baile popular europeu, de Folia à portuguesa, dada por um foliador lusitano, aos selvícolas de Pôrto Seguro! Foi das primeiras coisas que Portugal tentou ensinar ao Brasil: a arte de dansar de mãos dadas, contrária aos ritmos da Puracé.

Em terra, entre os tupis da costa, Diogo Dias, com os seus folgares, deve ter sido uma espécie de herói alegre, o homem que bailava e tresfoliava ao som desconhecido da gaita. «Depois de dansarem, fez-lhe ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que se êles espantavam e riam e folgavam muito».

«À segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água; ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes... e estiveram assi um pouco afastados de nós; e depois poucos e poucos misturaram-se connosco, e abraçavam-nos e folgavam». Mais além: «... bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com êles onde outros muitos dêles estavam com moças e mulheres... e, segundo diziam êsses que lá foram, folgavam com êles».

Nessa segunda-feira, 27 de Abril, torna a aparecer-nos Diogo Dias: «E o Capitão mandou àquele degradado Afonso Ribeiro e a outros dois degradados que fôssem andar lá entre êles; e assi a Diogo Dias, por ser homem lêdo, com que êles folgavam».

Na terça-feira, é Diogo Dias mandado pernoitar entre os índios: «e o capitão mandou a dois degradados, e a Diogo Dias, que fôssem lá à aldeia, e a outras, se houvessem delas novas, e que em tôda maneira não se viessem a dormir às naus, ainda que os êles mandassem, e assi se foram». Voltaram, Diogo Dias e Afonso Ribeiro, no dia seguinte, acompanhados de trezentos índios, «e trouveram papagaios verdes e outras aves pretas cási como a pêgas, senão quanto tinham o bico branco e os rabos curtos».

A 30 de Abril, ante-véspera da largada, houve nova dansa de portugueses e brasis, desta vez acompanhada a tamboril. «Enquanto ali êste dia andaram, sempre ao som de um tamborim nosso, dansaram e bailharam com os nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus».

Não vem fora de propósito notar que na Carta de Pero Vaz de Caminha também se lê a palavra «reinar» com a significação de brincar ou troçar: «estivemos sôbre isso um pouco reinando». Michaëlis de Vasconcelos comenta: «É o texto mais antigo em que encontrei o verbo *regnare*, empregado no sentido

popular de *folgar, gozar, brincar*. *Reinação, reinadio, reinata*, são hoje usados pelo vulgo».

Quando a esquadra partiu, na manhã de 2 de Maio, ficaram, na primeira amostra da terra enorme do Brasil, quatro portugueses, carapuças vermelhas, espelhinhos, camisas mouriscas, duas campaínhas, fôlhas de papel, manilhas e cascavéis, que os índios não deixariam de adaptar aos pés para dansarem, à laia daqueles «de certas hervas da feição da castanha, cujo tinido se ouve muito longe», em que nos fala Gabriel Soares de Sousa. Prazenteiros, ficavam também ecos da gaita e do tamboril e lembranças de passos das Folias de Portugal.

MANOEL DE SOUSA PINTO

DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

POEIRA DOS TEMPOS

XXXVIII — TRATOS DE POLÉ E FERRETE

. . . .

"E atendendo a que as penas estabelecidas contra os mais Reos, que se costumaõ sentencear nas ditas visitas (1), naõ saõ as que bastaõ para condignamente serem castigados, e se conseguir o fim de se evitarem semelhantes delictos: Hey por bem, que se lhes possaõ impôr com proporçaõ à qualidade das suas culpas, e pessoas as penas de açoutes, galés, serviço nas obras publicas, e dous tratos de polé, para cujo effeito ordeno que logo se mandem levantar duas polés, huma no Rocio, e outra no largo da Ribeira. E sendo algum dos ditos Reos notoriamente ladraõ de quatrocentos reis, se praticará o disposto no §. 20. da reformaçaõ

(1) Dos regedores do Tribunal da Relação.

da Justiça, pondose-lhe marca nas costas [1]. E as mesmas penas se poderáõ impôr pelos referidos crimes aos que judicialmente forem sentenciados, e convencidos delles».

. . . .

Alvará em fórma de Ley por que V. Magestade (2) *ha por bem dar remedio à escandalosa liberdade, com que nesta Corte se commetem frequentes roubos, mortes e ferimentos.*. Lisboa, s. d. de imp. (O alvará é datado de 21 de Março de 1742).

XXXIX — OS VINHOS DA CHAMUSCA

. . . .

«A quem não admira não se perderem as vinhas, ainda que se não cavem trez, quatro, e mais annos sucessivos: a sua cava he huma só rasamente, sem mais beneficio que hum córte de todas as vides junto aos braços das sepas, e produzem com admiração. De pão, legumes, vinho, e azeite póde a Chamusca sustentar Lisboa a quarta parte do anno sem experimentar falta......... Não usão aquelles lavradores dos mistos comuns para preparo dos vinhos, e são tão excellentes, que os Estrangeiros em garrafas lacradas os vendem aos Lisbonenses por vinhos de Italia, e de França, titulos suppostos, com que tirão por elles excessivos interesses, sendo na verdade da Chamusca, como se tem averiguado».

Descripção da Chamusca... por Francisco José de Andrade. Lisboa, MDCCLIX.

---

(1) Esta marca, ou ferrete, era aplicada com um ferro em brasa.

(2) D. João 5.º.

EPISTOLÁRIO

XXI

AS QUEIXAS DO DUQUE DE SALDANHA

Saldanha vivia ainda, nesta época, afastado de D. Pedro. Tinha fama de extremista, como se diz agora; era amigo íntimo de Mina, o general espanhol liberal que Fernando VII temia a ponto de dizer a D. Pedro qne contrariaria os seus projectos se Saldanha fôsse o chefe do estado maior do seu exército. Largara, pois, a expedição de Belle-Isle para os Açores e êle ficara, tentando juntar-se-lhe, a procurar entre os seus amigos de França os constitucionais Lafayette, Sebastiani, Constant, Périer, a gente da maçonaria, os meios para agùentar os soldados que lhe restavam e fretar os navios para a travessia, a qual podia acabar, como a de 1829. a ser perturbada por qualquer novo comodoro britânico. M.r Malo, o armador, não fiava. escrevia, pois, ao delegado de D. Pedro, D. Francisco, conde de Lavradio, tão liberal, quanto era absolutista o irmão, D. António expondo lhe a sua situação.

Via-se numa aflição tremenda; diante das dificuldades de dinheiro, pois precisava de ajudar Mina, já na Peninsula, para ser auxiliado.

No fundo da sua alma de partidário não havia senão júbilo, ao saber da ida da esquadra francesa do almirante Roussin ao Tejo, a fim de aprisionar os navios portugueses, em refens de um ata-

que feito a súbditos franceses, como Edmundo Potenciano Bonhomme, pelos *caceteiros miguelistas*. A sua ansiedade, pois, é de um auxílio que lhe permita entrar em Portugal, seguro de que não o abandonará como na primeira incursão ao Pôrto em 1828.

Mas falta o dinheiro. Pereira de Carvalho, o capitalista, tão depressa o nega como o oferece, na tactica velha dos homens de dinheiro de tôdas as épocas, que só auxiliam os conspiradores quando êles ... já são ministros.

Em todo o caso, Saldanha bravamente venceu no Pôrto e em Lisboa e, como um belo *condottiere*, pôs o seu preço àqueles que tantas imprecações o tinham feito clamar.

A sua espada foi pesada a ouro; ouro, realmente, valeu essa espada.

ROCHA MARTINS

Ill.mo S.r e

Meu amigo

Tenho presente, e com a maior exactidão tudo quanto se passou entre nós e M. Ménard. V. S.a ficou de reunir os Portuguezes e o seu amigo disse mesmo que a reunião seria no sabbado immediato, á qual eu compareceria sem que figurasse na convocação, e só depois de termos verificado o q. se poderia alcançar he que eu prometti ir a Dunquerk, e escrever para Londres, para o que lhe pedi huma copia do officio do D. Francisco. Não sei porque V. S.a não promoveo a reunião que devia ter logar na Casa da Legação, e quer agora que eu vá apresentar-me ao incomparavel M.r Malo e que lhe diga — nós não temos senão boa vontade mas falta-nos tudo o mais, porque não temos hum sou, e mesmo não temos a certesa se os nossos compatriotas quererão concorrer com os seus braços —.

Ora bem vê o meu amigo que isto seria fazer huma figura ridicula.

Quando o Mina entrou o anno passado em Hespanha, e que só me faltavão trinta mil francos para dusir os nossos compatriotas a Bayonna, porque ali ti-

nha-mos *(sic)* armas, munições e os navios que nos deviam levar ás costas da Galiza, apezar das maiores diligencias só pude obter 400 francos dos nossos ricos celebrados Patriotas residentes n'este Paiz!!!

Quando tive a certeza da ida da Esquadra Franceza ao Tejo, e que o Governo se negou a tudo quanto lhe propuz, os nossos mesmos compatriotas não quizerão concorrer com hum real, e só o ousado C. Pereira de Carvalho estava promto a dar a terça parte do que fosse necessario, e esperavamos conseguir o resto de alguns estrangeiros por via da sua influencia, e tinhamos alem dos navios de M.r Malo outros três em Nantes; porem depois da chegada de D. Pedro, o Carvalho retirou a promessa, e tendo a certesa de que não mudaria de tenção, porque agora não se apresenta a mesma probabilidade de sucesso que promettia a entrada do Tejo, forçado por huma Esquadra formidavel.

Se tivessemos alguns meios, e q. para a execução de qualquer projecto nos faltassem 20 ou 30.000 francos, eu não teria duvida de os ir pedir a M.r Malo, mas não o farei sem saber aquillo com que podessem contar por outros canaes.

Meu amigo: nunca falto ao que prometto, e por isso repito que com os primeiros, seja qual for o numero, que se destinem a restabelecer a Liberdade na nossa malfadada Patria, eu estou promto a partir como soldado, e que de huma força de mil homens de bôa vontade tomaria o Commando, não por me persuadir que he força sufficiente para destronar o infame usurpador, mas porque com elles teria esperança, de me poder estabelecer em algum ponto da Costa de Portugal, que servisse de tête de pont á guarnição da Terceira que decerto obrigaria os nossos mandões a condusilos ao logar que occupassemos.

Que lastima, meu amigo, que os sentimentos que nos animam sejão tão raros entre os nossos!

Esta emigração tem-me feito aprender muitissimo. Adeus creia que sou com sinceridade,

De V. Ex.ª

Amigo verdadeiro,

Saldanha

Paris, 4 de Setembro de 1831.

P. S.—Restituo o officio do D. Francisco e o extracto que o acompanha.

JOSÉ MALHOA

Desapareceu para sempre esta notabilíssima figura da arte nacional. Atravez duma vida longa e activa, o seu pincel escreveu na tela algumas das mais belas, das mais sentidas, das mais fortes, das mais duradouras páginas picturais que teem surgido na terra portuguesa.

A direcção da «Feira da Ladra», deplorando cordialmente a perda irreparável, associa-se ao luto nacional pelo artista soberano, e inclina-se com mágua e saudade diante do seu cadáver.

1933—Novembro.

LIVROS & REVISTAS

Bucolismo — II — *Cristóvão Falcão*, por M. da Silva Gaio. Coimbra, 1933. — Com a sua indiscutível competência estudou, o A., cuja perda recente todos os portugueses cultos lamentam, a figura do suave bucolista, respigando quantos materiais poude haver, e podessem concorrer para melhor notícia da discutida figura literária e social de C. Falcão. Uma larga bibliografia e um *Indice onomástico* facilitam a consulta e leitura do estudioso.

*

Subsídios para o estudo da flora camoneana, por D. Augusta Faria Gersão Ventura. Coimbra 1930-1933. — Saíram 5 folhetos; falta-nos, porém, o primeiro. Pelos 4 restantes, avalia-se do labor da cultíssima A. que trata em cada um dêles, respectivamente do *adonis*, da *viola*, das *boninas* e *rosas*, e dos *lírios* e *legacão*, desfiando criteriosamente os textos camoneanos, e ajudando-se de muitos outros de A.A. coevos.

*

As duas Espanhas, por Fidelino de Figueiredo. Lisboa, 1933. — A nação visinha preocupou sempre, sob todos os aspectos, o espírito do A., tão apreciado e — ai de nós! — tão raro visitador das páginas da «Feira». De facto, a Espanha exerce sôbre os artistas, os sábios, os historiadores, uma sedução dominadora. *As duas Espanhas* não é livro que se analize no espaço angusto de cinco ou seis linhas. São as duas *almas* espanholas postas em confronto (e, quando digo almas, refiro-me à exteriorização do ideal histórico, filosófico, político, religioso): a alma da Espanha *felipizada* (qualificativo feliz do A.), sob o pulso férreo do "Demónio-do-Meio-dia" e a da outra Espanha, da Espanha ignorada que reagiu.

Chamando muitas vezes Portugal à barra do seu estudo comparativo, tão humano, tão justo e de tão largo sôpro histórico e crítico, F. de F. afirma a sua fé no futuro glorioso e nos altos destinos das duas pátrias ibéricas.

Do aprêço com que foi lida em Espanha, diremos — e tanto basta — que já tem uma edição no país vizinho, e certamente muitas mais terá ali e entre nós, ainda que a iguaria não seja para o vulgar dos paladares.

Ortografistas portugueses dos séc. XVI a XVIII, por Frazão de Vasconcelos. Lisboa, 1933. — Em separata de reduzida tiragem reeditou o A. êste apreciável estudo histórico, filológico e bibliográfico, que os leitores cultos já haviam saboreado em «A Língua Portuguesa».

*

Relíquias do passado, por José Dias Sanches. Lisboa, 1933. — Apaixonado da arqueologia e do folclore, compôs Dias Sanches um livrinho de velharias encantadoras, escrito numa prosa leve e correntia, e ilustrado com fotografias e gravuras das colecções do A., que ilustra o texto com desenhos seus o que lhe duplica o mérito.

*

Os ex-libris desenhados por António Piedade, com um estudo preliminar do D.r J. Salinas Calado. Figueira da Foz, 1933. — Em boa hora se lembrou A. P. de reunir numa brochura todos os «pertences» que desenhou. A esta colecção antepôs o arqueólogo e também ex-librista D.r Salinas Calado um bem pensado e bem redigido prefácio, onde analiza rapidamente êste aspecto artístico de Piedade.

*

Ildefonso Rosa, inovador da dactilografia artística, por José Rosa de Araújo. V. do Castelo, 1933. — Em separata do «Notícias de Viana», o A. biografa piedosamente o saudoso professor, que, sentado a uma máquina de escrever, compunha pequeninas obras de arte — retratos, plantas e animais, arabescos, fantasias — que sei eu? — só com a sábia distribuição dos rôxos, negros e vermelhos e engenhosa disposição dos «tipos» impressores.

*

Os ex-libris da Biblioteca de Marinha, por Alfredo Mota. Lx.a 1933. — Ilustrado com as reproduções de todos os ex-libris até hoje usados por aquela entidade, dá-nos o A. um pequeno estudo sôbre a origem e progressos dela.

*

Mais abridores portugueses de estampas no séc. XVII, por Xavier da Costa. Lisboa, 1933. — O ilustre historiador da Arte nacional acrescenta, com êste folheto, mais dois nomes à lista dos nossos incisores setecentistas, já de si bem minguada.

*

O Exército Português, por H. Ferreira Lima. Pôrto, s. d. —

O valioso colaborador da "Feira" concorre com êste vol. à colecção «Enciclopédia pela Imagem», da Livraria Lelo, e fá-lo por forma apreciável, compendiando nele qnanto é util saber-se àcerca da evolução da nossa milícia desde a fundação da nacionalidade, tudo entremeado de inúmeras ilustrações, coligidas por Alberto Souza, que realçam o valor da monografia.

*

S. Paulo na Federação Brasileira, pelo D.r Mário Sérgio Cardim. Lisboa, 1933. O A., emigrado político brasileiro, que entre nós esteve quási um ano, congregando gerais simpatias pela sua cultura e trato afável, deixou consignado nesta brochura o belo surto do Estado de S. Paulo, o mais próspero e progressivo do Brasil. É uma síntese das conferências que em Maio último realizou, com brilho e copiosa documentação, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

*

A Gravura Artística sôbre metal, por Ernesto Soares. Lisboa, 1933.—Resumo, em 47 pgs., do exaustivo dicionário de gravadores portugueses em que E. S. há longos anos trabalha, êste livro, separata do "Arquivo Hist. de Portugal", deixa-nos, após a sua leitura, lastimosos de que não haja em Portugal um Mecenas, seja o Estado ou um particular, que tome a peito a publicidade de tal livro. Seria uma boa acção, a redundar em honra e louvor de quem lhe desse realidade.

*

Puz-me a chorar e... cantei!, por Raúl de Aboim. Lisboa, 1932.—Da gorda Alboni dizia não sei quem que era um elefante que tinha engulido um rouxinol. Raúl de Aboim, como a célebre cantora, como quem estas mal notadas regras rabisca, é também um gordo... mas um gordo a derreter-se em trovas que, na sua maioria, só não são populares por terem o 1.º verso a rimar com o 3.º Tirante êste pormenor de secundária importância, tudo nelas revela um poeta que recebeu do povo as qualidades primeiras dos seus versos: frescura e espontaneidade de inspiração, simplicidade da forma, originalidade de imagens, intenção dos motivos, e certa graça que nos prende, que nos leva numa corrente de sedução, de ponta a ponta daquele colar de pérolas. Dê cá um xi, e *...vá seguindo! Certo! Certo! Palmas ao ar!*

*

Evora Jocoza e Circunspecta—Conçorcio do Burlesco e da Decencia ou Narração... das Festas de Evora na Paz geral de

1814. . Por hum filho de S. Francisco. Elvas, s. d. (1933). Ninguém dirá que êste folheto, cujo ms. o benemérito e erudito editor Tôrres de Carvalho foi arrancar à bibl. de Elvas, é uma preciosa contribuição para a vida pública e privada de uma cidade provinciana no 1.° quindecénio do séc. passado. E não hesito em o emparelhar com *O Hissope* na caricatura flagrante das personagens e no minucioso descritivo dos episódios em que intervieram.

REVISTAS

Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais. Lx.a N.° 5.
Arquivo de Documentos Históricos, de Lx.a N.° 21.
Arquivo Histórico da Madeira, do Funchal. Vol. III, n.° 3.
Arquivo Historico da Marinha, de Lx.a n.o 2
Arquivo Nacional de Ex-libris, de Lx.a Ano II n.° IX.
Arquivo Transtagano, de Elvas. N.os 9 e 10 e 2.o ano, n.os 1 e 2.
Arqvivo de Viana-do-Castelo, ibi, 1934. N.os 1 e 2.
Arte e Arqueologia, de Coimbra. Ano II, n.° 1.
O Coleccionador, de Lx.a N°. 5.
Diogo Cão, de Luanda. N.° 3 e 4 da 2.a série.
A Lingua Portuguesa, de Lisboa. Fasc. VIII e IX do vol. III.
Portvcale, do Pôrto. N.os 33 e 34 do vol. VI
Revista de Arqueologia, de Lx.a. Fasc. VI a VIII.

Fim do Tomo Quinto

ÍNDICE

Os artigos precedidos de asterisco, são acompanhados de gravuras.

PÁG.

Adivinha genealógica, por António Machado de Faria . . . 72
Apodos tópicos, por C. M. 137
* *Azulejo (Um) do séc. XVII no Funchal*, por Fernando de Aguiar 193
* *Caricatura (Uma) do conde de Bourmont*, por Henrique de Campos Ferreira Lima 171
Carlos Reis 77
Cartas recebidas, por A. G. da Rocha Madahil e António Machado de Faria 119
Casamento (O) do barão de Manique, por João Jardim de Vilhena 93
Cata-que-farás, pelo Dr. Carlos Santos, Pai 99
Chá (O) mate, por Frazão de Vasconcelos 211
Dansa (A) em Pero Vaz de Caminha, pelo Dr. Manuel de Sousa Pinto 225
* *Em que se conta como os Carvalhos da rua Formosa adquiriram um soberbo palácio a trôco de uma fôlha de papel selado*, por Matos Sequeira 7
Epistolário (XV a XXI) . . . . .16, 89, 129, 1·7 e 231
Ermida do Santo Espírito de Alfama, pelo D.r Carlos Santos 33
* *Exposição de tecidos antigos*, por C. M. 157
* *Feras e Monstros fantásticos*, por C. M. 104
Inédita (A) aventura duma freira que tinha a singularidade nunca vista de se parecer... com a cidade de Coimbra, por A. G. da Rocha Madahil 185
Instituição duma festa em desagravo na Capela Real, (Século XVIII) por José da Cunha Saraiva 152
José Malhoa 231
Junqueiriana (Dois temas de inspiração), por C. M. . . . 13
Livros & Revistas, .196 e 235
* *Manuel Pereira, o insigne escultor seiscentista que viveu na Espanha*, por Cruz Cerqueira 214

PÁG.

Mãos (As) limpas do Marquês de Pombal (carta), por Padre Ruela 160
Menina (A) Gertrades, por João Jardim de Vilhena . . . 10
Migalhas (Velhos apontamentos), pelo D.r Jorge de Faria . . . . .114, 179 e 201
Moços do Estudo, pelo D.r F. Falcão Machado. 42
* *Móvel histórico (Um) – O bufete da Maceira*, pelo D.r R. Salinas Calado 126
Na minha livraria (I e II), por J. Cardoso Gonçalves . 161 e 218
No limiar de novo ano, pelos Director e Editor 5
Nota a uma carta de Camilo, pelo D.r Júlio Dias da Costa 208
* *Pedra (A) de cobra*, por J. Cardoso Gonçalves 64
* *Por baixo da chaminé*, por Félix Alves Pereira . . . 22
Poeira dos tempos (XXXV a XXXIX) . . . . 74 e 229
Problema (O) da mestiçagem e o império de Afonso de Albuquerque, por F. Alves de Azevedo 133
* *Sinete (Um) medieval*, por Garcez Teixeira 30
* *Soares dos Reis, pintor*, por Alfredo Cândido 81
Teatro Camiliano, pelo D.r Júlio Dias da Costa 121
Usos e costumes da ilha da Madeira, (I, II, III e IV) por Fernando de Aguiar . . . . 62 e 176
* *Velha (Uma) bandeira da Câmara Municipal de Penela*, por José Brandão Pereira de Melo 205

Assinatura:
6 núneros, 20 esc.

Número avulso
4 escudos

Redacção e Administração:
Rua de Santa Ana, à Lapa, 77